

TRACLA PA
ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA
PAULA REJANE FERNANDES
(ORGS.)

CIDADES E EXPERIÊNCIAS MODERNAS



MOSSORÓ



CAMPINA GRANDE



JOÃO PESSOA



POMBAL

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE

AUTORES

ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA
FERNANDA KAROLINE MARTINS LIRA ALVES
GERVÁCIO BATISTA ARANHA
HELMARA GICCELLI FORMIGA WANDERLEY
PAULA REJANE FERNANDES
SILVIA TAVARES DA SILVA

ISBN: 978-85-8001-003-9



9 788580 010039

Cidades e Experiências Modernas



Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - 2010

Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Fernanda Karoline Martins Lira Alves
Gervácio Batista Aranha
Helmara Giccelli Formiga Wanderley
Paula Rejane Fernandes
Silvia Tavares da Silva

Cidades e Experiências Modernas

1ª edição



Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - 2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
EDITORA DA UFCG - EDUFCG**

EXPEDIENTE

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor

Prof. José Edílson Amorim
Vice-Reitor

Prof. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da EDUFCG

Editoração Eletrônica / Capa
Isabel Medeiros Sant'Anna / Flavia Raquel Bezerra Cabral

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Benedito Antonio Luciano	CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo	CTRN
Prof ^a . Consuelo Padilha Vilar	CCBS
Prof ^a . Edjane E. Dias da Silva	CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro	CH
Prof. Francisco Eugênio Paccelli Gurgel da Rocha	CFP (Cajazeiras)
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues	CSTR (Patos)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA UFCG

S729c

Souza, Antonio Clarindo Barbosa de.

Cidades e experiências modernas / Antonio Clarindo Barbosa de Souza,
Paula Rejane Fernandes. - Campina Grande, EDUFCG, 2010.
168 p.

ISBN - 978-85-8001-003-9

1. História da Paraíba. 2. História. 3. História do Rio Grande do Norte.
4. Cidades. 5. Mídias. 6. Fontes Históricas. I. Título.

CDU - 94(813.3)

EDUFCG

Campina Grande - 2010
Todos os direitos reservados à EDUFCG
edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - EXPERIÊNCIAS MODERNAS E CIDADES.....7

CAPÍTULO I

O ESPETÁCULO DA NOITE EM POMBAL: A LUZ DITA MODERNA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCURIDÃO

Helmara Giccelli Formiga Wanderley19

CAPÍTULO II

BECOS E CASEBRES NA PARAHYBA DO NORTE: NA MIRA DA ORDEM SANITÁRIA

Fernanda Karoline Martins Lira Alves57

CAPÍTULO III

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O FAZER TELEVISÃO EM CAMPINA GRANDE

Silvia Tavares da Silva85

CAPÍTULO IV

O JORNAL O MOSSOROENSE IMPRIMINDO UM HABITANTE MODERNO PARA MOSSORÓ - RN

Paula Rejane Fernandes111

CAPÍTULO V

AS ESTAÇÕES DE TREM NAS CIDADES DO NORTE BRASILEIRO COMO SÍMBOLOS DE UM NOVO ESPAÇO-TEMPO (1880-1930)

Gervácio Batista Aranha139

EXPERIÊNCIAS MODERNAS E CIDADES

Cidade(s). Nunca uma palavra foi tão escrita quanto esta nas duas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, os estudos sobre as cidades em todo o mundo tem se multiplicado e apontado para diferentes aspectos que podem ser visualizados, estudados, interpretados, analisados, explicitados, e supostamente entendidos, colocando em circulação um conjunto de discursos que tentam circunscrever o que para uns é o resultado das ações humanas em um ambiente marcado pela aglomeração e pela existência de equipamentos modernos, para outros é um “fenômeno” que não tem uma única explicação.

Com a revolução epistemológica desecadeada pela Escola dos Annales, a partir de 1929, e que teve seu auge nos anos de 1960-1989, com a chamada terceira geração dos Annales, as cidades passaram a ser vistas como objetos de pesquisa histórica por comportarem nelas as mais variadas manifestações do espírito e da engenhosidade humanas. Embora antes de 1980 já existissem estudos específicos sobre a cidade na História, como o de Fustel de Coulanges (*A cidade antiga*, 1961)¹ e o clássico de Lewis Mumford (*A cidade na História*, 1998)², será com a ampliação dos temas, das fontes e das possibilidades de abordagem abertas pelos Annales, que as cidades vão figurar como este repositório de temas e sub-temas de inquirição.

Antes desta virada cultural, que entende as cidades como *construtos culturais nos seus mais variados níveis*, e como um conjunto complexo de relações humanas, as cidades eram vistas por teóricos da história e da geografia como: uma reunião durável de homens e habitações humanas, cobrindo uma grande superfície, encontrando-se num cruzamento de vias comerciais (Ratzel); pontos de concentração do comércio humano (Wagner);

¹ COULANGES, Fustel de – *A cidade antiga*; Editora das Américas S.A. - EDAMERIS, São Paulo, 1961

² MUMFORD, Lewis – *A cidade na História*; 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998 (1ª ed. 1961)

local no qual seus habitantes empregam seu tempo no interior da aglomeração (Bruhnes); aglomeração fechada de certa importância e onde se leva uma vida urbana (Bobeck); agrupamento cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não são consagradas à cultura, mas ao comércio e à indústria (Von Richtofen); definida também como uma aglomeração de homens dependentes dos produtos do trabalho exterior (Sombat); ou aglomeração de homens mais ou menos considerável, densa e permanente, altamente organizada, geralmente independente para a sua alimentação do território sobre o qual se desenvolve e implicando, para a sua existência, uma vida de relações ativas necessárias à manutenção de sua indústria, seu comércio e demais funções (Sorre) ou ainda, as cidades seriam formas de acumulação humana e de atividades concentradas, próprias a cada sistema econômico e social, reconhecidos a partir de fatos de massa e arquitetônico (Pierre George)³

Como podemos ver, todas as definições tentadas por profissionais que estudavam o mundo urbano (geógrafos, arquitetos, urbanistas, economistas, sociólogos e mesmo historiadores), apontam para as características estruturais (econômicas e/ou políticas) ou funcionais (organizacionais – formas de trabalho, indústria e comércio) que, no nosso entender não dão conta da riqueza de relações e realizações sócio-culturais que podem ser detectadas em tais aglomerações que reúnem homens e mulheres em suas atividades cotidianas.

Desta maneira, as cidades são vistas como local de moradia (aglomeração); local de trabalho (concentração de atividades produtivas); local de trocas comerciais (entrocamento de vias comerciais, como se só pudesse existir cidades onde houvesse forte comércio); como local de aglomerações humanas que poderiam gerar conflitos em torno dos chamados (na teoria materialista histórica) meios de produção. Ou ainda, mais precisa-

³ Cf. in CARLOS, Ana Fani Alessandri – A cidade; 8ª edição; SP: Contexto, 2009 (Repensando a Geografia)

mente, como local de conflito e das lutas políticas em torno da existência de forças antagônicas que lutam explicitamente pelo poder político dentro das urbes.

É a partir dos estudos do materialismo histórico, iniciados por Karl Marx e Friedrich Engels que as cidades vão passar a ser vistas como locais de conflitos sociais das diferentes classes que disputam em seu interior não apenas a produção de sua existência, mas também a conquista do poder político. Desta forma, a cidade agora, nos estudos clássicos do materialismo histórico, como “A condição da classe operária inglesa” de Engels (1845), não será vista apenas como uma aglomeração “densa e permanente, altamente organizada, geralmente independente para a sua alimentação”, mas como palco de disputas sociais intensas e que definem como os homens se organizam ou dividem o trabalho entre si e como exploram a força de trabalho dos outros homens e a Natureza. As cidades como local das disputas e conflitos ganharão outros matizes e apontarão para as contradições que marcam a instalação e vivências nas mesmas.

A partir dos anos de 1980, no entanto, começam a surgir em todo o mundo, estudos sobre aspectos que, aparentemente, não haviam ainda despertado o interesse dos historiadores, como os odores (Saberes e Odores, Alain Corbin, 1987), as reformas urbanas (Pereira Passos: um Haussman Tropical, de Jaime Larry Benchimol, 1992); sobre a produção cultural dos espaços citadinos pelos trabalhadores urbanos em suas lutas por moradia e seus embates contra as novas leis republicanas no Brasil (Trabalho, lar e botequim, Sidney Chalhoub, 1986); as formas de habitação, as formas de viver e morrer na cidade (Lugares dos mortos na cidade dos vivos, Claudia Rodrigues, 1997); sobre a própria existência das pessoas pobres nos circuitos urbanos (Os Pobres na Cidade, de Sandra Jatthy Pesavento, 1994); sobre as doenças e epidemias (A peste e o plano. O urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito, de Carlos Roberto M. de Andrade, 1998); sobre conflitos e confrontos, não somente políticos e econômicos, mas sobretudo culturais pelas diferentes

e agudas representação sobre o viver na cidade (Territórios de Confronto – Campina Grande – 1920-1945, de Fabio Gutemberg R.B de Souza, 2001 e Recife: culturas, confrontos, identidades - a participação das camadas urbanas na campanha salvaçãoista de 1911, de Raimundo P.A Arrais, 1998), além é claro de estudos que tratam das elites enquanto elaboradoras de planos urbanísticos e de dominação político-cultural e institucionais (Belle Epoque Tropical, de Jeffrey Needell, 1993). Só para citar algumas obras que no decorrer destas últimas três décadas vem inspirando tantos outros recortes temáticos e conceituais, como também vislumbrando outras formas de apropriação do tema cidades

O livro que agora chega às mãos do leitor pretende ser parte deste esforço de pensar as cidades sob diferentes ângulos. É resultado sobretudo dos esforços de dois professores e quatro alunas do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, que, a partir de suas experiências como orientadores e orientandas, apresentam suas contribuições à ampliação da discussão sobre o tema cidades no Nordeste brasileiro, uma vez que, e por incrível que pareça, ainda cause espanto em alguns congressos, seminários e simpósios nacionais e internacionais, que o Nordeste brasileiro tenha uma extensa produção sobre a urbanização e a vida nas cidades, construída principalmente pelos trabalhos provenientes dos cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) das Universidades de Pernambuco; Bahia; Ceará; Piauí, e, mais recentemente, Rio Grande do Norte e Paraíba (João Pessoa e Campina Grande).

Os trabalhos aqui reunidos são apenas uma pequena amostra do que vem sendo produzido pela área de História e Cidade, do PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande, com base num intenso debate e criação de cursos, livros, textos e palestras, fruto das reflexões de alunos e professores sobre diferentes urbes nordestinas.

O eixo norteador das discussões deste volume, que esperamos ser o primeiro de uma profícua produção da área de

História e Cidade, são os experimentos modernos⁴ e suas repercussões na vida das cidades estudadas (Campina Grande; Mossoró; Pombal e Parahyba do Norte, atual João Pessoa), além de tantas outras citadas no último texto da coletânea intitulado: ***As estações de trem nas cidades do Norte Brasileiro como símbolos de um novo espaço-tempo (1880-1930)***, do professor Gervacio Batista Aranha, no qual ele discorre e nos apresenta, com base em arquivos de jornais, recortes literários e anais das Câmaras dos Deputados, do Império e da República, as lutas pela instalação da malha ferroviária no Norte brasileiro (anteriores a 1930) e as intensas transformações sofridas nas sensibilidades e sociabilidades das vilas e cidades que receberam este novo equipamento moderno de transporte e, por que não dizer, comunicação, como pretende demonstrar o autor.

Para além de simples construções arquitetônicas, as estações de trem simbolizaram para os habitantes dos mais diferentes rincões do Norte brasileiro, uma porta para o mundo, pelo seu caráter de ligação com outras localidades e com a

⁴ Para uma maior discussão sobre os conceitos de Modernidade ver: Terry Eagleton - *As ilusões do Pós-Modernismo*; Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editores; 1998. Jeffrey D. Needell - *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na virada do século*; São Paulo; Companhia das Letras, 1993; Marshal Berman - *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo; Companhia das Letras; 1986; e sobre as transformações urbanas em cidades do Brasil e o(s) conceito(s) de cidade ver: Raquel Rolnik - *O que é cidade*; São Paulo, Brasiliense, 1988; Nicolau Sevcenko - *Orfeu Extático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992 e "A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio" in: *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, vol.3.; José Murilo de Carvalho - *Os bestializados*; São Paulo; Companhia das Letras, 1987; Luiza Margareth Rago - *Do Cabaré ao Lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Fernando Diniz Moreira - *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*; Recife, UFPE, 1985 - Mestrado em Desenvolvimento Urbano; Antonio Paulo Rezende - *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*; Recife; FUNDARPE; 1997 e sobre Campina Grande, ver Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa - *Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*; Campinas; UNICAMP; 2001, neste último, destacamos o item "Negócios de Estética e de Lembranças: O bota -abaixo" p.279-305. Sousa defende a idéia que já "em princípios dos anos 30 os prefeitos de Campina Grande, como o sr. Pereira Diniz, haviam aderido aos reclames dos letrados" Também de Fabio Gutemberg R.B de Souza ver Territórios de Confronto (Campina Grande 1920-1945; Campina Grande; EDUFCG, 2006 e Antonio Clarindo Barbosa de Souza - *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)*; Recife; Tese de Doutorado; PPGH-UFPE; 2001.

paisagem circundante. Como pretende indicar Aranha, as estações tornaram-se espaços de sociabilidades, de espetacularização de modos e de modas, de troca de notícias e informações, mas sobretudo, de redimensionamento das noções de tempo e espaço na vida dos cidadãos, onde quer que tenham sido implantadas ou até mesmo desejadas (como no caso de Alagoa Nova-PB, onde os trilhos foram implantados, sem a estação nunca ter sido construída).

A professora Helmara Giccelli Formiga Wanderley, em seu capítulo ***“O Espetáculo da noite em Pombal: A luz dita moderna e as representações sobre a escuridão”*** ao analisar a “noite apavorante” da então minúscula Pombal dos anos de 1940, nos convida para com ela seguir pelas ruelas mal iluminadas e conhecer as vidas de homens e mulheres pombalenses colocadas em contato com a novidade da luz elétrica e com os (d)efeitos e delitos trazidos por tal inovação.

A cidade de Pombal, no Sertão paraíbaense, aparece recontada no texto como um cenário rico e fulgurante, com sua parca iluminação elétrica e seus moradores pouco afeitos às transformações bruscas de hábitos, costumes e sonhos marcadamente sertanejos. A experiência moderna da iluminação não deixou de ser um choque (com perdão do trocadilho) para aquelas populações acostumadas a viver pouco à noite e a temer a qualquer coisa que ameaçasse mudar o seu cotidiano, desde um fenômeno natural como um eclipse, até a implantação de tão sofisticada parafernália elétrica.

Como bem explicita em seu texto a professora Helmara “O caminhante noturno não estava livre dos ladrões que, de vez em quando pegavam algum desavisado nas imediações do mercado público. E não esquecendo que os jovens também amam...nos becos escuros, vez ou outra, era possível flagrar casais de namorados em cenas de muita intimidade...perambulavam também pelas ruas escuras as prostitutas, sempre lindas, bem vestidas, com perfume, só do bom, em busca de alguém que pagasse...” (vide pg.) Estas práticas não desapareceram com a

introdução da luz elétrica em Pombal, mas foram dificultadas e cerceadas pelo poder público em seu afã de modernizar mais do que os espaços, mas sobretudo as práticas das pessoas.

Munindo-se em abundância das fontes orais e iconográficas, a historiadora pombalense costura com maestria e rigor as suas análises e aponta para vários outros temas que estudou em sua dissertação de Mestrado (como a ida aos cinemas, a existência da prostituição na cidade, as formas de lazer permitidas e interditas, etc), mostrando que mesmo uma pequena cidade como Pombal, não se deixa prender entre os dedos ou nas malhas discursivas do poder regulador das leis e dos costumes.

Já a professora Fernanda Karoline Martins de Lira Alves nos encaminha pelas vielas tortuosas da cidade da Parahyba do Norte, então capital do Estado, para nos mostrar as precárias condições em que a maior parte da população pobre da cidade vivia entre 1910 e o simbólico ano de 1930, em que ocorre a Revolução e, depois, a mudança do nome da capital para João Pessoa em homenagem ao presidente do Estado, morto naquele ano.

Para além das péssimas condições de habitabilidade oferecidas pela cidade baixa paraibana, a professora Fernanda discute em seu texto as leis municipais de controle sanitário que buscaram insidir sobre três aspectos da vida dos cidadãos: controle sanitário das habitações; a legislação e códigos de posturas das áreas externas às casas e as normas para a feitura das obras de saneamento, urbanização da área central e implantação da rede de esgotos.

O projeto político-urbanístico-pedagógico que orientou as transformações urbanas da cidade da Parahyba do Norte, visavam não apenas controlar o crescimento desordenado da cidade, mas também impedir a propagação de epidemias sendo, para isto, criados órgãos de controle e regulamentação como a Repartição de Higiene, com poderes de polícia e inspeção sanitária, e que podia adentrar os domicílios e, por conseguinte,

as vidas das pessoas, (principalmente das mais simples), ditando regras de asseio, higiene e saúde.

Todavia, como já aprendemos com Michel de Certeau (1994), os mais fracos sempre se utilizam de astúcias para refrear as ações dos ditos mais fortes, e não foi diferente na bela capital paraibana dos primeiros decênios do século XX. Conforme explicita a autora: “O modelo encontrado na lei nunca foi inteiramente implantado, (pois) embora a legislação proibisse a construção de casas de palha e ordenasse a demolição desde meados do século XIX, elas continuaram a se reproduzir na cidade...”

À cidade alta e bela, promontório do qual se deslumbrava o encontro do rio Sanhauá com o verde mar pessoense, se contrapunha a cidade eivada de becos e vielas, sujeiras e lamaçais, vadios e fubanas, casebres e biroscas, que se constituíam no único e último refúgio dos excluídos e, segundo a autora, “correspondia de forma exemplar a maneira conflituosa de construir o espaço público”.

Caminhar pela cidade da Parahyba do Norte nos anos 10, 20 e 30 do século XX era como estar em Sofrônia, de Italo Calvino, “cidade composta de duas meias cidades”⁵. Numa delas, toda uma arquitetura de pedra, mármore e cimento, com bancos, fábricas, palácios, matadouros, escolas e todo o resto, é a cidade fixa, a outra, (a cidade baixa, de palha, lama e epidemias) é móvel, provisória, desnorteada, desmontável, como se pudesse ser desparafusada e levada embora para os terrenos baldios da outra meia cidade. Quem conhece a João Pessoa de hoje, sabe que os projetos das elites não vingaram totalmente. A luta pela ocupação dos espaços continua tão acirrada quanto a cem anos atrás.

Quanto à professora Silvia Tavares da Silva, em seu estudos sobre **“As primeiras experiências com o fazer televisão em Campina Grande”** nos convida a tornarmo-nos não apenas espectadores desta inovação tecnológica que mudou

⁵ CALVINO, Italo – As cidades invisíveis; tradução Diogo Mainardi. – São Paulo : Companhia das Letras, 1990; p.61

o mundo para sempre que foi a televisão, mas a ver como esta experiência foi sentida numa cidade do interior da Paraíba na conturbada década de 1960 do século XX. A autora estuda e nos apresenta não apenas os discursos que foram produzidos e veiculados nos jornais da cidade entre 1961 e 1965, mas também os discursos memorialísticos, resgatados através dos relatos orais de memórias, sobre o impacto que a TV causou nos campinenses em geral.

Como parte de um plano mais geral de tornar a cidade pólo informacional, com instalação de redes de rádio (1949-1950); jornais (1957) e televisão (1963), o projeto das elites políticas, empresariais e letradas de Campina Grande tinha como objetivo dar visibilidade à pujança da cidade e à sua suposta vocação para o pioneirismo. A autora mostra como tais projetos, tiveram, ou sofreram sempre uma releitura por parte dos populares que, ao instalarem, por exemplo, antenas de recepção, antes mesmo de possuírem o aparelho, já se inseriam no mundo da modernização tão decantado pelas elites campinenses.

Saindo da Paraíba e adentrando o tão querido estado do RN somos convidados pela professora Paula Rejane Fernandes, a conhecer, através das páginas do periódico *O Mossoroense*, as tentativas de urbanização e mesmo civilização na cidade de Mossoró-RN.

Utilizando-se de forma precisa e singular das matérias inseridas naquele hebdomadário, a autora traça em seu texto intitulado, ***“O Jornal O Mossoroense Imprimindo um habitante moderno para Mossoró - RN”***, um perfil dos interesses de seus redatores em dar à importante cidade potiguar um plano e uma diretriz civilizacional, e como vários outros autores que utilizaram esta seminal fonte que são os jornais, descortina para o leitor as imbricações entre o escrito e o dito, o desejado e o vivido, o sonhado e o realizado, pela população mossoroense, pois nem tudo que era/foi proposto pelo Jornal, pôde ou foi possível ser vivido pelos moradores da cidade, que tinham outros planos, desejos e a reinventavam de outras formas, por vezes singulares,

pois como nos lembra Italo Calvino a respeito de Olívia, cidade rica de mercadorias e de lucros, “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve.”⁶

Como nos mostra a professora Paula, entre as medidas que se impunham, para alcançar este processo civilizador em Mossoró estava o fechamento de um cabaré na Avenida Tavares de Lyra, no ano de 1927. Assim como em todas as outras cidades discursadas e reformadas pelas elites, “a presença do cabaré foi descrita pelo jornal como um mal existente na sociedade mossoroense, um cancêr que podia corroer a sociedade, portanto, devia ser extirpado antes que se alastrasse o vício dos vícios, o amor às damas” (vide p.)

A luta contra a existência e ação das prostitutas, o combate aos jogos de azar, a interdição ao álcool e ao fumo, a perseguição à vadiagem, e o cuidado com a saúde das mulheres eram os principais assuntos ou carros chefe de discursividade normativa d’*O Mossoroense* em sua sanha de educar, pedagogizar, civilizar, disciplinar e modernizar a Mossoró das primeiras décadas do século XX.

Todavia, como não poderíamos deixar de citar o sempre inspirador texto de Italo Calvino, entendemos, como ele, que as cidades não contam “o seu passado, elas o contêm como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” e ainda, continuando sua descrição sobre Zaíra, cidade por ele imaginada, arremataríamos dizendo que: poderíamos “falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas (sabemos) que seria o mesmo de não dizer nada. A cidade não é feita disto, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado...”⁷

⁶ Idem; ibidem; p.59

⁷ Idem; ibidem;p.14-15

Assim, quando criamos aqui imagens das cidades por nós estudadas, buscamos trazer à tona “marcas de uma cidade sensível que um dia se impôs ao olhar, à técnica e às emoções daqueles que a traduziram em imagens”⁸ sejam elas imagens fotográficas (Helmara), sejam códigos de posturas e normas de higiene e saneamento (Fernanda); sejam imagens em movimento que mexem com o imaginário popular (Silvia), sejam de imagens construídas com palavras jornalísticas (Paula) ou literárias (Gervácio) elaboradas propositalmente para dar a ver uma situação das cidades em outros tempos.

Entendedores desta dificuldade de circunscrever as história das cidades a um único aspecto ou viés, este livro é nossa contribuição para a discussão sobre diferentes formas de abordar a cidade, e, para além disto é um projeto político-cultural-editorial que se desdobra em dois momentos:

Num primeiro momento, tentamos criar o hábito no PPGH-UFCG de publicar os trabalhos de alunos e professores que durante dois ou três anos fazem realmente um esforço de diálogo entre orientandos e orientadores para chegar a bom termo com suas dissertações, por entendermos também que a relação entre estes dois sujeitos, é uma parceria intelectual, que não pode ser apenas de exploração ou de inflação de egos acadêmicos, mas sim de uma produção coletiva e coesa em que as duas partes aprendam e desenvolvam melhor seus conhecimentos teóricos e práticos sobre as cidades.

Em um segundo momento, ou segunda parte do mesmo projeto, nossa intenção é trazer à luz a história das pequenas vilas e das grandes cidades nordestinas, mas que também merecem ter suas experiências registradas em livro e difundidas em todos os fóruns daqueles que estudam e amam as cidades.

Destarte, esperamos que o possível e gentil leitor dos textos aqui apresentados, forme em seu intelecto outras cidades, possíveis, sensíveis ou imaginárias, que apesar de não

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias; in: RBH;São Paulo – ANPUH, vol.27, nº 53, jan.-jun.,2007;p.22

experimentadas materialmente, sejam capazes de percebê-las como outros cronotopos onde seres humanos, de carne e ossos, pessoas, viveram, sofreram, amaram e, por vezes, foram felizes.

De minha parte, não poderia haver companheiros melhores para iniciar esta viagem. À Helmara, Fernanda, Silvia, Paula e Gervácio, meu muito obrigado por me permitir aprender com seus estudos, participar de suas bancas, debater suas idéias, organizar este livro e escrever estas palavras de apresentação. Nada mais podendo desejar que uma ótima leitura aos possíveis leitores destas páginas e a esperar deles suas considerações (e) críticas.

Campina Grande, outono de 2010

Antonio Clarindo Barbosa de Souza
PPGH-UFCG

Capítulo I

O ESPETÁCULO DA NOITE EM POMBAL: A LUZ DITA MODERNA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCURIDÃO

Helmara Giccelli Formiga Wanderley¹

*E Disse Deus: Haja luz: e houve luz.
E viu Deus que era boa a luz;
E fez Deus separação entre a luz e as trevas;
E Deus chamou à luz Dia, e as trevas se chamou
noite.*

(Gênesis, 1: 3-5)

O ano era 1940. Não sabemos exatamente a data e/ ou o mês. Aquele dia, como tantos outros, passava-se sem maiores surpresas. Nas ruas de Pombal, as pessoas conversavam sem pressa. Nas calçadas acanhadas, as donas de casa falavam baixo, “fofocavam da vida alheia”, certamente comentavam sobre os namoros escandalosos da noite anterior ou talvez sobre os atos libidinosos de algum homem ou mulher da vizinhança.

As crianças faziam ecoar suas gargalhadas, brincadeiras e cantigas por toda a cidade. Alguns meninos como que para irritar seu João Alfredo, que estava sempre de mau humor, gritavam sem parar:

*Boquinha de forno?
Fogo, fogo!
Pegando fogo?
Fogo, fogo!*

¹ A autora é Mestra em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande PPGH-UFCG.

Também os vendedores ambulantes gritavam a anunciar de porta em porta seus deliciosos produtos caseiros: Olha o bolo de B-A, ba, T-A, ta, T-A, ta, batata! Quem vai querer o cavalinho de G-O, go, M-A, ma, goma! da Dona Ana e da Nanzinha! Gritava o ceguinho Rozendo. Logo em seguida vinha Dona Jovem anunciando suas “cariocas”² bem fresquinhas. Dona Cora vendia em sua porta as deliciosas cocadas e tapiocas de coco. Dona Nini vinha com seu tabuleiro de balinhas de cumaru; Cota vendia coentro novinho, colhido na hora e Maria Joana vendia café.

No centro da urbe os comerciantes locais esperavam pacientemente em frente aos seus estabelecimentos, os fregueses de sempre. Fregueses estes, que além das compras diárias, ainda iam dispostos a saber e/ ou informar, na realidade “fofocar”, sobre os mais recentes acontecimentos daquela cidade, conforme afirma certa depoente³. Muito freqüentada também era a casa mortuária e o café do Sr. Pedro Corisco, sendo este conhecido em toda a cidade por suas fofocas. Igualmente era possível ver naquela manhã, na bodega mais famosa da cidade, seu Josafá a conversar com os senhores Juca, Zé Formiga e Aristeu (Sr. Mizinho). As mulheres também gostavam de palestrar na calçada daquela bodega, lembrou a Sra. Maria do Bom Sucesso Medeiros Nóbrega (2009).

Havia certo burburinho nas ruas. Aquele cenário com todos aqueles personagens e sons era indicativo de que tudo corria bem. Pombal era naquele dia só calma. No entanto, ao aproximar-se às 16 ou 17 horas, coisas estranhas começaram a ocorrer, recordou-se a Sra. Zulmira Ferreira Viana:

Olhe, alguma coisa muito ruim iria acontecer naquele dia. Não tinha condição não. Logo cedo os galos era (sic) tudo cantando, as galinhas num

² Cariocas são/ eram pirulitos de açúcar queimado. O nome dos pirulitos deu-se possivelmente porque a senhora que os fabricava aprendeu a receita quando esteve no Rio de Janeiro nos anos 1930.

³ A informação foi prestada pela senhora Benta Carneiro dos Santos em entrevista concedida à autora no dia 20 de junho de 2004.

frevo danado! Jumento rinchando, cachorro latindo, gato miando... o que era de bicho tava (sic) tudo manifestado! Olhe, coruja rasgando, morcego... era uma coisa impressionante. Aí começou a ventar. Aquele vento que chega dá medo. Ai o sol foi coberto pela lua. A cidade ficou toda no escuro. O povo? Ah meu Deus! ...como era besta! Todo mundo com medo. O povo dizia que era o inferno! Pensava que era o fim do mundo (VIANA, 2008).

Felizmente não era o fim do mundo. O episódio narrado pela nossa colaboradora, descreve o evento de um eclipse solar, fenômeno pouco ou praticamente desconhecido pelos habitantes da Pombal daqueles anos.

As memórias produzidas sobre a ocorrência do eclipse de 1940 permitem-nos conhecer um pouco sobre o cotidiano e o imaginário dos homens e mulheres daquela cidade acerca da escuridão, assim como nos contam sobre algumas práticas⁴ ocorridas em Pombal na ausência de luz. Desta forma, nas lembranças da Sra. Zulmira Ferreira Viana, a escuridão súbita ocasionada pelo eclipse estava associada ao inferno, e o motivo para tal crença estava possivelmente ligado à fé cristã que predominava naquela freguesia.

De acordo com a Sra. Rita Dantas:

⁴ São de suma importância para este trabalho os conceitos de práticas e representações de Roger Chartier. Assim, nada melhor que os fragmentos da obra para explicar: “pode pensar-se a história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das **representações** do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (1990, p.19) “rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar-, dirige-se às **práticas** que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” (1990, p. 27). *os gritos são nossos.*

Em Pombal tinha várias, tinha muitas religiões. Aliás, religião não! Religião só tinha uma, que era e ainda é a Religião Católica Apostólica Romana. A verdadeira! Tinha muitas seitas. Mas a maioria do povo era Católico Apostólico Romano! E tem uma coisa, naquela época o povo era temente a Deus. Tinha quem fazia as coisas erradas, toda vida teve. Mas não era como hoje não. O povo tinha medo de ir para o inferno! Quem é que não ia ter? (DANTAS, 2008).

As declarações sobre o escuro, associando-o ao inferno revelam antes de tudo o domínio exercido pela Igreja Católica sobre a vida dos homens e mulheres de Pombal. Entretanto, mesmo diante dos discursos disciplinares/intimidadores, os comportamentos considerados desviantes, tais como: prostituição, alcoolismo, homossexualismo, adultério, assassinatos, entre outros, eram comuns naquela cidade, sendo este último, os crimes de morte, os menos frequentes. E todos eles, “praticados principalmente na calada da noite”, segundo o Sr. Raimundo Formiga de Sousa (2008).

A relação escuro-inferno foi um entre tantos outros mecanismos utilizados pelos “senhores do poder”, para coibir as práticas consideradas nocivas à sociedade pombalense. Práticas estas que se propagavam principalmente na ausência de luz.

O Sr. Raimundo de Sousa sobre o cotidiano noturno em Pombal, lembrou-se que:

Ah, a noite era muito diferente de hoje. Ninguém podia sair nem de casa não. Mais (sic) saia viu? Principalmente os homens. O povo tinha medo mais saia. Ia pra o Rói⁵ beber, jogar, namorar (risos),

⁵ A expressão “Rói” é utilizada pelos nossos rememoradores para designar não um “bordel” em especial, mas toda a zona de meretrício que ficava para “além da linha do trem, ou se falarmos de um período anterior à construção daquela linha, 1932, a a Zona Norte da cidade,

mas tinha medo. Era um escuro desgraçado! No caminho a pessoa via de um tudo: alma, papa figo... E mulher? Mulher direita ficava em casa. No escuro só tinha nas ruas as mulheres da vida. Eita, e como tinha! (SOUSA, 2008).

Ainda que as representações arroladas sobre a noite sejam quase sempre pejorativas, algumas memórias construídas por nossos colaboradores nos falam sobre os momentos em que as famílias, sob a luz enfumaçada dos lampiões à querosene⁶, ou em noites de lua, se reuniam nas calçadas para debulhar feijão, “contar histórias de mau assombro”, e as mais famosas, por serem as mais absurdas, eram as de “Chiquinho de Bem-Bem”. “Ave Maria! Ele contava cada coisa. Cada mentira. Aí todo mundo era tão besta que acreditava. Ficava tudo com medo. Misericórdia! Como ele mentia” (BANDEIRA, 2008). Nessas noites [de lua] também eram comuns as cantorias e as quadrilhas, ocasiões em que os simpáticos rapazes, verdadeiros “Dons Juans”, roubavam beijinhos das moças, que “sempre diziam da boca pra fora que não queriam ser beijadas, mas olhavam com um jeito todo atrevido, se insinuando, dizendo que queria (sic) mais” (SOUSA, 2008).

Segundo os nossos rememoradores, os assuntos proibidos, a exemplo do sexo, eram, embora contrários às ordens e vontades dos pais, comuns aos jovens e adolescentes⁷. E que

próxima à antiga rodagem.

⁶ Não confundir os lampiões alimentados à querosene com os lampiões a Gás. Pois, segundo Gervácio Batista Aranha, “em termos de iluminação pública na Paraíba, (...) a experiência local passa diretamente da queima de querosene para a utilização da luz elétrica, sem a intermediação do sistema de iluminação a gás carbônico”(2005, p. 116), considerado um componente moderno.

⁷ Sobre isto ver o filme “Desejo e Reparação” do diretor Joe Wright. A trama aborda as questões relacionadas à moral social e econômica vigente na Inglaterra dos anos 1930. Assim, é que na obra, uma jovem de família tradicional inglesa, apaixona-se por um rapaz que “não faz parte do mesmo círculo social” que o seu, o que era visto negativamente. A moça, em face de tal preconceito, ignora seus sentimentos e passa a detratar o rapaz, contudo, uma situação

por mais que as sanções tivessem a intenção de provocar medo e resguardar as moças, na realidade, elas “pareciam” provocar a curiosidade, levando as garotas a desejarem ardentemente uma noite de amor, que nem sempre era aquela que ela havia idealizado.

Desta forma, aqueles momentos de sociabilidade, em que as famílias sentavam nas calçadas para conversar, eram também ocasiões de perigo. Isto porque, vez ou outra, alguma moça resolvia fugir com um rapaz. “As fugas eram sempre combinadas com as amigas, que preparavam tudo!” (SOUSA, 2008). O casal fugia para a prática do ato sexual, o que iria obrigar o pai da moça a fazer o casamento, afinal, era a honra da família que estava em jogo naquela ocasião. Mas nem todos os rapazes queriam casar realmente. Alguns só queriam uma “noite de amor!”, ou uma noite de sexo, conforme lembra a Sra. Zulmira Ferreira Viana:

Uma conhecida nossa caiu nas graças de um rapaz. Aí teve que casar! Ele não queria não. Mas o pai dela para lavar a honra da família obrigou ele a casar (sic). Casaram. O pai dela disse assim: _ Vão Casar! Tem que casar! Nem que seja pra sair um por uma porta e o outro sair pela outra porta. E assim foi. Casou pra não ficar falada. E

inesperada vem a incitar o desejo nos dois, o envio de uma carta indecorosa, entregue por engano. O conteúdo da carta teria, no mínimo, nas mãos de uma moça “totalmente virtuosa” ou “cristã fervorosa”, rendido uma boa “tapa na cara” do “cafajeste”. Todavia, não é isso o que o filme mostra. A jovem Cecília, personagem interpretada pela atriz Keira Knightley, parece ter gostado de ler a carta enviada por Robbie (James MacAvoy), talvez as palavras da carta tenham aguçado seus instintos sexuais mais ocultos, o que a levou a romper com a moral social imposta em nome da honra familiar.

Para além de apontar as questões de ordem moral, nesta obra é possível percebermos que os assuntos proibidos, a exemplo do sexo, eram, embora contrários às ordens e vontades dos pais, comuns aos jovens e adolescentes. E que por mais que as sanções tivessem a intenção de provocar medo e resguardar as moças, na realidade, elas “pareciam” provocar a curiosidade, levando as garotas a desejarem ardentemente uma noite de amor, que nem sempre era aquela que ela havia idealizado.

ficou morando com a família até hoje⁸ (VIANA, 2008).

“Cair nas graças de um rapaz”, “perder a virgindade antes do casamento”, tornar-se mãe solteira”, “trair o marido”, não havia desgosto maior para um pai de família. Contrariedade que ocasionou muitos atritos sociais na pequena Pombal, vindo inclusive a provocar crimes de morte, pois, “se a honra da família não fosse reparada o desmantelo era grande e a polícia, nem o padre, nem ninguém podia fazer nada!” (ALMEIDA, 2009). Agora o contrário? “Homem trair mulher? Ninguém falava. Achava era bonito, sinal de que era homem mesmo. O povo dizia assim: _ melhor que seja mulherengo que ‘viado’! (risos). E era também um sinal de respeito à mulher de casa que era honesta, né?” (TÔRRES, 2004). O machismo predominante também imperava nos códigos de honra estabelecidos socialmente, de forma que se tornou comum ouvir dos fazendeiros da região e homens de status: “quem tiver suas éguas prendam! Meus garanhões estão soltos!”(ALMEIDA, 2009). Frases como estas eram repetidas somente quando se tratava dos filhos varões, pois, quando o caso de desonra era em suas famílias, a situação era resolvida “no cabo da espingarda”⁹ (ALMEIDA, 2009).

Se as práticas que ameaçavam os “bons costumes” eram habituais em Pombal, o fim de tarde incomum de 1940, lembrado pelos antigos habitantes daquela cidade traz-nos representações ímpares sobre a vida dos pombalenses. Assim, o Sr. Raimundo de Sousa também nos contou sobre a sua experiência naquele final de tarde:

Eu lembro que eu estava com seis anos. Deu um obscurecimento... sabe com é, né? O sol e a lua se cobre. O dia escureceu todinho. Não ficou um

⁸ O nome da moça foi omitido a pedido da depoente.

⁹ A expressão “no cabo da espingarda” que dizer que o caso seria resolvido mediante ameaça de morte.

pingo de luz. Todo mundo pensou que era o mundo que ia acabar. Logo cedo a família toda foi para casa, ai ficou a família toda reunida com medo. Era um escuro bichinha! Ave Maria! Escuro daquela qualidade nem presta não (SOUSA, 2008).

O temor provocado pela falta de luz, evocado pelas nossas testemunhas, era possivelmente alimentado, conforme representações aqui inscritas, pela crença religiosa. Contudo, não podemos esquecer que havia interesses outros em coibir a circulação de pessoas nas ruas à noite, ou em casos excepcionais, como a ocorrência de um eclipse. Isto porque, ao sair para um passeio noturno, o pombalense poderia encontrar-se com a mulher de um médico muito conhecido na cidade e tomar um grande susto, pois ela quando saía para suas aventuras extra-conjugais, “vestia-se toda de preto, usava uma capa grande parecida com a capa de um vampiro”(SOUSA, 2008). Ainda havia o risco de pegar de saia curta a mulher de um político muito influente na cidade. Esta era conhecida por suas práticas sexuais pouco convencionais ou indecentes. O caminhante noturno também não estava livre dos ladrões que, de vez em quando pegavam algum desavisado nas imediações do mercado público. E não esquecendo que os jovens também amam... nos becos escuros, vez ou outra, era possível flagrar casais de namorados em cenas de muita intimidade. “Os jovens gostavam muito de beijar. No escurinho saíam os beijos ardentes, a ‘mão-boba’...”(SOUSA, 2008). Perambulavam também nas ruas escuras as prostitutas, “sempre lindas, bem vestidas, com perfume só do bom”, em busca de alguém que pagasse “um real por amor”¹⁰.

A despeito dos comportamentos noturnos das pessoas infames, o Sr. Raimundo de Sousa, afirma que:

¹⁰ A referência à moeda atual, o Real, é meramente ilustrativa, isto porque a moeda vigente nos anos 1940 eram o Réis, até 1942, e o Cruzeiro, posteriormente, conforme, <http://www.bcb.gov.br/CEDMOEBR>, acessado em 31.12.2008.

Aqui tinha umas pessoas de família que fazia suas coisas erradas e não queria ser descoberta, aí inventava que tinha lobisomem, demônios, tarados... pros bestas não sair (sic) de casa e não ver e sair dizendo (SOUSA, 2008).

Por outro lado, a Sra. Zulmira Ferreira Viana lembrou que:

De noite ninguém saia de casa não, era perigoso demais, tinha muitos malfeitores, ladrão, tarado, mulher chifreira, bêbado, lobisomem e as almas. Era uma coisa horrível, e eu acho que essas pessoas era mais de fora (VIANA, 2008).

Os dois depoimentos nos permitem perceber como os diferentes habitantes experienciaram a noite de formas diversas, e como a partir de suas experiências e valores se apropriaram e construíram representações também diversas para as mesmas práticas, o que acontece porque, “cada pessoa que viveu aqueles momentos históricos tem a sua versão deles, ainda que mediada pelas visões e versões das outras pessoas” (SOUZA, 2002, p. 103). Por isso, as memórias, sejam elas destoantes ou não, são importantes porque nos permitem conhecer um “tempo e lugar que não é relatado no presente” (SOUZA, 2002, p.103).

Na reconstituição que o Sr. Raimundo fez sobre o eclipse, chama-nos a atenção o fato de sua família ter se reunido/recolhido para esperar a ocorrência daquele evento, o que aconteceu em virtude de a imprensa ter divulgado antecipadamente o que iria acontecer¹¹.

Situação parecida aconteceu no “Beco da Cadeia”, localizado entre as Ruas do Comércio e a Rua do Rio. O “Beco”, como era chamado por seus moradores, era considerado um

¹¹ Entre os anos de 1927 e 1959, não havia em Pombal um sistema de informação diária. Os jornais chegavam com dias de atraso, contudo, com a chegada do trem de ferro à cidade há uma agilização nas comunicações.

espaço de vícios. Em face disto, seus habitantes eram marginalizados socialmente, o que se dava principalmente em função das festas “licenciosas”, regadas à cachaça, ocorridas nos finais de semana e que terminavam sempre em confusões. Mas naquele território de conflitos havia também pessoas de “família”, pessoas que destoavam dos comportamentos nem sempre decentes que predominavam no “Beco”.

Aquela tarde de 1940 foi para os habitantes daquele território muito agitada. Alguns homens, depois de voltar do trabalho, que terminou mais cedo naquele dia, como que numa atitude máscula, faziam questão de mostrar aos vizinhos da Rua do Comércio que carregavam em suas mãos cachaça, Liosa ou Sarinha, as mais consumidas pelos pobres. As mulheres, por sua vez, corriam a buscar nas bodegas da cidade, gêneros alimentícios para o preparo de comidas. As festas no “Beco” eram sempre muito fartas. Contudo, àquela tarde não haveria festa. Os moradores se preparavam para ver o eclipse solar. Só isto!¹²

Por volta das 15 ou 16 horas os moradores do “Beco” já estavam prontos para esperar pelo evento. Enquanto o obscurecimento não acontecia, na Rua do Comércio, conhecida à época como “Rua da Tesoura”, numa referência à fofoca que predominava entre os habitantes da área, as mulheres casadas e também as “solteiras felizes”, ou quem sabe (in)felizes, com suas línguas “ferinas”, andavam de porta em porta a comentar sobre as comidas, bebidas e, principalmente, sobre as moças “que vinham sei lá de onde, e que eram lindas e que ficavam conversando bem na entrada do beco, na calçada da casa de Sr. Mizinho” (SOUSA, 2008). Tais moças eram vistas pelas mulheres da Rua do Comércio como ameaça ao “santo matrimônio”.

Para quem se aventurasse a entrar naquele espaço, as venturas e/ou desventuras podiam ser muitas.

¹² As informações foram prestadas pela Sra. Francisca Trigueiro Tôrres e pelo Sr. Raimundo Formiga de Sousa em entrevistas concedidas a autora nos dias 22. 09. 2004 e 22. 12. 2008, respectivamente.

Alguns homens conversavam em voz alta, não porque estivessem embriagados, mas porque estavam entusiasmados à espera do raro fenômeno; outros, os mais velhos, balançavam-se vagorosamente em suas redes que interrompiam a entrada da casa. As mulheres, tanto solteiras quanto casadas, faziam rodas para contar e ouvir “causos”. Além destas, houve ainda algumas moças e senhoras que antes do eclipse já estavam ébrias, chegando mesmo a “sair pelas ruas a gritar imoralidades e se insinuar para os homens que passavam” (SOUSA, 2008).

Chegada a hora do eclipse,

o povo ficou parado, assim... (abre a boca demonstrando surpresa, espanto) aí quando foi ficando tudo escuro mesmo... o povo era só correndo pra dentro. Aí eram os presos da cadeia tudo gritando que era o fim do mundo. Era aquele alarido. O medo foi grande, o povo nunca tinha visto um negócio daquele né? Pensava que era o fim do mundo (SANTANA, 2008).

Que a ocorrência do eclipse provocou estranhamento aos pombalenses não há dúvidas, afinal, tratava-se de um fenômeno atípico, algo inusitado. E ainda que a informação veiculada pela imprensa tenha chegado antecipadamente a Pombal, “o povo ficou com medo. No jornal dizia que ia ficar tudo escuro, que não era pra ter medo, que era uma coisa normal, mas o povo ficou com muito medo viu?”¹³ (CONCEIÇÃO, 2008). Dessa forma, levando-se em conta que as pessoas estavam avisadas sobre aquela ocorrência, parece ter sido a ausência de luz o que de fato mexeu com o imaginário dos habitantes daquela urbe.

¹³ Ainda que nossa depoente afirme que a notícia do eclipse chegou à Pombal veiculada por jornais, a mesma não lembra-se qual, ou quais os jornais que eram lidos pelos pombalenses, contudo, os nossos rememoradores, entre eles o Sr. Pedro Junqueira Júnior e o Sr. Raimundo Formiga de Sousa, lembraram que estes jornais vinham ou da capital cearense, Fortaleza, ou da capital do Estado, Parahyba do Norte.

Embora fossem comuns os discursos negativos sobre a escuridão, algumas memórias nos dizem que nem todos os habitantes de Pombal concordavam com tais idéias. Em defesa dessa afirmação, o Sr. Raimundo de Sousa afirma que:

Ah! a hora boa pro cabra namorar era à noite. Porque dava pra pessoa dá uns beijinhos (risos), né? Sabe como é? Já era difícil namorar. O pai da moça era com uns boticão de olho deste tamanho pra pessoa. Aí no claro não saia nada. Agora no escurinho? Era uma beleza!¹⁴ (SOUSA, 2008).

Além dos enamorados que certamente gostavam dos “escurinhos”, havia também aqueles homens e mulheres para quem às noites escuras eram momentos de fuga ou liberdade moral. Assim, aquele dia incomum foi também ocasião de muitas práticas consideradas indecorosas, isto porque:

Quando o sol ficou escurecido né? Foi mesmo que o fim do mundo. Ninguém via nada! Era aquele pretão na cidade. Mas você está pensando o quê? Você pensa que foi todo mundo que ficou com medo? Ah! Papai era marchante (açougueiro), quando ele vinha do matadouro, disse que se encontrou até com uma mulher casada fazendo safadeza nos becos escuros. Ele vinha com um lampião na mão né? Ê Pombal naquela noite foi desmantelo viu? Era só o povo falando (DANTAS, 2008).

É importante aqui, informar que quando da ocorrência daquele evento, a cidade de Pombal já contava com sistema de

¹⁴ Discursos como os proferidos pelo Sr. Raimundo de Sousa promoveram durante os anos 1940 uma gradativa positividade das noites, pelo menos quando das representações dos habitantes do sexo masculino.

iluminação elétrica nas ruas centrais. Todavia, mesmo em vista disto, aquelas ruas também ficaram envolvidas por trevas até às 19 horas, quando, finalmente, as luzes foram acesas, provocando grande euforia nos habitantes daquele território que como se houvessem ensaiado, levantaram um coro de gritos na hora imediata à chegada da luz. Enquanto isso... o restante da cidade continuava sem luz.

Práticas como as listadas acima se repetiam também nas noites em que não havia lua, especialmente depois das 22 horas, quando o motor da luz era desligado e a cidade ficava toda no escuro. Isto acontecia porque, segundo Gervácio B. Aranha, citando artigo do jornal “O Mercantil” de 1883: “As noites escuras são propensas ao furto, aos distúrbios e aos tumultos, ao deboche e a immoralidade (...) também são ‘perniciosas ao trânsito, à tranqüilidade, à propriedade, à moral e à sociabilidade’.” (apud. ARANHA, 2005, p.120).

Desde os tempos mais remotos, foram atribuídos à escuridão significados depreciativos. Opondo-a sempre à luz, considerada redentora, as trevas eram consideradas ocasiões de perigos, momentos de degradação dos valores morais. À noite, pela ausência de luz era a circunstância favorável ao aparecimento de comportamentos sociais desviantes, tais como: latrocínios, alcoolismo, assassinatos, prostituição, jogatinas, vagabundagem, homossexualismo e adultérios¹⁵.

Embora estejamos tratando de uma cidade que tinha uma população urbana constituída por 4.861 habitantes até a década de 1950¹⁶ e que se configurava como um espaço de relativa

¹⁵ Sobre as práticas noturnas ver: BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1989; MATOS, Maria Izilda Santos de. **A Cidade, a noite e o cronista**. Bauru, SP: EDUSP, 2007; NASCIMENTO, Uelba Alexandre. **O Doce Veneno da Noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. 2007. Dissertação (MESTRADO em Ciências Sociais) UFCG, Campina Grande; RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008; SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. 2002. Tese (DOUTORADO EM História do Brasil) – UFPE, Recife.

¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos/ Contagem a**

calmaria, as práticas libidinosas e criminosas eram frequentes durante às noites, o que alimentava no pombalense, o medo da escuridão.

Sobre as práticas noturnas em Pombal o Sr. Raimundo de Sousa recorda-se que,

sair à noite? no escuro? Nera (sic) todo mundo não. A pessoa saindo de casa à noite só encontrava com gente assim, na época a gente chamava essas pessoas de depravada. As moças que encontrava na rua na calada da noite era só as moças do Rói. Agora era umas danadas bonitas viu? Né como as de hoje não. Menina, elas andavam tão arrumadas, eita que eram muito bonitas! Hoje, as raparigas... afff.... Também tinha (sic) nas ruas os marginais, êeee tinha ladrão sim. Sempre teve. De vez em quando tinha uns pantins (casos) de ladrão aqui. E tinha os bêbados que saíam cantando nas ruas acordando o povo (...) E tinha mulher que botava galhas nos maridos, só era o que tinha! (SOUSA, 2008).

As memórias do Sr. Raimundo nos apresenta um grupo de personagens que embora sejam comuns nas cidades que se modernizavam, não eram aceitos socialmente por todos os habitantes de Pombal. Nesse sentido, faz-se necessário sublinhar que os atores que aparecem nas tramas cotidianas noturnas, não são os mesmos, ou pelo menos, não se comportam como os personagens que transitam durante o dia.

Ao cair do dia, além de pessoas de comportamentos destoantes, outras figuras, reais ou imaginárias, a exemplo de demônios, lobisomens e “almas de outro mundo”, povoavam as ruas daquela urbe. Em face do que, ao escurecer, uma nova

População. 1930; 1940; 1950; 1960; 1970. Consulta realizada em 20 de Junho de 2007. Pombal –PB.

cartografia urbana se desenhava¹⁷. A cidade virtuosa do dia, cedia lugar à cidade noturna dos vícios.

Sobre tais representações, Maria Stella Bresciani, em seu estudo “Londres e Paris no século XIX, o espetáculo da pobreza”, afirma que a noite

é amiga do criminoso, até no movimento lento e silencioso do passo do lobo se faz sua cúmplice (...) os combatentes do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos juntos às mesas de jogos, os ladrões na sua labuta silenciosa : tais são seus componentes (BRESCIANI, 1989, PP. 12-13).

Ainda que a autora refira-se às noites parisienses, práticas e representações como estas, guardadas as devidas proporções, foram recorrentes em outros espaços-tempo. Assim, considerando as peculiaridades inerentes a cada cidade, também para os habitantes da pequena Pombal, ao chegar a noite as ruas ganhavam novos usos.

Geralmente ninguém saia de casa à noite. Era perigoso! Agora quando saia era em dia de lua. À noite era a hora de ficar em casa. O povo roubava!

¹⁷ Para uma melhor compreensão ver os conceitos de apropriações, invenções e usos de Michel de Certeau (2001). Este autor nos alerta sobre a forma como os discursos criados pela elite letrada eram absorvidos pelos grupos ditos populares. Os sujeitos desse segmento interpretavam os discursos e as imagens criadas pela elite dentro de uma lógica própria. Dessa forma, faziam usos diferentes daqueles que eram os esperados pelos membros daquele grupo (elite). Nesse sentido, surge aquilo que foi denominado pelo autor como (re)invenção. Michel de Certeau nos oferece, uma visão sobre as diferenças que cerceiam o homem comum e nos permite perceber as suas resistências. Assim sendo, a inversão de perspectiva que fundamenta a invenção do cotidiano, desloca-se do consumo considerado passivo, para a criação anônima, surgida das práticas, das burlas, dos desvios nos usos dos produtos e/ou espaços.

Era muito tarado, ladrão, bandido. Aí tinha umas histórias de uns lobisomens que corriam atrás das mulheres. Tinha umas mulheres e uns homens que botava chifres nas mulheres e nos maridos [respectivamente]; também era chamado de lobisomem (risos) o povo todo com medo. Eu mesma... Ah, como eu era tola (VIANA, 2008).

A ocorrência de práticas como as citadas pela Sra. Zulmira Ferreira Viana, deixava as “famílias” pombalenses de “cabelo em pé”, preocupadas com os “bons costumes” que pareciam ameaçados pelos desordeiros que vagavam na escuridão. Destarte, foi com o objetivo de conter as práticas ilícitas que se disseminavam naquela cidade e que colocavam em risco a ordem social que os representantes do poder público municipal e as elites locais, investidos de um espírito modernizador e “civilizador”, direcionaram suas atenções para a busca de uma solução eficaz para os problemas provocados pela ausência de luz.

Fato é que, desde o final do século XIX, foram muitas as tentativas de conter as práticas noturnas que maculavam a sociedade pombalense. Nesse sentido, foram tentados vários mecanismos de iluminação para coibir, ou pelo menos minimizar, os crimes contra a moral social, como bem assinalou Verneck Abrantes de Sousa, ao afirmar que antes da instalação do motor de luz elétrica, inaugurado em 1927, “toda a sociedade pombalense era nivelada por uma iluminação a bico de lamparina, candeeiros, velas e lampiões”¹⁸ (SOUSA, 2002, p. 19).

A asserção do pesquisador é muito pertinente, isso porque, após a introdução do sistema de luz elétrica, o uso desses instru-

¹⁸ A propósito da substituição da iluminação a gás pela iluminação elétrica **Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1825)** In. Parahyba no Império e na República. Estudo de história social e cultural. 2ª ed. João Pessoa: Idéia, 2004. Embora o autor trate de um recorte temporal diferente do nosso, aponta de maneira brilhante os problemas recorrentes durante a implantação daquela aparelhagem na Paraíba. O autor também enfatiza que mesmo com a implantação da luz elétrica, a iluminação a querosene continua a ser utilizada nas cidades que passavam por transformações modernizantes.

mentos era ainda necessário, dadas as limitações do motor,

que era pequenininho, a luz bem fraquinha, quase do mesmo jeito da luz da lamparinha só que não tinha nem fumaça, nem catinga. Luz elétrica? Só tinha as ruas centrais. O motorzinho também tinha hora certa para acender e para apagar e só quem tinha era os rico (sic). (SANTOS, 2004).

Como nos informou uma de nossas rememoradoras, a luz elétrica inicialmente foi implantada no espaço citadino centralizado, ficando as demais ruas desprovidas de iluminação pública.

Sobre a implantação do sistema de luz elétrica na cidade, a Sra. Rita Dantas recordou que ali na Rua da Cruz,

era um escuro só. Iluminação na rua? Basta! Quem podia, quem tinha dinheiro comprava um lampião com luizona (sic), clareava que era uma beleza. Agora quem não podia? Usava ou vela ou lamparina. A luz da lamparina era bem fraquinha. E basta, a energia elétrica era só lá no centro. Tinha na Rua do Comércio, na Rua do Rio e na Rua da Igreja. E mesmo assim, até os ricão (sic), quando a luz apagava¹⁹, tinha que ligar sua lamparinha ou... seu lampião! (DANTAS, 2008).

Para além de apontar a precariedade do sistema de iluminação elétrica o depoimento da nossa colaboradora vem também evidenciar o caráter excludente daquela conquista material. Exclusão esta que não se dava somente em função da espacialidade. Certamente, morar próximo à usina de luz facilitava a aquisição daquela aparelhagem, mas era principalmente a

¹⁹ O ligar/desligar da luz elétrica é o que indica o novo sistema iluminativo, quando de seu surgimento no século XIX, como uma iluminação efetivamente moderna. Trata-se da imagem da luz brotando como num passe de mágica, isto em decorrência do efeito automação.

situação econômica o que determinava quem iria consumir aquele serviço, isso porque, “a energia elétrica custava caro, custava os ‘olhos da cara’ (...) a pessoa pra colocar um bico de luz em casa tinha que ter dinheiro viu!?” (VIANA, 2008).

Sem dúvida, aquele benefício exigia que o proprietário fosse abastado, ou que, pelo menos tivesse algumas economias para a aquisição da aparelhagem técnica, isto porque os gastos começavam já com a concessão do direito de instalação da luz, que de acordo com o Código de Postura de 1936²⁰, determinava em seu Capítulo XI, Art. 50º que: “attendida a solicitação, pagará o peticionário caução relativo ao número de velas requeridas e igual à contribuição de um mês de fornecimento”. O Código estabelecia ainda que: “todas as despesas com o material para a instalação correrão por conta do consumidor, o qual custeará também a de mão de obra” (CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL, 1936, p. 11). Deste modo, quanto maior a distância com relação ao espaço urbano centralizado, onde se localizava a usina, maiores eram as dificuldades para a aquisição daquele serviço.

E, ainda que aquela “maquinaria do conforto” não tenha atingido e beneficiado igualmente a todos os pombalenses, nas representações construídas sobre a implantação do sistema de iluminação elétrica em Pombal, chama-nos a atenção o fato de todos os nossos rememoradores celebrarem a chegada da energia como indicativo de que a cidade estava se modernizando, o que pode ser percebido nas falas dos senhores Almeida e Sousa, respectivamente, que afirmam que, “naturalmente Pombal só melhorou com a chegada da luz elétrica. A cidade foi ficando mais bonitinha” (ALMEIDA, 2009). “A energia elétrica foi o que Pombal precisava para crescer, para se modernizar” (SOUSA, 2008).

Também nos relatos orais de memória da Sra. Ivanil Assis é possível percebermos o entusiasmo e a crença na idéia de

²⁰ Em 1936, durante a segunda gestão do prefeito Francisco de Sá Cavalcante é que foi elaborado o Primeiro Código de Postura Municipal, o que deve ter ocorrido em virtude das necessidades locais, vindo o referido documento a legitimar algumas leis que talvez já estivessem sendo aplicadas.

que a luz elétrica era de fato a “mensageira do progresso”. A energia lembrou: significava o progresso e o progresso é uma coisa fabulosa... trouxe muitas coisas boas para Pombal. Ah! E como trouxe. O povo todo festejou, ficou muito alegre. Antes não tinha aquilo, então, foi muito bom, não é? (ASSIS, 2004).

Que “o povo todo festejou” o advento da luz elétrica não temos certeza. Não obstante, acreditamos que a novidade representada pela aquisição daquela aparelhagem provocou no mínimo a curiosidade em muitos pombalenses, levando-os a deslocarem-se de suas residências, algumas delas localizadas na zona rural, com a finalidade de prestigiar a inauguração do motor de luz, fato que pode ser observado na imagem a seguir, quando grande parte da população pousou em frente à casa onde funcionaria a empresa de luz de Pombal:



IMAGEM 1- INAUGURAÇÃO DO MOTOR DE LUZ – 1927 (Fonte: Acervo de Verneck Abrantes de Sousa)

Ao centro a casa onde funcionou até meados dos anos 1930 a usina de luz de Pombal. Note-se a dissonância entre o discurso modernizante, que pregava “o grau de adiantamento que Pombal vivia naqueles anos” (SOUSA, 1971, p. 71) e as construções arquitetônicas da cidade. Somente no final dos anos 30 do século passado é que o prédio foi reformado e ampliado, para atender às necessidades do urbanismo moderno, o que nunca chegou de fato a acontecer.

Em destaque na imagem, à direita, o automóvel recém adquirido do Sr. Isidro Pessoa. A seta indica o começo da Rua do Comércio, considerada, já em 1927, uma das ruas mais importantes da cidade. Observe o vazio urbanístico no começo desta rua.

A representação criada pela imagem também aponta para a idéia de que as conquistas materiais, neste caso, a luz elétrica, beneficiaria todos os habitantes daquela urbe indiscriminadamente, e a explicação para tal construção está possivelmente vinculada aos discursos propalados pelos membros da elite local, os maiores beneficiados com aquela maquinaria moderna. Estes sempre que se referiam a ela a associavam ao progresso, à modernidade.

Seu Sá foi realmente um político honesto! Ele dizia que a energia era o que havia de mais moderno no mundo, e Pombal, o povo de Pombal merecia aquela melhoria. E além de seu Sá outras pessoas importantes ficavam dizendo: – agora Pombal cresce, agora as coisas vão melhorar! E melhorou viu? (ALMEIDA, 2009).

Uma coisa é certa: se as melhorias não foram aquelas esperadas e pregadas pela elite daquela cidade, a população de Pombal, foi sensível e intensamente transformada. O impacto daquela conquista material sobre a vida cotidiana dos homens e mulheres daquele espaço foi tão intenso que nos dias que antecederam a inauguração do “motorzinho”, “não se falava em outra coisa aqui em Pombal. Diziam que a cidade ia ficar mais bonita, moderna” (CONCEIÇÃO, 2008) e “naturalmente que ficou!” (ALMEIDA, 2009B). Finalmente, desejava-se que as pessoas dos diversos segmentos sociais acreditassem que aquela aparelhagem conduziria a urbe à modernidade.

E se não conduziu, não foi isso o que nos disseram seus antigos habitantes:

a energia elétrica foi uma coisa muito boa. O povo achou muito bom. Dizia que era um negócio bonito. Ora, antes as casas eram iluminadas a óleo, com as lamparinas, aí colocaram o motor com hora certa para acender e para apagar. Nossa! O povo gostou demais. O povo achava bom demais a energia elétrica. Era muito bonita a rua toda iluminada. Antes não tinha isso não é? Era chique, moderno! (TORRES, 2004).

As memórias construídas e listadas por nossos colaboradores acerca da chegada da energia elétrica, sinalizam antes de tudo o aparecimento de novas sensibilidades naquela urbe,

afinal, tratava-se de um equipamento “novo” que era propalado pelos discursos dos “senhores do poder” como uma aquisição moderna que conduziria todos os pombalenses ao “grande nível de civilização e progresso que gozavam as capitais nacionais e os países da Europa” (SOUSA, 1971, p. 91).

Todavia, basta olhar a fotografia a seguir para percebermos o quanto era exclusivista aquele sistema²¹:



Enquanto o povo foi fotografado fora da casa onde funcionaria a usina de luz (ver imagem 01), os homens da elite econômica, política e intelectual foram fotografados no interior da sala, atrás do motor, o que revela quão seletivo era o grupo que seria beneficiado com a nova tecnologia e que mereciam figurar como os incentivadores daquela aquisição.

IMAGEM 2- MOTOR DALUZ – 1927
(Fonte: Acervo de Verneck Abrantes de Sousa)

Sobre a solenidade de abertura dos serviços de iluminação em Pombal o pesquisador Verneck Abrantes de Sousa, diz que a inauguração “foi um grande acontecimento e marcou época, com festas e desfiles da banda de música pelas ruas da cidade” (SOUSA, 2002, p. 61).

²¹ A exclusão era um efeito caro da modernização para os grupos que não se adequavam a tal processo. Sobre isto ver: BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1989; SEVCENKO, Nicolau. **A Capital Irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio**. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras; 2001; ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo, HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004; SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o Percurso e as tramas do Moderno (1892-1928)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife; acerca do processo de exclusão social provocado pelos projetos modernizantes em Campina Grande ver: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazer Permitted, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. 2002. Tese (DOUTORADO EM História do Brasil) – UFPE, Recife. Ver também: SOUSA, Fabio Gutemberg R. Bezerra de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

Naquele dia, lembra-se a Sra. Maria Dorotéia da Conceição, foi festa à vontade,

o prefeito mandou botar umas luizinhas (sic) acanhada (sic) na frente da igreja e na frente da casa do motor de luz. Aí o povo era aquela euforia. As moças da sociedade mandaram fazer vestidos novos para aquele momento que era um momento muito importante para o povo de Pombal. Os homens ricos também era (sic) tudo chique desde cedo, andando com seus paletós de linho e de gravata. E os pobres também, as mocinhas com seus vestidinhos novos e os rapazes de camisa e de paletó também. Eu acho que ninguém economizou no visual não. O povo daqui era chique. Toda vida gostou de ser chique, moderno (CONCEIÇÃO, 2008).

Há uma grande distância entre gostar de ser chique ou moderno e realmente sê-lo. Assim, ainda que nossas fontes nos digam que os pombalenses dos segmentos econômicos mais baixos, tomados pelo desejo de usufruir dos benefícios trazidos pela nova tecnologia, compareceram “em peso” à cerimônia de inauguração, a qual, segundo o Sr. Pedro Fernandes de Almeida foi “a maior festa que já houve aqui em Pombal” (2009B), e que tais pessoas tornaram-se grandes defensoras do progresso, da modernidade, da civilização, o que fica evidenciado nas representações catalogadas é que a maior parte delas sequer sabia o que de fato era esse progresso. Mas importava estar ali. Para o povo ver e/ou participar daquela ocorrência era muito significativo, afinal, aquele era um momento de sociabilidade, ocasião de conflitos e negociações.

De acordo com as lembranças arroladas, acreditamos que a sensação era de que aquela maquinaria estava ali ao alcance de todos. Os grupos nomeados como populares

acreditavam, ou pelo menos desejavam que a luz gerada pelo motor à diesel beneficiasse a todos. E isto acontecia pelo menos em parte, pois ainda que muitos não tivessem colocado o seu “bico de luz”, “sempre dava para aproveitar um pouquinho da luz do vizinho” (BANDEIRA, 2008), e além disso, tanto para os moradores das ruas centrais como para aqueles que viviam em áreas distantes, os passeios noturnos, no “Largo do Bom Sucesso”, iluminados pelas “acanhadas luzinhas” permitiram o surgimento de novos hábitos e práticas sociais. Práticas nem sempre vistas positivamente pelas tradicionais famílias daquela urbe, conforme pode ser observado no depoimento abaixo:

Ah, para alguns pais de família a energia num foi bom não, eu acho. Porque as moças depois da energia só queriam viver na rua. Era os pais toda noite tendo que ir pegar as filhas no “patamar” da igreja. Ai eles diziam depois dessa tal modernidade ninguém tem mais sossego (VIANA, 2008).

Se houve pessoas que se mostraram resistentes às inovações materiais, houve também aquelas que incorporaram rapidamente os discursos modernizantes e enchiam-se de alegria e soberba por morar na cidade que possuía “a mais importante usina de luz do alto sertão paraibano²² (SOUSA, 1971, p. 90).

Outro aspecto que fica explicitado nos relatos dos nossos colaboradores é que a luz elétrica é evocada não como um mecanismo de combate e/ou prevenção às práticas censuráveis, embora esta tenha sido um dos principais motivos que impulsionou as autoridades locais a buscar àquela aparelhagem. Portanto, a luz gerada pelo motor elétrico é nas lembranças dos antigos moradores de Pombal, decantada como uma técnica de glamourização e estetização das noites²³.

²² Considere-se, contudo, que em Cajazeiras havia o mesmo sistema de energia elétrica desde 1923.

²³ Sobre a positivação e estetização da noite nas cidades que se modernizavam ver: MATOS,

Sobre isto a Sra. Zulmira Ferreira Viana rememora:

Ah, quando botaram os postes de madeira nas ruas da cidade, aquela parte ali do centro (aponta) ficou linda, embora a luz fosse bem fraquinha. Ora, mas só em não ter fumaça, aquela fumaça preta, fedorenta. A cidade ficou outra coisa. Agora tem uma coisa (...) teve pai que ficou doido, as moças era tudo no patamar da igreja flertando (risos), quer dizer, namorando. Aí é aquela coisa, a luz trouxe coisas boas e ruins, tem suas vantagens e desvantagens (VIANA, 2008B). *os grifos são nossos*

Sem dúvida o cotidiano noturno dos pombalenses foi impactado pelo advento da luz artificial. A cidade começava a ganhar uma nova cartografia noturna, o que ocorria em função dos usos e invenções dos seus habitantes. Outra observação que fazemos ainda sobre o relato de memória construído pela Sra. Zulmira diz respeito às “novas” práticas e sensibilidades surgidas naquele contexto. Lógico que houveram “vantagens e desvantagens”, os comportamentos destoantes não desaparecem com a introdução deste ou daquele melhoramento técnico, na realidade, eles se transformaram. Os valores e padrões de comportamento, tendem a mudar diante das necessidades impostas num determinado tempo-espaço, algumas mudanças ocorrem rapidamente, outras lentamente, configurando-se quase como uma permanência. E isto aconteceu também em Pombal, afinal, qual rapaz ou moça, não gosta de “beijinhos calientes”, e se os becos já não eram tão escuros, pelo menos até às 22 horas, havia agora as rodas de conversas nas calçadas iluminadas pelas precárias “luzinhas”.

Mas não só os jovens foram afetados pela implantação do sistema de luz elétrica. Sentar-se nas calçadas iluminadas para

Maria Izilda Santos de. A Cidade, a noite e o cronista. Bauru, SP: EDUSP, 2007.

fazer tricô ou crochê era o passatempo de algumas senhoras; outras, preferiam contar histórias de “botijas”, “era uma vez”, histórias de “trancoso” ou ainda falar sobre seu próprio passado. Já os homens ou conversavam em pé numa esquina ou jogavam carteadado, embaixo de poste, sendo os jogos mais frequentes de sueca e baccarat.

As crianças também faziam parte daquele novo cenário. Por causa delas, à noite era aquela algazarra. Embaixo de um “bico de luz” era melhor para jogar caxangá, “sempre com pedrinhas do rio, pedrinhas bem lisinhas”(VIANA, 2008). Agora, para quem estava próximo era impossível conversar, pois a brincadeira exigia que os participantes cantassem, e eles cantavam, na verdade gritavam!

*Escravos de Jó
Jogavam Caxangá,
Tira, bota
Faz um remelexo...
Que vai, que vem,
Guerreiro com guerreiro
Fazem zigue zigue zá.*

Também as cantigas de roda alegravam alguns enquanto incomodavam a outros:

*Tantas laranjas madeira
Diga que cor são elas
Verde amarela
Cor de canela...²⁴*

Às noites ganhavam novos sons, novas práticas. Enfim, novos usos. As mudanças eram muitas. No centro da cidade, conforme apontou a Sra. Zulmira Ferreira Viana, surgiram novos

²⁴ Trechinho de cantiga de roda cantada pelas Sras. Maria do Bom Sucesso Medeiros Nóbrega e Ana Ferreira de Almeida em entrevista concedida a autora em 02.02.2009.

espaços de diversões noturnas. No pátio da Igreja do Rosário, os namorados marcavam encontros. Aos finais de semana a banda de música dava o ar da graça e tocava alguns dobrados para alegrar às noites pombalenses. Em pouco tempo surgiram naquelas imediações casas de jogos e bares, o que contribuiu para o aumento da jogatina e do alcoolismo entre os jovens.

Olhe só: toda vida teve bêbado, prostituta, ladrão, essas coisas por aqui. Agora, você sabe que se a pessoa não tiver quem chame e não tiver onde comprar... já diminui né? Então, depois do bar Junqueira, que foi o primeiro bar que teve aqui no centro, ele não era tão familiar assim, mas o dono dizia que era Bar de família! Eu acho que só fez aumentar (ALMEIDA, 2009).

Sem dúvida, a abertura de bares era indicativo de que o consumo de bebidas alcoólicas estava aumentando. E se o alcoolismo aumentou, certamente isto provocou muitos tumultos na cidade, ou não. Vez ou outra, um rapaz era conduzido pelos policiais até sua casa por provocar desordem na cidade.

Tinha uns filhinhos de papai que quando ficavam embriagados quebravam as luzes dos postes, destruíam os banquinhos da praça. Saíam gritando nas ruas, era uma coisa horrível! E tinha pobre que fazia isso também mas quando era pobre ia logo pra cadeia, dormia lá, aprendia a lição e saía no outro dia. Rico não, tem aqueles ajeitados (FELINTO, 2008).

Se as limitações do motor de luz já eram grandes, elas tornavam-se ainda maiores com as práticas de vandalismo praticado pelos pombalenses. Em face do que, no Capítulo X, Art. 46º do Código de Postura de 1936 ficava estabelecido que:

É terminantemente proibido, sob pena de multa de 10\$000 a 50\$000, conforme a gravidade e circunstancia da infracção:

- a) damnificar postes ou lâmpadas da iluminação;
- b) damnificar ou destruir fios ou qualquer outro material electrico (CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL, 1936, p. 11).

Considerando-se que as leis surgem das necessidades sociais, é possível que casos de vandalismo e também o furto de energia fossem comuns antes da instituição desse código. E se alguns jovens eram responsáveis pela destruição das instalações, também algumas crianças faziam das luzinhas o “alvo de sua mira” na brincadeira de baladeira. Além desses inimigos do “progresso”, a empresa de luz teve que enfrentar ainda os furtos, que eram praticados por pessoas que vendiam o produto do crime por um preço inferior àquele cobrado pela empresa fornecedora da luz.

É preciso frisar que somente pessoas de posse possuíam energia em suas residências, de forma que, o material roubado só seria útil a tais pessoas que o utilizaria para aumentar o seu consumo. Fato que também poder ser percebido no Código de 1936 que estabelece: Art. 54º - “A modificação, quanto ao aumento ou diminuição de velas só poderá ser feita com previa comunicação à Prefeitura para o devido registro”. No Art. 56º do mesmo código, “mensalmente, ou quando julgar conveniente, o fiscal da Usina revisará todas as installações particulares conferindo o numero de velas”. Caso fosse encontrado número superior de velas, o consumidor pagaria uma multa no valor de 20\$000, fato que nunca chegou a ocorrer, embora tenham sido detectadas ligações clandestinas, conforme lembrou-se o Sr. Pedro Fernandes de Almeida:

Quem tinha energia em casa era (sic) os ricos e ainda assim, eles faziam umas coisas erradas. Arrancava

os fios da rua, pegava as lampadzinhas e depois botavam nas suas casas, aumentavam. Ai vinha aquele fiscal, olhava e... não acontecia nada! Por isso é que ficou como ficou. E pobre? O pobre roubava os fios para vender porque ele não tinha como botar a energia em casa né? (ALMEIDA, 2009).

O Sr. Almeida também nos aponta como um dos fatores para que o vandalismo tenha se tornado prática comum, a impunidade.

Mas nem sempre a empresa ficava no prejuízo. Às vezes era preciso penalizar os detratores do bem público, de forma que a polícia teve que fiscalizar mais constantemente as ruas contempladas com o serviço.

Se nos anos 1920 a novidade foi a conquista da luz elétrica, na década de 40, o grande destaque foi a construção das praças Getúlio Vargas e Barão do Rio Branco (Bar Centenário). Ambas foram idealizadas com o fim de embelezar o centro da urbe, o que era justificado entre outras coisas pelo crescimento econômico e populacional da cidade (SOUSA, 1999).



IMAGEM 3 - PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO – ANOS 1940 (Fonte: Acervo de Verneck Abrantes de Sousa)

No primeiro plano a Praça Barão do Rio Branco e o Coreto. Ao fundo temos as duas igrejas: a Matriz ainda sem a segunda torre, só construída nos anos 1950 e a Praça Getúlio Vargas.

A imagem é emblemática porque segundo o escritor Antonio José de Sousa (1971), em 1940 quando foram concluídos os serviços da praça, haviam sido colocados os postes de iluminação e as lâmpadas. Observe que o poste não possui a lâmpada. É possível que a ausência desta no solitário poste seja fruto de vandalismo, o que também é descrito pelo escritor como uma prática que se tornou freqüente na cidade durante os anos 1940.

As praças e seus monumentos, durante o dia eliminavam o vazio urbanístico do espaço citadino centralizado, tornando-se além de cartão de visita da cidade, ponto de parada para os

pombalenses que vinham da zona rural ou mesmo para os homens e mulheres do espaço urbano. À noite, por sua vez, os banquinhos da praça Getúlio Vargas, iluminados pelas luzes “redondas e branquinhas” serviam entre outras coisas para namorar. Os passeios noturnos nesta praça tornaram-se um espetáculo. Moças e rapazes desfilavam com seus trajes mais finos. Elas sempre esperando uma oportunidade, longe dos olhares atentos dos pais, para uns beijinhos. E eles de olho em qualquer “rabo de saia” que fizesse a noite valer à pena.

Em face do exposto, a proliferação dos territórios de lazeres e/ou prazeres noturnos era motivo de muitas preocupações para os pais de família, pois,

depois da luz as moças era um fogo de ta (sic) na rua. Era tudo solta. Aí quando dava sinal, o sinal era meia hora antes, que era o toque de recolher. Apagava tudo e acendia de novo. Aquele era o sinal para todo mundo ir para casa. Mas tinha umas moças que era preciso os pais ir buscar. E eles iam porque se não fosse a filha ia ficar falada (VIANA, 2008).

Nas ruas centrais de Pombal, a noite dava-se por encerrada às 22 horas, pelo menos para aquelas mulheres vigiadas pelos pais e maridos. Por outro lado, apagando-se as luzes,

enquanto certos habitantes dormiam, em algumas ruas, nos bares, restaurantes, boates, em salas pouco iluminadas e enfumaçadas, as tensões urbanas emergiam, vivenciadas de forma diversificada e fragmentada por seus frequentadores, fazendo desses territórios, lugar para se divertir, viver as aventuras e desventuras da noite” (MATOS, 2007, p.96).

O fragmento acima, extraído da obra “A cidade, a noite e o cronista”, de autoria de Maria Izilda Matos, embora trate das noites paulistanas, nos permite, guardadas as devidas proporções, conhecer um pouco sobre a vida noturna de Pombal a partir dos boêmios, isto porque a partir dos anos 1920, “a boemia tornava-se uma referência cultural, envolvendo frequentadores assíduos do cotidiano noturno” (MATOS, 2007, p. 96).

Em Pombal, as práticas boêmicas tornaram-se um pouco mais frequentes a partir de meados dos anos 1930, de forma que a diversão começava já no Bar Junqueira, onde os homens podiam beber uma “meota²⁵” ou talvez uma, duas doses de conhaque cinzano ou vermute. Também era possível jogar um pouco de sinuca para passar o tempo e melhorar os ânimos. E, se o cliente desejasse podia também levar uma “mulher de respeito” ou uma prostituta para fazer-lhe companhia à mesa.

Quando os serviços do bar se encerravam, o pombalense tinha as opções de ir dormir ou fazer da noite um momento de prazer. Para aqueles que desejassem arriscar uns beijinhos apenas, a estação ferroviária era o local ideal. As moças, mesmo diante das proibições dos pais, iam até aquele espaço movidas pelas promessas de namoros. A estação era o “point” da juventude, isto porque muitos pais não sabiam que suas filhas freqüentavam aquele território. “Todo mundo ia escondido. Quando um pai sabia que a filha estava por lá ou ia buscar ou mandava a polícia” (VIANA, 2008). Para aqueles que desejassem mais que beijos, os decadentes cabarés eram lugares ideais, pois ainda que suas instalações fossem precárias, havia sempre uma mulher disposta a cantar, digo, a dizer, já que a música não existia naquele período:

²⁵ De acordo com o Sr. Raimundo Formiga de Sousa a expressão “meota” significa dose de cachaça. Contudo, segundo o Sr. Pedro Junqueira Junior, antigo proprietário do Bar Junqueira, por “meota” entende-se meia garrafa de cachaça, o que era comprado por um valor menor do que consumo idêntico despachado em pequenas doses.

*Se acaso me quiseres
Sou dessas mulheres que só dizem sim
Por uma coisa à toa, uma noitada boa
Um cinema, um botequim
E se tiveres renda, aceito uma prenda
Qualquer coisa assim
Como uma pêra falsa, um sonho de valsa
Ou um corte de cetim
E eu te farei as vontades
Direi meias verdades
Sempre à meia luz
E te farei vaidoso
Supor que és o maior e que me possuis...*

(BUARQUE, 1977)

Muitas delas talvez não dissessem e desejassem que seus parceiros também não pronunciassem coisa do tipo “te afasta de mim, pois já não vales nada, és página virada, descartada do meu folhetim” (BUARQUE, 1977).

Em face das dificuldades econômicas e dos preconceitos estabelecidos, muitas das profissionais do sexo, buscaram ter parceiros fixos, pois aquelas que não conseguiam clientes certos tinham que se aventurar nas ruas para garantir seus proventos, o que era muito perigoso. Havia também entre as meretrizes aquelas que sonhavam em ser resgatadas por um príncipe encantado, ou simplesmente por um homem apaixonado que cantasse ao pé do ouvido

*Boneca vadia de manha e artifício
Eu quero para mim seu amor só porque
Porque na minha vida
Meu vício é você...*

Se o trecho da canção de Adelino Moreira foi de fato dito a algumas das jovens meretrizes de Pombal não podemos afirmar,

contudo, talvez a canção tenha encorajado alguns senhores a deixar de lado o preconceito e salvar algumas daquelas mulheres desejáveis²⁶ da vida de amarguras e dissabores que levavam naqueles recintos.

Porém, nem todos tinham aquela coragem, de forma que a maioria das moças de vida “fácil” continuaram a ser cotidianamente procuradas pelos senhores locais, que iam aos bordéis, pelo menos, muitos homens assim justificavam suas saídas noturnas: discutir assuntos de cunho político, econômico ou cultural, regados à cerveja Antártica ou conhaque.

Sem dúvida, nas mesas dos bares, os assuntos de tal envergadura eram comuns entre os senhores, todavia, não eram tais assuntos que moviam os homens até aqueles espaços, mas a busca de momentos felizes ao lado de uma mulher leviana. Assim, logo se tornou prática comum e até símbolo de status beber uma cervejinha enquanto Elisa²⁷ dançava toda faceira no meio do salão. Também era muito cobiçada no Rói Couro a companhia de Palmira, meretriz que veio de Campina Grande, “linda! A mais bela do cabaré. Toda cheia da etiqueta, deixava os homens tudo (sic) doido! (risos)” (SOUSA, 2008). Não menos disputada era Anália que adorava sentar-se no colo dos homens deixando suas pernas grossas todas à mostra, e como se não bastasse ainda havia Maria José, Beza, Jandira e muitas outras profissionais do sexo dispostas a *pecar só por prazer*, alimentando os vícios de muitos homens.

Mas a boemia era também, segundo as memórias dos nossos colaboradores, necessária à manutenção e à pureza do

²⁶ Para o historiador Antonio Clarindo B. de Souza, a construção da imagem da prostituta passa necessariamente por dois caminhos, quais sejam: por um lado são lhes atribuídos adjetivos depreciativos. Aquelas mulheres de vida liberal são consideradas a escória da sociedade. Por outro lado, há meretrizes belíssimas, carismáticas que tornam-se o objeto do desejo de muitos homens. Assim, a mulher desejável segundo este autor não é exatamente a “rainha do lar”. Sobre o conceito de mulheres desejáveis ver: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Por um Real de Amor: representações da prostituição na MPB. EDUFPG, 2008.

²⁷ Segundo os senhores Raimundo Formiga de Sousa e Pedro Fernandes e Almeida Elisa era uma das mais belas prostitutas da cidade. Além de ser dona de um corpo muito bonito ela foi também descrita como uma grande dançarina.

sagrado casamento, uma vez que as prostitutas eram “um contraponto à mulher portadora de uma honra, fosse ela casada ou virgem” (SOUZA, 2008, p. 21). Em face de tal idéia, os homens, tanto os casados quanto os solteiros, estavam autorizados a frequentar aqueles espaços de prazeres e usufruir dos serviços das meretrizes, evitando assim, macular a imagem de pureza de sua esposa ou noiva.

Desta forma, tornou-se prática comum que muitos espectadores noturnos ficassem ébrios e acabassem dormindo nos bordéis ou mesmo nas ruas, tornando-se o assunto da cidade no dia seguinte, coisa que parecia não os incomodar, na realidade,

chegar tarde em casa, ou melhor cedo né? Era coisa de homem mesmo. O problema era que quando o cabra é casado aí era aquela briga. Mas depois a mulher entendia, porque mulher de casa é aquela que se dá ao respeito. A pessoa não vai fazer o que faz com as prostitutas com sua esposa. Aí elas [as esposas] entendiam e ficava tudo bem de novo. E nós homens ficávamos tudo(sic) orgulhosos. Quando sentava na praça, no bar, em qualquer lugar era só pra falar das noitadas (risos). (SOUSA, 2008).

Mas se as noitadas eram boas, isso não quer dizer que os perigos diminuiriam. Na verdade, à medida que a cidade crescia e se modernizava, as práticas destoantes só aumentavam. Assim, não podemos esquecer que as vivências noturnas, e porque não dizer também diurnas, foram fortemente impactadas pelo advento do trem de ferro, em 1932, e pela película cinematográfica, no anos 1950, de forma que tornaram-se frequentes naqueles anos “cenas hollywoodianas” nas ruas centrais de Pombal o que nem sempre era visto positivamente pelas famílias “nomeadas” como tradicionais.

Todavia, o medo do escuro continuou. Mas eram outros os temores. O desligamento do motor continuava a atormentar os habitantes daquela urbe, o que parecia estar com os dias contados, pois com a construção em 1953 e a ativação das turbinas hidrelétricas do açude de Coremas parecia que novos ares começariam a soprar sobre Pombal, esperava-se que toda a cidade finalmente fosse ser contemplada com o benefício da luz e que as noites escuras ficassem só nas lembranças dos seus moradores. Contudo, os problemas na distribuição e utilização da energia elétrica pelos pombalenses estenderam-se até os anos 1980, provocando grandes inconveniências, o que se caracteriza como mudanças, em alguns casos e como permanências, em outros.

Destarte, ao longo deste trabalho, seguimos muitos rastros, traçamos nosso próprio caminho para apresentar algumas práticas e representações ocorridas em Pombal quando da ausência de luz. Ao percorrermos suas ruas escuras, seus becos, suas calçadas acanhadas, ao entrarmos nos decadentes cabarés, ao conhecermos alguns dos personagens reais ou quem sabe imaginários, que circulavam na cidade quando “caía a noite”, uma pergunta nos perseguiu: quais os impactos provocados nas vidas dos pombalenses com a chegada da luz elétrica?

Ora, a luz elétrica foi tomada como um signo moderno e celebrada como sinais de que Pombal estava se modernizando. Não é fácil medir seus efeitos. Pode-se no mínimo admitir sua importância para o surgimento de novas sensibilidades e de novas sociabilidades entre os habitantes desta cidade.

Referências

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1825)**. In. Parahyba no Império e na República. Estudos de história social e cultural. 2ª ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX – o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **“As Sete Portas da Cidade”**. In. Espaço & Debates: Cidade e História, Revista de Estudos Regionais e Urbanos: São Paulo, Ano XI, n. 34, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: Artes de fazer**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

Prefeitura Municipal de Pombal. **Lei nº 3 de 23 de junho de 1936. Código de Posturas do Município de Pombal**. João Pessoa; Imprensa Off. 1936.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **A Cidade, a noite e o cronista**. Bauru, SP: EDUSP, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade: visões literárias do Urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2008.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVIII ao XIX**; RJ: Rocco, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **A Capital Irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio**. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras; 2001.

SOUSA. Verneck Abrantes de. **Um olhar sobre Pombal antiga (1906 a 1970)**. João Pessoa: A União, 2002.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)**. 2002. Tese (DOUTORADO EM História do Brasil) – UFPE, Recife.

_____. **Por um Real de Amor: representações da prostituição na MPB**. EDUFCG, 2008.

Fontes orais

ALMEIDA, Ana Ferreira de. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 02. fevereiro de 2009.

ALMEIDA, Pedro Fernandes de. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 01. janeiro de 2009

ASSIS, Ivanil Salgado de. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 20. junho de 2004

BANDEIRA, Edianete Farias Formiga. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 20. novembro de 2008.

DANTAS, RITA. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 05. julho de 2008.

EVARISTO, Raimunda Santana. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 05. julho de 2007.

FELINTO, Maria Adélia. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 12. julho de 2007.

JUNQUEIRA JUNIOR, Pedro. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 08. dezembro de 2007.

NÓBREGA, Maria do Bom Sucesso Medeiros. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 02. fevereiro de 2009.

PEREIRA SOBRINHO, João. **Entrevista concedida a Sra. Maria das Graças Farias Formiga Wanderley**. Pombal. 26. janeiro de 2009. Transcrita por **Helmara Gicelli Formiga Wanderley Junqueira**

- SANTOS, Benta Carneiro dos. **Entrevista concedida a autora.**
Pombal. 20. junho de 2004.
- SILVA, Valdete Dantas da. **Entrevista concedida a autora.**
Pombal. 05. julho de 2008.
- SOUSA, Maria Amélia de. **Entrevista concedida a autora.**
Pombal. 20. abril de 2008a.
- SOUSA, Raimundo Formiga de. **Entrevista concedida a autora.**
Pombal. 06. junho de 2008B.
- TÔRRES, Francisca Trigueiro. **Entrevista concedida a autora.**
Pombal. 20. junho de 2004.
- VIANA, Zulmira Ferreira. **Entrevista concedida a autora.**
Pombal. 05. julho de 2008.

Capítulo II

BECOS E CASEBRES NA PARAHYBA DO NORTE: NA MIRA DA ORDEM SANITÁRIA¹

Fernanda Karoline Martins Lira Alves

Descrição Topográfica da Cidade

As primeiras edificações da cidade de Parahyba do Norte² foram erguidas aproveitando a topografia local – margens do rio e tabuleiro (planalto costeiro) ou entre o rio e a colina. Com um crescimento lento até fins do século XIX, a cidade manteve seu pequeno tecido urbano circunscrito ao seu sítio original, o qual, distribuído sobre esta topografia irregular que marcava a cidade, formava dois compartimentos que determinavam a nomeação pela qual costumava-se dividir a cidade: Cidade Baixa, que ocupava um pequeno trecho da várzea direita do Rio Sanhauá, e a Cidade Alta, estendida por sobre o Baixo Planalto Costeiro.

A Cidade Alta era o local do poder institucional, militar, político e religioso, aí se localizando também o tecido habitacional com um estatuto mais elevado. Já a Cidade Baixa correspondia fundamentalmente às atividades marítimas e comerciais, aos respectivos serviços e equipamentos – armazéns, alfândega, ferrovias, estaleiros – e às áreas habitacionais mais pobres (AGUIAR & MELLO, 1989, 75).

Embora a Cidade Alta se diferenciasse da Cidade Baixa, por ser o local que abrigava o centro administrativo e as elites,

¹ Este artigo é uma versão resumida do segundo capítulo da dissertação de mestrado em História intitulada "Urbe Viglada: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte 1910-1930" defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFCG, no ano de 2009.

² Parahyba do Norte era o nome da capital do estado da Paraíba no período de 1817 à 1930. Sua denominação atual, João Pessoa, é uma homenagem ao político paraibano João Pessoa, assassinado em 1930 na cidade do Recife quando era presidente do estado e concorria, como candidato a vice-presidente do país, na chapa de Getúlio Vargas.

igualmente convivia com grandes bolsões de pobreza, tendo em vista a quantidade de casas de palha existentes nesta parte da cidade como podemos ver nas descrições de Gomes Jardim, na monografia que ele faz da cidade de Parahyba do Norte. Segundo este, a cidade estava assim dividida na transição do século XIX para o século XX:

Na cidade alta tem: 28 ruas, 7 travessas, 20 beccos, 10 praças, 2 fontes publicas, 3 conventos, 11 igrejas, 10 edificios públicos, 2 edificios particulares, 1 cemitério [*da Cruz do Peixe*], 1 jardim publico, 984 predios entre os quaes 44 são sobrados, 382 casas de palha; tendo mais destas 28 por detraz da rua das trincheiras.

Na baixa tem: 31 ruas, 9 travessas, 13 beccos, 10 praças, 2 fontes publicas, 2 igrejas, 13 edificios públicos, 2 edificios particulares, 1 cemitério [*o Cemitério público*], 1112 predios entre os quaes 50 são sobrados, 361 casas de palha, e destas mais 16 na ladeira atraz de S. Bento. Existem mais 3 ruas sem denominação, no logar que se dá o nome de Jardim, contendo 4 predios e 86 casas de palhas. (In: AGUIAR & MELLO, 1989, 109)

De acordo com a citação acima, 46% das edificações na cidade de Parahyba eram residenciais, das quais apenas 10% eram sobrados – morada das elites aristocráticas – e o restante, a grande maioria, 90% eram de casas de palha, pertencentes às camadas mais pobres da sociedade. Além dessa enorme discrepância entre o número de residências da elite e dos pobres, 30% das ruas eram becos que, como veremos adiante, eram espaços mais comuns de habitação dos populares e que, condenadas pelo discurso higienista, serão palco de uma intervenção autoritária, quando das reformas urbanas realizadas na

cidade, especialmente, a partir da administração do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924).

Esse quadro permitia que, na passagem do século XIX para o século XX, várias visões negativas sobre o estado das habitações na cidade fossem apresentadas nos jornais, em termos de denúncias, bem como pela comissão médica, que não via com bons olhos as precárias condições em que se encontravam grande parte das habitações da cidade, sobretudo aquelas destinadas às camadas mais pobres, as quais não seguiam os padrões de construção e higiene ditados pelo Estado, como enfoca o relatório elaborado pela comissão médica e apresentado ao Presidente do Estado Álvaro Machado,

Quando olhamos para nossas habitações, salvo poucas exceções, vemos que são ellas construídas com esquecimento das leis da Hygiene, em especial aquelles casebres que servem de abrigo à gente pobre que aqui vive. (...) As leis da Hygiene determinam que em sua edificação sejam observadas as seguintes regras: - Bem construídas e arejadas; bem esclarecidas, enxutas, aceiadas e de facil acesso, guardando em suas devidas dimensões aberturas correspondentes e regularmente dispostas. Cada uma destas condições encerra na opinião de todos os higienistas um principio salutar e um germen fecundo às bases e elementos da hygiene publica e privada³.

A precariedade das condições em que a maior parte da população pobre da cidade vivia nos faz chamar a atenção para alguns indícios bastante plausíveis para analisarmos essa situação. A cidade de Parahyba por sua condição de capital

³ Relatório apresentado ao sr. Presidente do Estado Dr. Álvaro Machado pela comissão médica. Cidade de Parahyba do Norte, 11 de Março de 1906.

administrativa da província e depois do Estado, sempre se mostrou atrativa pelo incremento de certas atividades econômicas que demandavam uma quantidade maior de serviços, desde os serviços domésticos até no comércio e nas obras públicas. Além disso, ao longo do século XIX e início do século XX, o Nordeste sofreu com os efeitos da seca, e como as demais capitais litorâneas, a cidade de Parahyba do Norte aparecia como uma esperança de melhores condições de vida para o povo do interior, que a cada período de estiagem mais prolongada dirigia-se à capital em busca de sobrevivência.

No entanto, ao chegarem à cidade se deparavam com a falta de emprego e moradia e, sem condições de retornarem a sua terra natal ou de irem para outros lugares, eram obrigados a permanecer na cidade, indo morar, quando encontravam, em habitações precárias e baratas, aglomerando-se nos becos, em casas de palha, casas de cômodo, etc. Quando não, permaneciam nas ruas como mendigos.

A seca de 1877 foi uma das que mais castigou a população do estado, expulsando muitos sertanejos do interior para a capital. Segundo nota do jornal, num único dia chegaram nesta última 400 retirantes, os quais receberam auxílios de alimentos. No entanto, tais medidas eram insuficientes, visto que os retirantes não encontravam emprego nem moradia, resultando nas previsões feitas pelo redator da matéria, “se aglomerarem n’esta pequena capital, onde muito em breve se desenvolverá a varíola, as febres e todas as sortes de moléstias”⁴. A essa seca soma-se outras como a de 1915, por exemplo, que ocasionaram grandes migrações para capital, havendo um incremento notável da população que punha em risco o estabelecimento de uma cidade salubre e moderna, tão desejada pelas elites e autoridades locais, pois cada vez mais a população pobre se aglomerava nas casinhas de palha e taipa e nos becos da cidade.

⁴ Jornal Gazeta da Parahyba, 29/08/1889, p.02.

Às condições de moradia da população pobre, aglomerada nos becos e casebres de taipa e palha juntava-se a falta de infraestrutura da cidade, visto que a grande parte das ruas não tinha calçamento, além do que a cidade ainda não contava com saneamento, piorando assim a insalubridade em que vivia boa parte da população e que tanto ameaçavam a saúde pública e comprometiam o progresso. Nesse anseio de progresso e modernização da cidade, não tardou para que as precárias condições das habitações dos pobres passassem a ser alvo dos olhares atentos de médicos, autoridades e elite letrada. Esta última, por exemplo, encarregava-se de renovar os preconceitos contra a ameaça que vinha das formas precárias de habitação dos pobres, motivando denúncias como a que segue:

Chamamos a atenção do illustre Dr. Teixeira de Vasconcelos para o mau estado hygienico de uns tantos quartos de um beco que existe ao lado do mercado de Tambiá, junto ao estabelecimento comercial do Sr. Capitão Manoel Maria Figueiredo. Reina naqueles biongos uma verdadeira porcaria que attenta contra os mais comesinhos preceitos de hygiene publica.

Também na Rua da Lagoa, outros quartos, em número de sete, estão a cuja sollicitude e boa vontade esta confiada e importante causa da saúde publica.⁵

O bairro de Tambiá, citado na matéria, era, no começo do século XX, um dos poucos bairros da cidade e, segundo Coriolando de Medeiros (In: AGUIAR & MELLO, 1989), o mais populoso. Embora contasse com muitas casas de taipa, de porta e janela, nele havia casas amplas habitadas por famílias mais abastadas, das quais muitas desenvolviam seus comércios e outras eram de proprietários rurais que se transferiram para a

⁵ Jornal A Imprensa, 24/10/1912, p.01.

capital, incorporando-se às elites urbanas, elites que não viam com bons olhos a vizinhança pobre e insalubre, que insistia em se fazer presente num espaço em que não era bem vinda.

Ainda de acordo com a descrição de Medeiros, o bairro de Tambiá começava ao poente da ligação entre as vias Sete de Setembro e Joaquim Nabuco, estendendo-se até a entrada do Mandacaru, onde começava a Cruz do Peixe, área em que, segundo o autor, iam se erguendo de forma aleatória casas de palha, que abrigavam uma “população irrequieta, barulhenta, sempre movimentada por valentões e desordeiros, constituindo-se motivo de muito trabalho para a polícia” (In: AGUIAR & MELLO, 1989, 116). Como neste período o Tambiá era um bairro de preferência da elite, que construía casas amplas, confortáveis, atendendo às recomendações de casas salubres, arejadas, de tijolo e cobertas com telha, não estando, pois, disposta a conviver com a quantidade de casas indesejáveis, que existiam naquelas imediações, aos poucos foram enxotando os “maus” elementos. Para isso contavam com a ajuda da Repartição de Higiene Pública. Esta sempre que comunicada da presença desses indesejáveis, não tardava em inspecionar a área.

Repelidos das proximidades do núcleo mais central da Cidade Alta essa população passou a construir suas moradias em locais mais longínquos, formando áreas populares e carentes de serviços: Cruz do Peixe, Cruz das Armas, Jaguaribe e Roger foram espaços que passaram a acomodar a população pobre que lá construía suas moradias, as quais eram bastante modestas caracterizadas por casebres erguidos com barro, cobertos com palha e de chão batido, sem nenhuma infraestrutura.

Esses espaços, de uma forma em geral, guardam resíduos das contradições do processo de modernização, os quais sinalizavam o ponto de partida para a produção de um modelo de espaço intra-urbano desigual, fragmentado e segregador. Esse modelo se reproduz através do tempo e materializa-se nos diferentes subespaços da cidade, fixando as marcas de uma

formação socioespacial distinta. Entretanto, essa não é uma particularidade apenas da cidade de Parahyba do Norte, reproduzindo-se, também, em âmbito nacional e com mais força nas grandes capitais.

Segundo Nabil Bonduki, em fins do século XIX, já surgiam em São Paulo os primeiros indícios de segregação resultantes da diversificação das funções e o aparecimento, ao lado do velho centro, de bairros operários e de bairros residenciais finos. “Ainda que tímido, o processo fazia parte de um projeto sempre presente no corpo de idéias urbanísticas da elite dirigente e que ao longo de todo o período em estudo (e, de certa forma, até o presente) foi lentamente se implantando” (BONDUKI, 2004, 21). Como exemplos desse processo, Raquel Rolnik cita o bairro de Higienópolis, aberto em 1890 e que passou a concentrar os palacetes mais elegantes da cidade. Também a Avenida Paulista, inaugurada em 08 de Dezembro de 1891 (ROLNIK, 1997, 46).

De acordo com Rolnik, estes espaços contavam com leis exclusivas para edificação referentes a recuos e alinhamentos a serem mantidos, definindo assim a especificidade do modo de construir nos bairros destinados à elite, o que “corresponde uma característica absolutamente marcante na construção da legalidade urbana na cidade de São Paulo: a lei como garantia de proteção do espaço das elites” (ROLNIK, 1997, 46), desenhando assim uma geografia social da cidade, da qual até hoje estão reféns.

Na cidade de Parahyba do Norte, a valorização do Tambiá também foi acompanhada pela valorização de outros bairros que estando na área que se urbanizava ou que contava com infraestrutura, tornaram-se espaço de vivência e moradia das elites. Entre eles, está o bairro das Trincheiras, do Centro e Varadouro, embora este último, a partir de 1910, vá aos poucos tornando-se uma área mais comercial. Trata-se de espaços cujas paisagens foram modificadas com a construção de belas residências para acomodar as famílias da elite que habitavam as melhores casas localizadas nessas áreas, como a Rua Direita, atual Duque

de Caxias, o mesmo ocorrendo na Rua Nova, atual General Osório, espaços que contavam com leis exclusivas de habitação, como as ruas Maciel Pinheiro, Álvaro Machado e 15 de Novembro, onde somente era permitida a construção ou reconstrução de sobrados⁶, uma forma de assegurar apenas à moradores das elites.

O prefeito Guedes Pereira, na sua administração, adquiriu no Rio de Janeiro três álbuns de construções modernas⁷, a fim de oferecer aos moradores das áreas centrais modelos de casas elegantes e modernas que estavam sendo adotadas na capital federal e que convinham ser adotadas na capital parahybana também, dando a esta áreas modernos. O primeiro desses álbuns tratava-se de uma infinidade de plantas de casas que estavam sendo construídas no Rio de Janeiro e os dois últimos eram tipos de casas frequentemente usados na Europa e que já estavam sendo construídas no Brasil com grande apreciação das autoridades. Além de indicar modelos que certamente encareceriam os custos das construções, várias normas foram baixadas a fim de regulamentar as construções na área central da capital.

As Leis municipais e o Controle Sanitário

Embora sempre tivessem existido habitações precárias na cidade de Parahyba do Norte, elas parecem só ter passado a ser consideradas um problema pelas autoridades no fim do século XIX, início do século XX. O precário estado sanitário e o risco de epidemias se alastravam pela cidade e as autoridades viam nas aglomerações de trabalhadores pobres, mal-alojados em casas de palha e quartos de um cômodo, nos vários becos espalhados pela cidade, uma grave ameaça à saúde pública e

⁶ Decreto Municipal Nº 32 de 04/01/1921, In: Jornal A União, 11/01/1921, p.01.

⁷ Segundo nota do Jornal A União do dia 06/04/1922, p.03, os álbuns adquiridos pelo Prefeito foram: O Problema das Habitações no Rio, do engenheiro Enéas Marini; Aladdin Homes e Craftsman Bungalows.

ao projeto de modernização urbana idealizado pelas elites.

O poder público, então, atacou em três frentes: a do controle sanitário das habitações; a da legislação e códigos de posturas; e a da participação direta em obras de saneamento, urbanização da área central e implantação da rede de esgoto. Sobretudo, no que diz respeito, ao controle sanitário das habitações populares, essas medidas foram marcadas por uma concepção que identificava nas formas de moradias precárias uma das principais causas das doenças, as quais seriam extirpadas por meio da regulamentação do espaço urbano e do comportamento de seus moradores.

Assim, as medidas governamentais para controlar o crescimento desordenado da cidade, bem como as condições sanitárias e impedir a propagação de epidemias foram de três tipos: regulamentação da Repartição de Higiene, com poderes de polícia e inspeção sanitária, onde se podia entrar nos domicílios para controlar a vida, ditar regras de asseio, higiene e saúde de seus habitantes; promulgação de legislação de controle sanitário e de produção das habitações, com destaque para os Códigos de Postura; e participação do Estado na gestão de obras de abastecimento de água e saneamento.

As habitações, portanto, deveriam ter licença para sua edificação, conforme o Art.30 do código de postura de 1920, o qual estabelecia: “a ninguém é permitido construir ou reconstruir dentro da área do município sem prévia licença do poder municipal”. E, quando a construção estivesse terminada, a mesma não poderia ser utilizada antes de expedida a necessária carta de habitação, que seria solicitada pelo proprietário ou construtor, através de um requerimento. Vemos, assim, que o Estado invade a esfera do privado quando o assunto era edificação de quaisquer prédios no perímetro urbano.

Esse controle se daria, em grande medida, pelas posturas municipais, as quais tratavam de um conjunto de preceitos e regras estabelecidas pela Câmara Municipal com a pretensão de obrigar “os municípios a cumprirem certos deveres de ordem

pública, especialmente aqueles ligados à organização, ao disciplinamento e à construção do espaço da cidade” (SOUZA, 2002, 2). Essas normas representavam a necessidade que os governantes da época tinham em disciplinar a expansão da cidade, bem como a conduta dos seus habitantes.

De acordo com as Posturas, as casas deveriam ser de tijolos e cobertas de telhas, com janelas frontais e laterais e um jardim entre a porta e o portão de entrada, medidas estas, segundo os médicos, indispensáveis à circulação do ar e entrada de raios solares. Com estas normatizações, buscava o poder municipal ordenar, produzir e regular o surgimento de novas edificações, contribuindo assim, não só para a saúde da população, como também na configuração da cidade moderna e civilizada. Casas alinhadas, com alturas mínimas de pé-direito interior; fixação da espessura das paredes; obrigatoriedade de arejamento nos cômodos; regras para construir sacadas; distâncias médias para alinhamento; eram algumas das medidas a serem observadas pelos construtores ou reformadores de habitações, sujeitas a fiscalização pelo município.

A parte referente às condições do terreno estabelecia quanto à drenagem ou aterro que os proprietários deveriam realizar, antes de iniciar qualquer construção, assim como enfatizava que os terrenos deveriam ter no mínimo seis metros de largura para receber qualquer edificação com exceção dos localizados nas esquinas, que poderiam ter no mínimo a largura de cinco metros. Tal norma tinha por objetivo limitar o parcelamento especulativo indiscriminado dos lotes urbanos, inviabilizando assim as pequenas moradias em áreas que tendiam a ser rapidamente ocupadas; além disso, exigia que todo terreno, mesmo sem edificação ou com modificações recuadas do alinhamento, tivesse a frente fechada, em toda extensão, por muro ou gradil⁸.

⁸ Códigos de Postura Municipal, 1920, 1928.

Assim, ao tratar das condições que deveriam satisfazer os prédios a construir ou reconstruir, além de enfaticamente condenar habitações de palha e taipa nas áreas centrais da cidade, a primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada, e com a proibição da construção de casas de palha, proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que era um dos principais intuitos das autoridades. Esse tipo de intervenção no território “popular” complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia aos ideais burgueses com o qual as elites tanto se identificavam.

A idéia de intervir na forma das casas dos pobres partiu, como já nos referimos anteriormente, da correlação entre condições sanitárias e o alastramento das epidemias, mas também no intuito de criar espaços sociais distintos. De modo que, como se tratava de penetrar no território popular com o objetivo de controlar para poder transformar, o sanitarismo forneceu à política repressiva do Estado os meios legais e institucionais para cumprir tal meta, que teve como ponto de apoio a montagem de um sistema de vigilância permanente sobre o que as leis minuciosamente haviam estabelecido.

No entanto, apesar dos Códigos de Postura estabelecerem as normas para a construção das habitações, bem como assegurar à prefeitura o direito de punir o infrator com multas e até mesmo com a demolição das moradias irregulares e que representassem um empecilho à saúde e ao ordenamento da cidade, o processo de “enxotamento” dos populares das áreas centrais, como a ele se referiu Medeiros, não ocorreu de forma imediata. Ou seja, a permanência e reprodução das casas de taipa e palha na capital paraibana, marcando a paisagem e impossibilitando as ambições de afastar as vizinhanças empobrecidas, revelaram a limitação do modelo de cidade proposto e indicam uma ressignificação e apropriação por parte

dos populares das normas vigentes de acordo com suas necessidades. O modelo encontrado na lei nunca foi inteiramente implantado, embora a legislação proibisse a construção de casas de palha e ordenasse a demolição desde meados do século XIX, elas continuaram a se reproduzir na cidade, como atesta a denuncia do Jornal Correio da Manhã.

Em plena Rua Duque de Caxias, há uns casebres acachapados, que nos envergonham, que salientam bem o nosso atrazo em matéria de edificação. Casebres há que provam justamente que em nada temos evoluído nesta especialidade. E para não falar nas pequeninas casas de palha, que parecem multiplicar na cidade que ostenta-se, com sua intolerável monotonia, simplesmente horrorosa.⁹

Com o propósito de responder as denúncias que constantemente eram feitas acerca da permanência das casas de palha no centro da cidade, o prefeito da capital, Guedes Pereira, baixou um Decreto no ano de 1921 proibindo, a partir daquele ano, a construção de casas de palha no perímetro urbano bem como a sua permanência, conforme o Art. 4º, que rezava: “Fica marcado o prazo de três annos, a contar da presente data, para serem retiradas do perímetro urbano as casas de palha que estiverem construídas no mesmo perímetro”¹⁰, consideradas moradias insalubres e de estrutura arquitetônica destoante das recomendações indicadas. Assim, mais uma vez proibia-se a construção de casas de palha, além de regular enfaticamente as novas edificações. Regulamentava as fachadas, a espessura das paredes divisórias dos cômodos, os alicerces, os materiais de construção empregados, o arejamento e ventilação, etc.

⁹ Jornal Correio da Manhã, 30/08/1917.

¹⁰ Decreto Municipal Nº 32. op. cit. In: Jornal A União, 11/01/1921, p.01.

Ou seja, submetia-se a possibilidade de novas construções aos desígnios impostos pelo poder público, na esperança de regular a intimidade e a privacidade das residências mediante os padrões sanitários de infra-estrutura, o que encarecia os custos, e assim, limitava-se o rol de proprietários capazes de construir e até mesmo daqueles que pretendessem alugar tais imóveis.

Portanto, ao estabelecer o espaço onde era proibida a construção de casas de palha – uma das principais formas de moradia popular –, percebemos que as normas davam ênfase não somente às condições higiênicas das habitações das classes pobres, mas especialmente ao espaço dos pobres na cidade. Não encontramos no referido Decreto nem em outros códigos de postura, nem em outras medidas ou ações do governo do Estado, nem mesmo da Prefeitura, medidas que visasse a construção de casas higiênicas e salubres em substituição as casas de taipa e palha, apenas ordens estabelecendo a sua retirada dos espaços nobres da cidade. Ao mesmo tempo em que a Lei procurava alinhar os territórios da riqueza, delimitava também aqueles onde deveriam se instalar a pobreza.

Isto, sim, revelava-se uma questão social, a desabrochar a partir do centro da cidade – o qual estava sendo urbanizado com a construção de habitações nobres de acordo com o código de posturas para as elites – em incômoda vizinhança com a população pobre que habitava casebres. Mas tal constatação não implica que, como questão posta, a solução do problema habitacional para os pobres fosse prioritário nesse momento ou que houvesse uma vontade política para resolvê-lo de imediato.

Basicamente, a sua solução batia de frente com a questão da propriedade urbana e da especulação imobiliária, dada a impossibilidade de os pobres da cidade adquirirem casa própria de acordo com as normas das posturas municipais e tendo de sujeitar-se a pagar aluguel em habitações precárias. Habitações totalmente fora dos padrões exigidos pelas autoridades da higiene: as casas eram insalubres, sem ar e ventilação, sem esgotos

e muitas ainda eram superlotadas, pré-requisitos essenciais para serem condenadas à demolição. Como foi o caso de uns quartos situados à Rua da Lagoa que pelo seu péssimo estado foram condenados à demolição por parte da Repartição de Higiene, conforme expõe o Jornal A União:

Na Rua da Lagoa existe uma meiagua pertencente ao coronel Veigas, à qual vulgo apelidou sete quartos ou cachoeiras.

Essas pocilgas imundas sem nenhuma sorte de acomodações sanitárias sempre serviram de moradia de mulheres de ínfima condição que, afinal foram agora obrigadas a se retirar dalli, pela Inspectoria de hygiene, devido ao estado de immundicie alli notada.

Acresce que os casebres ameaçam ruína, estando, portanto, na espera de sua demolição, contribuindo assim, para a melhoria das condições hygienicas da cidade.¹¹

Os médicos higienistas que estavam à frente da Repartição de Higiene Pública recomendavam a demolição de casebres insalubres, como meio para manter o estado sanitário saudável da cidade, especialmente quando nestes residissem ou tivessem residido um doente acometido por varíola. Geralmente as denúncias que chegavam a este órgão eram feitas pelos moradores da área central que não estavam satisfeitos em compartilhar o espaço com os diversos casebres que ainda permaneciam naquele perímetro. Assim, é que em nome da “hygiene e da esthetica da cidade”¹², o Jornal Correio da Manhã trazia uma denúncia sobre as condições de alguns casebres como os da Rua do Rosário, que mereciam medidas urgentes dos senhores higienistas.

¹¹ Jornal A União, 03/03/1917, p.01.

¹² Jornal Correio da Manhã, 25/04/1917, p.01.

Na Rua do Rosário se ostentam, nas proximidades do prédio onde funciona a E.T.L e F. uns casebres horrendos que, além de afearem nossa cidade, representam um perigo a nossa saúde pela immundície que reina naquelas pocilgas. E estão prestes a desabar, com flagrante perigo para o público.¹³

Este tipo de denúncia, ao trazer adjetivos como horrendo e ao se referir às habitações como pocilgas, é bastante elucidativo das concepções preconceituosas e higienistas então na ordem do dia. Sem dúvida uma visão elitista, pois, a Rua do Rosário, segundo o autor da denúncia, “era uma das mais movimentadas da cidade e das mais freqüentadas pelas pessoas de bem”¹⁴, e que pelo estado mais ou menos satisfatório com relação à higiene e pelas casas que nela se situavam, habitações de comerciantes, que estavam de acordo com as normas de construção, “merece que se chame a atenção dos poderes competentes para esse disparate”. Pois ainda de acordo com a denúncia, os referidos casebres se ressentem de calçamento e acomodações sanitárias, sendo, portanto, argumentos suficientes para que estivesse exigindo a intimação por parte da Repartição de Higiene para regularização destes ou mesmo para sua demolição.

Entre as inúmeras vítimas do processo de racionalização do espaço urbano, encontra-se o fotógrafo Manuel Gonçalves da Silva, popularmente conhecido por “Voltaire Dalva”, que residia à Rua Barão do Triunfo, cuja casa de taipa, segundo o autor da denúncia, devido às péssimas condições em que se encontrava não se tratava de uma casa, mas de um “pardieiro immoral, um horrendo buraco, de porta e janela, contendo internamente uns fiteiros de quitanda ou cousa que o valha”¹⁵ (sic).

¹³ Id. Ibid.

¹⁴ Id. Ibid.

¹⁵ Jornal A União, 25/01/1920, p. 02.

Conforme as próprias palavras do denunciante, apelava-se para que o Dr. Vital de Mello tomasse providências sem demora para evacuar o “pardieiro da Barão do Triumpho”, não só em nome da higiene, mas “também no da beleza architectonica da urbs, visto que aquelle buraco não podia ser novamente habitado, pois era um trambolho para a esthetica daquela rua”¹⁶, além, é claro, de ser uma infração dos princípios da salubridade pública.

Embora o denunciante se questionasse sobre quem havia autorizado o reabitação “daquelle persevejal”, já que o mesmo há muitos meses havia sido condenado pela higiene e por esse motivo desocupado compulsoriamente, a fim de ser posteriormente demolido, preferia acreditar que o fotógrafo havia “penetrado furtivamente” e ali voltado a residir. Dessa forma, o autor levanta uma crítica ao fotógrafo sem entender ou sem querer levar em consideração, que tal atitude se devia a sua pouca condição econômica e não à rejeição ou ignorância por parte de Manuel Gonçalves dos princípios de higiene.

Da mesma forma que o fotógrafo Manuel Gonçalves, outros tantos habitantes pobres da cidade tiveram suas moradias condenadas pela Comissão de Higienização. Dessa forma, foram várias as direções tomadas pelos pobres na cidade, a exemplo da Rua da Imperatriz, atual Rua da República e das Ruas Amaro Coutinho, da Raposa e do Melão, sendo esta última a atual Beaurepaire Rohan. Tais ruas apareciam nas constantes denúncias publicadas nos jornais, que enfocavam o péssimo asseio destas artérias, as quais por não possuírem calçamento, contribuíam para que na época invernosas as chuvas abrissem verdadeiras crateras e acumulassem lixo, os quais concorriam para agravar as condições sanitárias da cidade, levando os médicos da Repartição de Higiene recomendarem a demolição de vários casebres dessas localidades, bem como a instalação da rede de esgotos.

¹⁶ Jornal A União, 25/01/1920, p. 02.

Nesse processo, além de casas e prédios desapropriados, houve o fechamento de vários becos da cidade para facilitar o trânsito e retirar da cidade o aspecto colonial que contrastava com o anseio de progresso de parte da população, que não via com bons olhos a profusão de becos que marcavam a paisagem da capital. No entanto, mesmo que autoridades e boa parte da população desejassem livrar a cidade do aspecto colonial, ele era a menina dos olhos, em termos arquitetônicos, dos que rejeitavam a onda modernizadora vigente, em especial dos que não aceitavam as formas frias dos traços geométricos próprios das ruas retas e alinhadas. Enquanto que parte da elite se mostrou entusiasmada com as mudanças que vinham se processando, outros lamentavam que a cidade estivesse perdendo sua feição de outrora. Nessa perspectiva cabe alinharmos a esse pensamento contrário às mudanças que vinham se processando, as idéias de Gilberto Freyre que nesse momento já contava com influência entre os intelectuais.

Freyre, analisando as rápidas mudanças ocorridas na cidade do Recife mostrou-se contrário à transformação de sua paisagem original defendendo a manutenção da sua feição colonial indispensável à construção de uma identidade nacional. De modo que num artigo publicado originalmente no Diário de Pernambuco, sendo transcrito depois pelo A União¹⁷, ele faz uma crítica aos engenheiros urbanistas que estavam substituindo o pitoresco colonial pelas formas geométricas.

De acordo com Freyre era preciso preservar a fisionomia própria da cidade contra a monotonia dos traços geométricos. Assim publica um artigo, o qual é reproduzido na Revista Era Nova¹⁸, chamando a atenção dos paraibanos contra o “hausmannismo estúpido” que estava transformando não só o Recife como também a capital paraibana, a qual em 1915 quando o mesmo a visita pela primeira vez “era de um ingênuo delicioso.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. Da Tyrania da Pedra Azul – Livrai-nos o Senhor. In: Jornal A União, 07/03/1926, p.01.

¹⁸ A Physionomia das Novas Cidades. In: Revista Era Nova, 30/09/1925.

Seus sobrados, suas casas, como que trepavam umas por cima das outras, nas ladeiras em zig-zag. Era toda em zig-zag. E o casario deliciosamente irregular¹⁹. Uma paisagem que na época que ele escreveu este artigo, 1925, já não servia para descrever a capital paraibana, pois nesse espaço de 10 anos, ruas haviam sido alargadas e calçadas, sobrados e casebres demolidos, dando a cidade uma outra feição que não teria agradado o autor.

Hoje a Parahyba é uma cidade a sangrar: retalhou-a a cirurgia esthetica dos engenheiros, para reduzir todo aquelle zig-zag a symetria. Debalde tem dito lá o sr. Saturnino de Britto o que tantas vezes disse aqui: que a cidade póde adquirir conveniencias modernas sem perder o seu character.

E as suas egrejas velhas... todo o espírito da Parahyba nova está, ao meu ver, naquella horrível aguia com um globo de luz electrica no bico – na rua principal da cidade e sobre um dos novos palacetes officiaes.²⁰

Se a nova feição que a cidade ganhava satisfazia a alguns, deixava outros insatisfeitos, assim como Freyre, teve aqueles que defendiam a permanência da cidade de outrora, passando a criticar as obras e considerá-las modismo passageiro. No entanto, apesar das divergências acerca das transformações na cidade, estas não eram invenções ou modismos passageiros, mas uma realidade fruto do processo de modernização pelo qual passava o país. De modo que, becos foram fechados, casebres, sobrados e igrejas seculares vieram ao chão para dar espaço às novas construções e avenidas.

¹⁹ Id. Ibid.

²⁰ Id. Ibid.

Os Becos da Cidade e as Ações Governamentais de Normatização dos Espaços

Um rápido olhar de um visitante à cidade de Parahyba do Norte no início do século XX identificaria a profusão de becos no centro da cidade. Já vimos, pela descrição de Jardim que havia, no fim do século XIX, em torno de 33 becos espalhados tanto na sua parte baixa como alta e, sobretudo, na artéria da Lagoa. Isto porque, além das várias casas de taipa e palha espalhadas pelo perímetro urbano, os indivíduos das camadas mais baixas habitavam os diversos casebres e quartos de cômodo que compunham tais becos.

Era na área central, núcleo econômico e administrativo, onde se erguiam edifícios públicos e os centros culturais, assim como os sobrados e os casarões de propriedade da elite urbana da época, onde se inseriam os becos, considerados por Sandra Jatahy Pesavento como os enclaves da cidade²¹, cuja finalidade inicial, na cidade de Parahyba, segundo seus memorialistas, consistia no encurtamento das distâncias, funcionando como artérias venais que desaguavam no Largo do Erário, verdadeiro *Rocio* da cidade e que se abria para a Rua Direita, que então corria da Igreja da Misericórdia, ao largo de São Francisco²². No entanto, com o aumento da população, a proliferação desses espaços revelavam o crescimento anárquico do centro urbano, onde grande parte da população pobre passou a residir nos quartos e casinhas de acordo com suas condições econômicas.

Como já foi apontado anteriormente, a diferenciação que se acentuava entre as elites e camadas populares, com o consequente incômodo produzido por esta coabitação forçada no centro da cidade, deu margem a uma transformação do

²¹ Ver *Uma Outra Cidade – O mundo dos excluídos no final do século XIX*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. Estudo no qual a autora faz uma análise dos lugares onde as camadas excluídas habitavam na cidade de Porto Alegre.

²² Consultar o artigo *A evolução dos becos metropolitanos* publicado na *Revista do IHGP*, N.20. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974 pelo memorialista José Leal.

sentido na organização urbana. O beco passa a ser visto e representado pelas elites e discursos dos letrados como o espaço que concentra o pobre, encravado no coração da cidade e que precisava ser retirado. O sentido original do termo, de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira aberta no curso natural de uma expansão urbana cede lugar a uma designação depreciativa que traduz ao mesmo tempo certo ponto de vista moral, estético e higiênico.

Nos discursos da imprensa, o beco é sujo, infecto, feio e muitas vezes perigoso. É um péssimo lugar, por onde circulam pessoas praticantes de ações suspeitas e péssimos hábitos de higiene. Expressões como estas, da *Imprensa* e da *União*, começaram a se tornar cada vez mais freqüentes, quando se referiam à estética da cidade ou relatavam incidentes ocorridos na mesma. De modo que, eram freqüentes denúncias acerca do estado de insalubridade dos becos.

O estado de imundície, no Becco do Londres, é, por demais lamentável. O capim augmenta dia a dia, além de águas podres, que alli são derramadas por um bloco de meretrizes.

Quem diria que o afamado Becco do Londres chegasse a tal ponto! A illustre prefeitura, pois, que se digne lançar os seus olhares piedosos aquelle trecho. Só assim, cremos, cessaria a grande falta de hygiene daquella gente do Becco do Londres²³.

Segundo os olhos das autoridades e das elites, que tinham padrões estéticos e de higiene diferenciado destes habitantes, os becos da cidade abrigavam personagens pobres, sem higiene, que representavam uma ameaça à saúde da cidade, mas também personagens escusos, como certa mulher do Beco do Barracão, que com “suas práticas supersticiosas, ridículas e nocivas dos catimbós explorava a credulidade da gente ignorante e

²³ Jornal Correio da Manhã, 08/03/1917, p.02.

de cabeça fraca”²⁴, ou a “preta velha”, Angelina Maria de Jesus dona de um catimbó num beco no Cruz das Armas²⁵, segundo nota do Correio da Manhã, o subdelegado do 2º distrito, após várias denúncias, mandou cercar a casa da mesma, encontrando lá além de vários objetos de feitiçaria, algumas pessoas que se achavam sentados em torno de uma banca, sendo todos conduzidos ao xadrez. Além destas os becos eram redutos de pessoas como a cognominada Mocinha com seus “modos airados e indecentes”²⁶, “praticando a portas abertas scenas ao natural com escândalo das pessoas que por alli tem de passar”²⁷.

O beco era, pois, o reduto dos excluídos urbanos e correspondia, de forma exemplar, a uma bela demonstração do que poderíamos chamar a maneira conflituosa de construir o espaço público. Ademais, era tratado nos jornais como o local por excelência da contravenção, embora nem sempre tenha sido assim. Foi nesse contexto de urbanização e modernização da cidade que vários becos cederam lugar às novas ruas e avenidas que seriam símbolos da modernidade da capital, empreitada que se deu, segundo Leal, pela ofensiva contra os becos da cidade, “todos de nomes pitorescos, dos quais apenas um, no bairro da Detenção, não foi crismado, rebatizado como o nome da rua, servindo de sentina noturna, merecendo por esta circunstância o moderno apelido de Beco das Fragrâncias”.(In: Revista do IHGP, 1974, 51).

Na análise feita por Leal, sobre os becos da cidade, encontramos os mais variados e pitorescos nomes, sendo que alguns também podem ser encontrados nas páginas dos jornais, seja nas notas policiais ou como alvo das notificações feitas pelos inspetores de higiene ou mesmo denúncias por parte das elites por seu estado de insalubridade. Dentre eles, destacamos o Beco Sete Pecados, que, de acordo com memorialistas, tinha esse

²⁴ Jornal A Imprensa, 12/06/1915.

²⁵ Jornal Correio da Manhã, 20/09/1917, p.02.

²⁶ Jornal A União, 11/02/1920, p.02.

²⁷ Id. Ibid.

nome por ser naquele beco que residiam “sete tentadoras beldades”; o Beco do Inferno, estreita passagem que, partindo do Beco da Misericórdia, separava os quintais das ruas General Osório e Duque de Caxias; Beco do Londres, um prolongamento da Rua Barão do Triunfo, famoso nas notas policiais pelas brigas entre algumas meretrizes que lá habitavam, brigas que na maioria das vezes eram fruto de disputas amorosas; o Chão Duro; o Beco dos Três...segundo o autor, tinha tal designação porque para ele davam os quintais da Rua do Comércio, da Barão do Truinfo e da Sá Andrade, de modo que o povo completava o nome com a “maliciosa reticência” e o Beco Luzia Gorda, trecho da atual Padre Meira.

A avenida Padre Meira era conjunto das três passagens marginais da depressão que existia entre os fundos da igreja do Rosário e a Lagoa Central, sendo formada pelos becos Luzia Gorda, Beco das Almas e da Pitombeira, este a margem da Lagoa do Ilerês. Eram Becos que se distinguiam por suas características próprias, especialmente pela qualidade dos patronos, sendo que o denominado Luzia Gorda era o mais respeitado devido à circunstância da patrona possuir filho pedreiro que não era indivíduo para brincadeira, conhecido por ser ágil na capoeira e destro no manejo da faca, sem falar na violência que punha ao desferir cacetadas sobre os seus desafetos e impertinentes. Por isso era respeitada no Beco das Almas, cujas mulheres não esqueciam de enviar-lhes convites para as comemorações (In: Revista do IHGP, 1974, 53).

Assim, é importante ressaltarmos que era intensa a vida nos becos da cidade, ainda que habitando ambientes tão desconfortáveis ou insalubres, seus habitantes tinham suas formas próprias de sociabilidades, de diversão. Ou seja, ainda que, morando em becos ou neles transitando a toda hora, a vida ali pulsava, mas de um jeito que as elites não entendiam, pois não entendiam seus códigos, sua linguagem, logo não entendiam seus cheiros e seus prazeres. De modo que, não restava outra coisa que não o preconceito, a aversão a modos de vida e pessoas tão diferentes, que viviam uma vida de privações, mas

que pareciam debochar, com seus comportamentos, de todos esses contratempos e revezes da vida.

Daí porque no processo de urbanização da capital, os becos tenham sido tão condenados pelos discursos médicos e pelas elites e autoridades, pois além de insalubres eram vistos como reduto de sociabilidades condenadas. De modo que, com o processo de remodelamento da capital não se hesitou em fechar esses espaços de entrave do progresso, como ocorreu, sobretudo, na gestão de Guedes Pereira, período das obras de saneamento da capital. Sua gestão garantiu não só a continuidade do plano de saneamento, mas também uma série de obras que modificariam a paisagem da capital. Entre 1920 e 1924, período de duração do seu mandato, o prefeito não só urbanizou a lagoa, definindo seu perímetro atual, ampliado pela captação da drenagem pluvial, mas também, transformando-a num parque que vencia o antigo desafio de unir a malha urbana inicial à fronteira de expansão Leste, a Avenida Epitácio Pessoa.

Esse surto que realizações ocorrido na capital do Estado, vinha se dando de forma mais intensa desde o governo de Camilo de Holanda, e ganha um impulso ainda maior na gestão de Guedes Pereira, que em conformidade com o plano de melhoramentos traçado sobre a planta topográfica da capital, cujos serviços de levantamento estiveram a cargo do coronel Otto Kuhn, iniciou seu projeto onde se encaminharam ligações e prolongamentos de várias artérias, realizadas conjuntamente como operações de nivelamento e prolongamento dos trajetos.

No governo do prefeito Guedes Pereira a retirada dos pobres da cidade prosseguia e se materializava com as medidas que visavam promover o progresso e a saúde da capital, como já apontamos no início deste artigo, e dentre estas medidas, está uma das primeiras e importantes obras do governo deste prefeito, a urbanização da Lagoa, grande obra de drenagem, abertura de vias e arborização do parque que se tornaria cartão-postal da cidade, que se processou sob a legitimação conferida pelo sanitarismo.

A Lagoa, situada no centro da cidade, era um antigo sítio pertencente aos jesuítas (Lagoa dos Irerês, como era conhecida), e atualmente Parque Sólon de Lucena, em homenagem ao então governador da Parahyba. Quando da sua urbanização foi submetida a vários processos de intervenção, em função da concentração espontânea de habitações e comércio, uma área que, segundo o discurso dos técnicos, vivia em total desorganização, pelo emaranhado promíscuo de becos e vielas que representavam um entrave ao desenvolvimento e crescimento da cidade.

Como a cidade estava passando por modificações em sua estrutura física, exigindo a demolição de vários prédios para serviços de saneamento e embelezamento, na construção da cidade moderna tão decantada por suas elites, a postura governamental de fiscalização às habitações se manteve ativa, afim de dificultar a construção de moradias que não estivessem de acordo com as leis sanitárias de construção; o poder público precisava apresentar alguma proposta para construção de novas moradias, especialmente para as camadas mais pobres da sociedade, que não podiam pagar por casas que não fossem os velhos casebres em que habitavam.

No entanto, no período estudado, não encontramos medidas que visassem a produção de moradias por parte dos órgãos governamentais, o que resultou, segundo os jornais da época, numa crise habitacional, sobretudo, para as camadas mais baixas da população. Tal situação de crise que atingia, sobretudo, as camadas mais baixas da sociedade, não foi exclusividade da capital paraibana, visto que, segundo Bonduki (2004, 39), nesse período, no Brasil, a única medida aceita pelo Estado para estimular a produção habitacional foi a concessão de benefícios ao setor privado, somente no governo de Vargas é que se adota a produção direta de moradias por parte do Estado, bem como uma legislação que regulamentasse as relações entre locadores e inquilinos. De acordo com o autor:

Construir casas, 'assumindo o papel de capitalista', era incompatível com a concepção liberal do Estado vigente até 1930. Assim, durante a Primeira República, privilegiou-se apenas o incentivo aos particulares.(...)

Adotados por todos os níveis do governo e regiões do país os estímulos a iniciativa privada foram sempre muito bem aceito por todos: higienistas, poder público e empreendedores. (BONDUKI, 2004, 40)

Nesse contexto destacou-se, dentre as soluções habitacionais de aluguel, construções em série para os operários e classe média em forma de pequenas moradias unifamiliares – as vilas operárias (BLAY, 1985), que contavam com aprovação dos higienistas que tinham a oportunidade de difundir o padrão de habitação recomendável. Segundo Blay, essas vilas podiam ser de duas modalidades, tanto produzidas por investidores privados, para locação no mercado, como por empresários, que com o processo de industrialização da capital, utilizaram a construção dessas vilas como estratégia para atrair trabalhadores, bem como disciplinar o tempo livre destes, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sob constante controle²⁸.

Na Parahyba, embora não tenha havido um crescimento populacional na dimensão do que ocorreu em cidades como São Paulo, que com a produção cafeeira e o processo de industrialização, recebeu muitos imigrantes, surgindo uma grande demanda por moradias, também passou por crises na habitação, em decorrência das várias demolições e da falta de moradias salubres e acessíveis às classes pobres. Mas aqui, a construção de casas populares na forma de vilas operárias não existiu. A

²⁸ A respeito da disciplinarização dos trabalhadores por parte dos patrões consultar também o trabalho de Margaret Rago: *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade Disciplinar 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

produção de vilas operárias só se deu em Santa Rita, a partir de iniciativa dos empresários da fabrica Tibiry e na cidade de Rio Tinto, que pertencia a Companhia Paulista de Tecidos (CHAGAS, 2004, 176).

Apesar de ter havido o que alguns jornais chamaram de “febre de construções”²⁹ na capital no ano de 1923, chegando a ser erguidas “cerca de setenta e tantas casas”³⁰ na capital como noticiava A União:

Não obstante as numerosas demolições que o processo de remodelamento da cidade exigiu em várias ruas da cidade, necessárias ao alargamento das artérias centrais, assim como o fechamento de vários beccos nas imediações da Lagoa, aquella dificuldade tende a desaparecer ou pelo menos minorar sensivelmnte.

Concorreu para esse relativo alívio a grande febre de construcções todas conforme os preceitos de esthetica e hygiene estabelecidos pela auctoridade do dr. Guedes Pereira , prefeito do município. Assim é que só na Cidade Alta, nas suas ruas e avenidas novas do Tambiá estão sendo erigidas cerca de setenta e tantas casas, sendo a maioria de graciosa feição architectonica.³¹

Essas construções não resolveram o problema de moradia entre as classes mais baixas, atendendo apenas as classes média e alta que podiam pagar por moradias de acordo com os padrões higienistas de construção na área central, bem como com o requinte arquitetônico que muitas delas apresentavam. Os pobres como já nos referimos anteriormente, ficaram entregues a própria sorte. No entanto, apesar de não terem existido

²⁹ Jornal A União, 26/07/1923, p.01; Jornal A Imprensa, 04/07/1923, p.02.

³⁰ Jornal A União, 26/07/1923, p.01.

³¹ Id. Ibid.

projetos, nem a construção de moradias higiênicas e econômicas destinadas às classes pobres, suas habitações não deixaram de sofrer a intervenção estatal, marcada pelo autoritarismo sanitário, na perspectiva de difundir padrões de asseio e de comportamentos. Respalhada na legislação, a polícia sanitária atuou no sentido de vigiar, inspecionar e quando necessário condenar à demolição as habitações fora das normas de higiene. E este modo de atuação, na realidade não representou uma solução para o problema, mas sim a sua própria recriação.

Referências

AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro**. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.

BLAY, Eva Alterman. **Eu Não Tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação liberdade, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As Singularidades da Modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Recife, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

Margareth Rago. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade Disciplinar 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RONILK, Raquel. **A Cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**.

Recife. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

Fontes

Periódicos

A União – Anos 1911, 1913, 1914, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921 -1926.

A Imprensa – Anos 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924-1930.

A Notícia – exemplares avulsos – Ano 1916

Correio da Manhã – exemplares avulsos – Anos 1916, 1917, 1918, 1930.

Gazeta da Parahyba – exemplar avulso – Ano 1889

Revistas

Revista Era Nova, 30 de Setembro de 1925.

Revista do IHGP, N.20. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.

Documentos Oficiais

Códigos de Postura Municipal, 1920, 1928.

Decreto Municipal nº 32 de 04/01/1921.

Relatório apresentado ao sr. Presidente do Estado Dr. Álvaro Machado pela comissão médica. Cidade de Parahyba do Norte, 11 de Março de 1906.

Capítulo III

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O FAZER TELEVISÃO EM CAMPINA GRANDE

*Silvia Tavares da Silva*¹

Início dos anos 60, em Campina Grande, no calor das disputas políticas entre dois grupos com princípios eleitorais completamente antagônicos, é anunciada a chegada de mais uma novidade que traria ainda mais progresso para a cidade. Como prenúncio de mais um feito eleitoreiro na cidade, a instalação da primeira emissora do Estado ganha repercussão entre os campinenses causando um certo frisson em seus moradores.

A cidade, que ainda vivia das lembranças dos anos áureos do seu desenvolvimento econômico, devido à cultura algodoeira, respirava agora ares de uma efervescência também cultural em que velhas e novas práticas embalavam a vida social dos campinenses. Entre clubes, cabarés, carnavais de rua, bares, cinemas, auditórios de Rádios, os campinenses se divertiam, trocavam idéias e idealizavam novos projetos para a cidade.

É em meio a esse cenário tão diversificado e dinâmico que tentaremos discorrer a respeito da recepção dos moradores na época da chegada da primeira emissora de televisão a Campina Grande.

Entendemos que a chegada da primeira emissora colaborou para que os campinenses se interessassem ainda mais por televisão. Esta, apesar de já ser do conhecimento das pessoas, ainda se constituía como pouco atrativa pela dificuldade em obter um aparelho receptor, como também pela péssima qua-

¹ O presente texto, com algumas alterações, é parte da nossa dissertação de mestrado intitulada: Por uma história da mídia televisiva em Campina Grande – 1961-1965, defendida em 2009 junto ao programa de pós-graduação em História da UFCG.

lidade da captação de imagem pouco favorecida pela ausência de antenas de longo alcance. Isso só foi possível com o projeto da instalação da TV Borborema. Acreditamos que a partir desse acontecimento Campina Grande passou a definir uma cultura televisiva local.

Nesses termos, nossa tentativa neste capítulo é de contar um pouco das histórias que nos remetam a uma memória sobre esse meio midiático, para tanto, daremos ênfase nas próximas linhas às primeiras experiências práticas de alguns funcionários (técnicos, apresentadores e produtores) da TV Borborema, e percorreremos algumas reminiscências que de alguma forma marcaram a vida de pessoas dentro e fora dos estúdios da primeira emissora de televisão campinense. É através dessas memórias, interessadas, mas não menos reveladoras, que reconstruiremos imagens daquelas que foram as primeiras vivências com as primeiras transmissões televisivas locais, bem como a receptividade destas pela população campinense.

Uma vez instalada a emissora, o sonho de fazer programações locais era agora possível e até se fazia necessário para preencher os horários nos quais a televisão ficava no ar. Sem programação local as emissoras interioranas ficavam dependendo de programações de outras emissoras, principalmente, das do Sudeste do país, que se tornavam repetitivas além de chegarem com muito atraso. O horário da época era bem reduzido se comparado com hoje, pois começava a partir das 18h30min e ia até às 22h30min, mesmo que para uma programação ao vivo o tempo tornava-se uma eternidade diante das dificuldades técnicas e pela constante busca de habilidades para o imprevisto. Os erros, os deslizos não eram muito bem vindos para a realidade de uma TV local.

Assim como muitas outras experiências pelo Brasil afora com as primeiras produções televisivas, Campina Grande contou com a colaboração dos profissionais do rádio para a sua realização. Graças a eles foi possível a realização de programas humorísticos, telejornais, programas de entrevistas, entrete-

nimento, sociais e culturais, produzidos e transmitidos pela TV Borborema. Quando a emissora passou a fazer parte da realidade local, o entusiasmo e a colaboração desses profissionais foram de fundamental importância para a sua efetivação como um meio de comunicação que possibilitou uma programação com uma identidade campinense. Mesmo que com uma outra linguagem, diferentemente daquela do rádio a qual estavam habituados a fazer, a nova experiência soou como um desafio que agarraram com muita dedicação de maneira a tornar possível a efetivação de uma emissora genuinamente campinense. A televisão absorveu dos estúdios das rádios locais locutores e técnicos que migraram para o novo veículo com perspectivas de realizar coisas que se tinham notícias em outras emissoras do país, principalmente da TV Tupi. Sobre essa perspectiva enfatiza o Sr. Eraldo César: “a gente sonhava em fazer televisão, até em competir” (entrevista com o Sr. Eraldo César, em 18/06/08). Mas, fazer televisão com algumas dificuldades em relação a materiais técnicos e sem experiência nenhuma com o novo meio não foi muito fácil para esses primeiros desbravadores.

“Mil maneiras de ‘fazer com’”: a arte do improvisado na TV

Nos primeiros meses da sua fase experimental, a emissora era mais uma repetidora dos programas produzidos no eixo Rio – São Paulo, ou dos “enlatados” (produções feitas em outros países e enviada para nós), mas essa prática não durou muito, logo ela passou a desenvolver uma grade de programação local ao vivo. Mesmo assim, ainda nessa fase, a TV Borborema aventurou-se em transmitir de forma ainda muito precária alguns acontecimentos que ocorreram na cidade nos inícios da década de 1960, como por exemplo, jogos de futebol, desfiles comemorativos, festas em clubes. Esse tipo de transmissão foi recorrente bem no início da fase experimental da emissora e se constituía mais de testes com a aparelhagem técnica e assim os campinenses iam tomando conhecimento da novidade que

estava prestes a fazer parte da realidade da cidade definitivamente. Como não podia ser diferente, o jornal impresso seguia os passos daquela investida e como seu porta-voz informava em suas colunas as realizações televisivas prestes a serem apresentadas à cidade. Em matéria do Diário da Borborema, a transmissão do jogo entre Treze e Campinense, que se enfrentariam pelo campeonato paraibano no ano 1963, aparece como uma nova realidade que começava a fazer parte do cotidiano da cidade. As matérias procuravam divulgar o empreendimento como algo já perto da sua instituição definitiva e que só tinha a engrandecer a cidade de Campina Grande como pioneira de mais uma nova investida. Matérias intituladas “Treze/ Campinense na Televisão” e “TV – Borborema transmitirá hoje desfile do dia 20” davam uma idéia do novo tipo de programa.

(...) o contrato publicitário realizado entre a firma desta praça, direção Jaime Pascoal e Cia, a direção da TV Borborema, canal 4, para o televisionamento do encontro de futebol de domingo próximo, reunindo, no estádio Presidente Vargas, as equipes do Treze e do Campinense pelo Campeonato Paraibano de Futebol, é uma demonstração do amadurecimento dos nossos homens de empresa, industriais e comerciantes, compenetrados já do relevante papel da propaganda para a maior aceitação e maior venda de seus produtos ².

Em sua programação de hoje (fase experimental) a TV Borborema transmitirá em todos os detalhes o filme realizado no dia 20 do corrente, durante as festas comemorativas do pré-centenário de Campina Grande.

Terão assim os telespectadores oportunidade de apreciar mais uma vez o desfile monumental à

² Consultar Diário da Borborema, Campina Grande – PB, em 19/10/1963.

margem do Açude Velho, com que foi festejado o nonagésimo nono aniversário da cidade ³.

A primeira matéria nos traz o panorama da relação dos comerciantes locais com a concretização do projeto de implantação da TV na cidade. Suas contribuições em forma de patrocínio foram fundamentais na realização de muitos eventos promovidos pela TV Borborema, ao mesmo tempo em que esta tentava impor uma nova cultura de propaganda publicitária local, que com o novo meio de comunicação vinha se definindo não só em Campina Grande, mas em todo o país.

Assim, como a primeira matéria, a segunda discorre sobre um acontecimento de relativa importância para os campinenses, já que a programação estava diretamente relacionada a um acontecimento local. Mais do que só ver Campina Grande no vídeo, as pessoas também podiam ver amigos, parentes, conhecidos na telinha.

A TV Borborema começava a mostrar Campina Grande aos Campinenses. Mesmo na fase experimental, a emissora procurou desenvolver já uma programação local, o que contou com a criatividade e improvisos dos seus apresentadores. Pelas dificuldades técnicas e pela pouca experiência os programas não tinham uma grade fixa. Alguns programas eram montados e iam sendo experienciados por seus produtores e apresentadores, mas já tentavam imprimir uma identificação das pessoas com aquela programação que tinha um foco exclusivamente local. Pensamos que nessa perspectiva uma cultura televisiva começava a se concretizar na cidade.

Ao relatar a importância da instalação da TV Borborema e das suas primeiras programações locais, o Sr. Rômulo Azevedo relata:

(...) pela primeira vez a Cidade que estava acostumada a ver Rio de Janeiro, São Paulo,

³ Consultar Diário da Borborema, Campina Grande – PB, em 30/10/1963.

Recife, passou a se ver no vídeo. Então passou a se ter uma identidade televisiva de Campina Grande através da TV Borborema, isso foi importantíssimo, criou uma auto-estima na Cidade. (Entrevista com o Sr. Rômulo Azevedo, em 25/01/08)

Segundo ele, a possibilidade de uma TV campinense começava a mostrar a cidade para os seus moradores e relacionando estas com as suas mais diversas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, criava não só uma identidade televisiva, mas também um sentimento de pertencimento e de identificação daquele meio tecnológico com as práticas e costumes locais. Colocar a cidade e os campinenses no vídeo não foi tarefa muito fácil, afinal televisão naquela época era sinônimo de muita desenvoltura e de improviso.

As programações televisivas nos seus primórdios iam ao ar sempre ao vivo, pois o uso do Vídeotape⁴, apesar de ter sido inventado nos finais da década de 40, era ainda bastante restrito seu uso devido o alto custo da aparelhagem. Logo, essa primeira fase da TV no país não podia ser diferente, ou se fazia ao vivo ou não seria possível programação local. Com o uso do VT (Vídeotape), a televisão passou por grandes transformações. Muitos caracterizam a sua regularização como um divisor de águas na história da televisão brasileira, como afirma Inimá F. Simões (1986):

O fato inegável é que o VT muda a lógica operacional da televisão, multiplicando a sua rentabilidade e tornando-se apta a disputar novos mercados publicitários. Trata-se de um novo tempo em que não há mais lugar para a gafe cometida pela garota-propaganda, porque passa a vigorar um padrão de acabamento formal de organização

⁴ Aparelhagem que possibilita a gravação de programas e a sua transmissão posterior, assim os programas ficaram menos vulneráveis aos erros e improvisos.

técnica que diminui o imponderável ao seu grau mínimo⁵.

O VT passou a ser utilizado mais freqüentemente pela televisão brasileira no ano de 1962, mas esse recurso ficou restrito às emissoras do eixo Rio – São Paulo que já dispunham de recursos financeiros suficientes para adquirirem tal tecnologia. Enquanto isso as emissoras do interior do país contavam única e exclusivamente com a dedicação dos seus profissionais para colocar no ar programações locais, não sendo assim, essas emissoras se prestariam apenas à repetição de programas das emissoras de fora ou das produções estrangeiras, como nos informa o Sr. Rômulo Azevedo:

(...) as emissoras eram obrigadas a produzir a sua programação local, quando não tinham programas locais, o que você poderia mostrar eram filmes em películas cinematográficas, porque embora o videotape já existisse era muito restrito a Rio de Janeiro e São Paulo e assim por diante. Então os primeiros programas que eu me lembro eram todos feitos ao vivo, a grade inteira de programação local, com inserções de um ou dois filmes que vinham de embaixadas, e complementavam a programação (...). (Rômulo Azevedo, 25/09/08)

Devido a essas dificuldades, a solução para os profissionais era se adaptarem à realidade que “tinham em mãos” e buscar fazer uma programação que não exigisse muito da técnica que ainda era bastante estrita. Ao relatar suas primeiras experiências com o fazer televisão, o Sr. Eraldo César assevera: “(...) a gente, é claro, viu imediatamente que a coisa não era como se esperava, então a gente procurou fazer programas de acordo com o que

⁵ SIMÕES, Inimá F. TV à Chateaubriand. In: **Um País no ar**: história da TV em três canais. São Paulo: Brasiliense; 1986, p.50.

as condições técnicas nos ofereciam (...)” (Eraldo César, 28/06/08). Sendo assim, programas de entrevistas, de auditórios, programas sociais foram os mais propícios para aquela realidade ou, nas próprias palavras do Sr Eraldo César: “a televisão Borborema começou assim, fazendo programas mais fáceis de serem elaborados (...)” (Eraldo César, 28/06/08). Essas primeiras experiências não tinham como ser diferentes, mas as dificuldades pareceram estimular ainda mais os envolvidos com o projeto de colocar uma programação local no ar.

As condições técnicas dos primeiros anos de transmissão televisiva na cidade influenciaram não só na produção estrutural dessas programações, pois restringiam a dinamicidade destas, característica hoje completamente superada pela televisão brasileira, como também, interferiram na recepção dos telespectadores, visto que as imagens que chegavam aos aparelhos receptores deixavam muito a desejar, como nos relata ainda o citado informante:

(...) a TV Borborema não tinha uma imagem desejada mesmo porque não existiam ainda as redes e essa possibilidade de transmitir era só através de satélite, então deu muito trabalho a gente fazer o programa aqui porque a imagem realmente não agradava, era destorcida, tinha uma série de defeitos (...). (Eraldo César, 28/06/08)

Na tentativa de oferecer melhores condições de som e imagem à transmissão televisiva, uma solução foi colocada no mercado, as antenas internas e externas. O jornal passou a fazer anúncios comerciais do artefato para uma captação melhor da programação local. Esse seria um mecanismo para melhorar o acesso às imagens tanto na própria cidade quanto para outros municípios paraibanos que passaram a receber, ainda no ano de 1965, o sinal da TV Borborema. Logo cidades do Cariri, do Brejo e Agreste podiam sintonizar o canal campinense.

TV CENTENÁRIA

Está instalada nesta cidade a oficina de montagens e consertos de antenas de TV, à rua Maciel Pinheiro, 212, Lojas “A TELEVISÃO” (CIADESA), sob a direção de TEIXEIRA. Os interessados devem procurá-lo pelo telefone 1941.

AOS TELESPECTADORES DO INTERIOR

Eis as características da antena para receber em ótimas condições A TV BORBOREMA. Ela deve ser colocada no mesmo mastro onde estão as do Recife, todavia DIRIGIDA para Campina Grande. As lojas “A TELEVISÃO” tem para pronta entrega⁶.

Tinham aqueles que criaram outros meios para facilitar a recepção das imagens, assim, lembra o Sr. Edilson que o seu pai, um dos primeiros técnicos em aparelhos televisores na cidade, inventou um filtro o qual foi bem aceito por aqueles que queriam livrar-se do constante “chuveiro” dos seus aparelhos de TV. Conta-nos Sr Edilson Alves:

Meu pai até que fabricava um aparelho que captava a imagem como se fosse um acumulador de sinais e retransmitia para a televisão (...) era tipo um filtro, filtrava aquela imagem pra sair melhor. Ele era técnico, se especializou nisso e passou a produzir vários aparelhos desses para vender às pessoas. (Entrevista com o Sr. Edilson Alves em, 10/05/08)

As antenas, por si só, passaram a ser um artefato simbólico de *status*, o que provocou alguns comportamentos um tanto curiosos, como o de adquirir a antena muito antes da aquisição

⁶ Consultar Diário da Borborema, Campina Grande – PB (data ilegível).

do aparelho, pois, segundo Inimá F. Simões (1996), essas práticas constituíam-se “reveladoras das motivações e valores colocados como primordiais. O que importa é, as pessoas ao passarem na rua, atentarem para um lar bem sucedido”⁷. Artefatos como estes foram definindo uma nova paisagem na cidade, ao olhar para os telhados das casas já se via algo diferenciado do que até então se estava acostumado a ver. Um emaranhado de metal suspenso em cima das casas propiciava não só uma melhor qualidade para as televisões, como também despertava a vaidade dos seus donos pelo destaque social que isso representava na época. Segundo Nicolau Sevcenko (1998), “O objeto do desejo se torna inseparável do desejo do objeto e um pode suprir simbolicamente a ausência do outro (...) eventualmente possuí-los e exhibi-los a outros olhos cobiçosos”⁸. As antenas passaram a representar aquele bem simbólico, mesmo quem ainda não possuísse um aparelho receptor denunciava através daquele artefato o seu desejo em possuí-lo.

Com já mencionamos, antes da instalação da TV Borborema na cidade, os campinenses recebiam o sinal das emissoras do Recife: TV Rádio Clube e TV Jornal do Commercio ambas inauguradas em 1960. Suas programações tinham boa receptividade em Campina Grande, como nos revela o Sr. Rômulo Azevedo: “quem dominava a audiência na cidade era TV Jornal do Comércio e TV Rádio Clube, as programações eram mais completas”. Tanto uma emissora quanto a outra produziam de forma intensa programações locais e absorviam um contingente grande de técnicos, atores, autores, apresentadores, cantores, produtores etc. A ousadia dos profissionais das duas emissoras os levaram a produzir programações de vários gêneros: auditórios, humorísticos, telejornais, teleteatro e novelas; a estrutura dos seus estúdios e as melhores condi-

⁷ SIMÕES, Inimá F. TV à Chateaubriand. In: **Um País no ar: história da TV em três canais**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 33.

⁸ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 603.

ções técnicas fizeram com que as suas programações tivessem mais qualidades tornando-se assim mais atrativas.⁹

Mas, apesar dessa grande receptividade não teria sentido uma emissora local sem suas próprias produções, e mais sem destaque dentro do seu próprio “território”, pois como ainda não existia o vídeo-tape, nem transmissões via satélite, os programas retransmitidos pela TV Borborema só eram assim feitos depois de exibidos em outras cidades pelas suas emissoras locais e que chegam a outras localidades através de aviões. Muitos desses programas eram transmitidos pelo Canal 6 do Recife e eram assistidos pelos campinenses, assim as retransmissões pela TV Borborema tornavam-se repetitivas e pouco interessantes para os mesmos telespectadores do Canal 6. Assim, chama a atenção o Sr. Rômulo Azevedo: “muita coisa que passava no Recife eles mandavam para Campina Grande com atraso, então os filmes a gente já tinha visto no Canal 6”. (Rômulo Azevedo, 25/09/08)

Enfim, para tornar a emissora mais autônoma e autêntica, o negócio era jogar no ar uma programação específica da cidade para a cidade. Entraram em cena os experientes profissionais do rádio, mesmo que sem nenhuma experiência para o novo veículo, mas como não existia um modelo padrão a ser seguido, ficaram à vontade para criar uma logística independente para a TV Borborema. Estava lançado um novo desafio para esses profissionais. A idéia primeira foi adaptar os programas que já existiam no meio radiofônico para a televisão. Essa foi uma prática realizada por todas as emissoras de TVs instaladas nas cidades brasileiras na década de 1960, os programas de rádio eram adaptados para a televisão, mas seguindo a lógica de cada região a partir da realidade das suas emissoras locais.

Em Campina Grande, tivemos alguns desses programas, que saíram do rádio e foram adaptados para a linguagem televisiva, como “*O Mundo é da Criança*” adaptado do programa

⁹ Sobre isso ver SANTANA, Jorge José B. **A Televisão Pernambucana por quem a viu nascer**. 2. ed. Recife: Ed. do Autor, 2007.

realizado na Rádio Borborema chamado “O Clube do Papai Noel”, apresentado pelo Sr. Eraldo César tanto num veículo quanto no outro. Este, assim como no rádio, era um programa de auditório que contava com a participação da família, pois o programa era mais voltado ao público infantil e assim atraía os pais que levavam seus filhos para participarem das brincadeiras e dos concursos que o programa promovia. Assim relembra o Sr. Eraldo César, ao descrever a repercussão que o programa tinha entre os campinenses:

O Mundo é da Criança foi mais estimulado pelo que eu fazia na Rádio Borborema que era “O Clube do Papai Noel”, foi um programa que eu fiz durante dez anos enchendo o auditório todo domingo, era um programa que acontecia na rede Associada pelo Rio, São Paulo, em todo canto, “O Clube do Papai Noel” com o mesmo nome, mas com outros apresentadores, e em Campina Grande eu bati o recorde fazendo dez anos de programa enchendo o auditório todos os domingos¹⁰.

A TV constituía-se como mais um lugar de diversão que também encantava as crianças atraídas pelas suas programações lúdicas que ofereciam oportunidades de destaque para os talentos mirins. No caso dos programas de auditório, a televisão só veio acrescer aquelas experiências promovidas com muito êxito pela Rádio no que diz respeito a mais uma oportunidade das pessoas verem o programa sem que precisassem estar no local onde ocorria o espetáculo. Quanto aos participantes, estes tiveram a possibilidade de serem ouvidos e vistos por um número cada vez maior de pessoas.

Um outro tipo de formato de programa adotado e bastante recorrente na TV Borborema na época foi o de entrevista. Assim destacamos programas como o “Claro-Escuro”, apresentado

¹⁰ Depoimento do Sr. Eraldo César concedido à autora em 28.06.2008.

pelo Sr. Antônio Lucena, o programa “O Eu de Cada Um”, apresentado pelo Sr. Eraldo César, o programa da Sr^a Graziela Emerenciano, que de início realizou o programa “Graziela: entrevistas e atrações”, mas que foi desenvolvendo outros durante sua vida profissional na televisão, mesmo que, atendendo praticamente os formatos anteriores como os programas “Graziela em sua Casa” e “Aos Sábados Recebemos”. Esses programas tiveram uma vida longa na TV Borborema. Eram programas que sempre recebiam destaque nas páginas do jornal impresso e repercussão entre a sociedade campinense.

O programa “Claro-Escuro” era o mais dedicado a entrevistar personalidades da política paraibana, como governadores, deputados, senadores, prefeitos, desembargadores. Segundo o Sr. Antônio Lucena, responsável pela produção e apresentação do programa, o mesmo ficou no ar durante dois anos e mesmo fazendo parte daquele quadro de profissionais da TV não considerava aquela função um emprego, pois não recebia pagamento para isso. Tal atividade era assim considerada por ele como algo esportivo, o que fazia por prazer. Ao falar da sua experiência com o programa, relatou o Sr. Antônio Lucena:

Eu era um jornalista improvisado, não tinha curso de jornalista, naquele tempo não tinha nem faculdade (de jornalismo). Mas para mim foi muito bom, eu gostei muito, me abriu os horizontes de visões diferentes do meio social e político. Eu vivi espaços de vida diferentes, muito interessante¹¹.

O Sr. Antônio Lucena, com sua desenvoltura para as entrevistas, foi destaque de uma das notícias do Diário da Borborema. O programa foi reverenciado como um dos melhores do Nordeste.

¹¹ Depoimento do Sr. Antônio Lucena concedido à autora em 03.10.2008

“Claro-Escuro” já foi eleito pelo público telespectador campinense o melhor programa de entrevistas e debates da televisão do nordeste. O Bacharel Antônio Lucena vem se constituindo como o melhor entrevistador de vídeo Nordestino pela sua segurança, dinamismo e versatilidade nas indagações ¹².

A televisão doravante passava a se constituir como mais um meio de comunicação do qual os homens públicos lançavam mão para se dirigir ao seu público eleitor e aos campinenses em geral. O Diário da Borborema sempre anunciava em suas páginas os possíveis entrevistados que o programa receberia como uma forma de dar destaque à programação local da TV Borborema e chamar atenção para a relevância daqueles homens públicos para a cidade e para o estado, ao mesmo tempo em que vê-los falar em entrevistas ao vivo na televisão representava algo inovador e que poderia trazer aos seus telespectadores algumas revelações surpreendentes, visto que essas entrevistas eram ao vivo, o que deixava o entrevistado vulnerável a perguntas inesperadas. A título de exemplo, sobre a entrevista do Senador João Agripino, assim anunciou a manchete do jornal:

AGRIPINO FARÁ IMPORTANTES REVELAÇÕES SEXTA-FEIRA PELA TV.

Convidado para comparecer a Claro-Escuro o senador João Agripino confirmou sua presença naquele aplaudido programa na próxima sexta-feira, às 20:05, na TV Borborema. Depois de ouvir figuras de relevo da vida paraibana – Deputado Estadual Joacil Pereira, Governador Pedro Gondim, Desembargador Emílio Farias, Deputado Federal Luiz Bronzeado, Prefeito Domingos Mendonça

¹² Consultar Diário da Borborema, Campina Grande – PB, em 30/03/1965.

Neto e o Senador Argemiro de Figueiredo, entre outros – a TV Borborema irá transmitir a palavra de uma das figuras de maior projeção na vida pública e, que tem ocupado as manchetes dos jornais nos últimos meses¹³.

Do mesmo modo, nomes importantes do cenário nacional, também eram anunciados no jornal impresso para conclamar a participação dos telespectadores para a relevância das entrevistas na vida política, social e cultural dos campinenses. Assim foi anunciado o Sociólogo Gilberto Freyre.

NA TELEVISÃO

Às 20 horas depois de ir ao Rique Palace Hotel, o sociólogo Gilberto Freyre e esposa, acompanhados do prof. José Paulino, estiveram na Borborema. Na ocasião, o ilustre visitante comprometeu-se com o nosso confrade Ariosto Sales que, oportunamente, atendendo a convite daquela emissora, concederá entrevista ao programa Claro-Escuro¹⁴.

Os programas de entrevistas na TV imprimiam uma outra sensibilidade aos campinenses de ouvir e ver pessoas públicas falando ao vivo sobre os mais diversos assuntos de interesses de todos, ali nas telas dos monitores. Os entrevistados enfrentavam as câmaras e se mostravam literalmente de cara lisa correndo o risco de enfrentar uma “saia justa” perante o público telespectador, estes muitas vezes eram “pressionados” por perguntas feitas pelo apresentador que causavam expectativas tanto no próprio entrevistado quanto nos espectadores. No outro dia eram certos os comentários nas ruas, no

¹³ Consultar Diário da Borborema, Campina Grande - PB em, 16/01/1965.

¹⁴ Diário da Borborema, Campina Grande - PB em, 11/03/1965.

trabalho, entre amigos e conhecidos.

Assim como o programa “Claro-Escuro”, a TV Borborema contou com outro programa de entrevistas, “O Eu de Cada Um”. Ao falar do programa, nos relata o seu apresentador, Sr. Eraldo César:

(...) “O Eu de Cada Um” que era uma entrevista. O que é que tinha ali de diferente nesse programa? É que o entrevistador que era eu não aparecia no vídeo, naquele tempo era novidade, era uma coisa criativa, era um programa que explorava muito a face de cada entrevistado por isso precisava de muito close que, é a câmera bem perto, pra gente sentir as reações de cada entrevistado em função das perguntas que eram feitas, então a câmera ia passeando pelo rosto da pessoa, era interessante a coisa (...) E eu tive a oportunidade de entrevistar muita gente. A gente procurava sempre uma pessoa que tinha destaque na sociedade. Me lembro que nós levamos o poeta Ronaldo Cunha Lima, Itamar Celino, muita gente¹⁵.

O referido programa trazia além dos políticos, pessoas de muitos outros ofícios da sociedade campinense, como também figuras folclóricas da cidade, o que dava um tom especial ao programa. Assim nos revela o Sr. Assis Félix ao referir-se ao programa e as suas atrações: “muito interessante porque entrevistava não só as autoridades da cidade, mas as pessoas folclóricas também” (Assis Félix, 14/03/08). Mas eram as figuras ilustres que sempre tinham destaque nas páginas do Diário da Borborema quando das suas participações nos programas de televisão, como demonstram as seguintes matérias:

¹⁵ Depoimento do Sr. Eraldo César concedido à autora em 28.06.2008.

O programa “O Eu de Cada Um”, apresentado todas as quintas pela Televisão Borborema por Eraldo César, apresentou ontem uma expressiva figura dos meios educacionais e intelectuais da cidade. Foi entrevistado o professor Severino Lopes Loureiro, diretor do Colégio Alfredo Dantas, que empolgou os telespectadores com suas respostas às perguntas formuladas pelo apresentador do programa¹⁶.

Às 20:00 horas de hoje, a TV Borborema estará mais uma vez apresentando o prestigiado programa “O Eu de Cada Um”, uma realização de Eraldo César sob a cobertura comercial da Cooperativa de Crédito da Paraíba Ltda. Estará sendo focalizada D. Déa Cruz, esposa do médico Aroldo Cruz e figura de conceito da cidade da sociedade campinense. Já podemos prever o sucesso do programa já que a entrevistada, não é uma senhora que se limita às suas obrigações familiares como dona de casa, mas, exerce um verdadeiro papel de liderança nos Círculos sociais da cidade¹⁷.

A televisão também reproduzia lugares sociais e dava destaque àquelas pessoas que faziam parte de uma elite local, fossem políticos, educadores, “damas ilustres” etc. O que sempre se colocava em evidência eram suas posições dentro da sociedade, sua representatividade como indivíduos com uma certa influência dentro da sociedade campinense ou paraibana, como vimos nas matérias anteriores.

Devido à originalidade e a uma suposta tensão a qual eram submetidos os entrevistados, o programa era referência de sucesso sempre destacado nas páginas do Diário da Borborema,

¹⁶ Consultar Diário da Borborema, Campina Grande – PB, em 25/03/1965.

¹⁷ Consultar Diário da Borborema, Campina Grande - PB (data ilegível).

como podemos ver na seguinte matéria:

Não foi sem razão que o programa “O Eu de Cada Um” foi considerado o melhor programa de TV de 1964 e Eraldo César o melhor realizador. Cada apresentação do referido programa é uma vitória que se registra. Na última quinta-feira a comentada seqüência focalizou o brotinho Maria de Fátima Mamede, que além de responder com segurança todas as perguntas do Eraldo César, encantou a todos com a doçura de sua voz, acompanhando-se ao violão. A menina tem mesmo talento e valor. “O Eu de Cada Um” é cartaz do canal 9, conservando-se às quintas-feiras às vinte horas na televisão Borborema¹⁸.

Assim, também seguiram a mesma tendência os primeiros programas apresentados pela Sr^a Graziela Emerenciano, estes se constituíam em programas sociais que continham entrevistas, homenagens às pessoas dos mais diversos ramos da sociedade campinense. Como relata a própria apresentadora, ao lembrar seus primeiros programas,

o primeiro foi “Graziela: entrevistas e atrações”, depois “Graziela em sua casa”, depois “Graziela”; eu fazia de segunda a sexta, diariamente, e nos sábados eu fazia “Aos Sábados Recebemos”, era um programa excepcional, tava a elite de Campina Grande lá, e era de meio dia às duas horas da tarde (...) as mesas esparsas lá fora, lá em cima sabe, ai colocavam as mesas ali, garçons...e então escolhia uma pessoa para homenagear e eu mandei fazer um índio Ariús, um troféu bem delicado daí eu entregava o índio Ariús, tinha um conjunto

¹⁸ Consultar o Diário da Borborema, Campina Grande - PB, em 16/03/1965.

tocando, o povo conversando; era uma beleza mesmo, era animado, todo sábado era gente demais¹⁹.

Os primeiros programas da TV Borborema também contavam com um público nos locais onde estes eram realizados, fossem em auditórios, salões, nos estúdios da própria TV; assim como nos programas consolidados pelas Rádios locais que envolviam muita gente nas suas realizações. Mas, agora as pessoas iam para serem vistas. Aparecer na TV Borborema era uma grande novidade e causava um certo sentimento de poder e de *status*. Segundo o Sr. Rômulo Azevedo, era costume as pessoas indagarem: “Já aparecesse na TV Borborema?”. Lembra ele que todo mundo queria aparecer, declamar um poema, tocar uma música, qualquer coisa. Ainda lembra o Sr. Assis Félix que as pessoas se empolgavam com tamanha tecnologia e buscavam o tempo todo usufruir daquela novidade, aparecer na telinha era um motivo de orgulho e satisfação, relata ele:

A pessoa aparecia na televisão, era um sucesso; e tinha gente que procurava até aonde estava se fazendo algumas filmagens de alguma coisa, alguma entrevista (...) e tinha gente que ficava ali doído para sair para ver se aparecia na televisão, principalmente quando tinha os programas de auditório todo mundo queria sair na televisão²⁰.

Como não existia ainda uma grade fixa de programação local, a TV Borborema realizou vários programas, como forma de experimentação, mas que tiveram vida curta. Os programas passavam por uma espécie de teste e dependendo da repercussão e do patrocínio ficavam no ar por mais tempo. Pela não existência de registros visuais e até mesmo pela escassez de

¹⁹ Depoimento da Sr^a. Graziela Emereciano concedido à autora em 05/08/2008.

²⁰ Depoimento do Sr. Assis Felix concedido à autora em 14/03/2008.

registros escritos, foi bastante difícil para nós o acesso ao conhecimento de outros programas produzidos pela TV Borborema nos seus primeiros anos de existência. Em pesquisa no Diário da Borborema, encontramos referências de alguns desses programas que não foram citados pelos nossos depoentes, como: *“A Semana em Revista”*, apresentado pelo Sr. Joel Carlos; *“Se a Cidade Contasse”*, apresentado pelo Sr. Ary Rodrigues; *“Carrossel”*, apresentado por Silvinha Alencar; *“Juventude Bossa e Balanço”*, apresentado pela Sr^a Gladys Emerenciano, *“Festival”*, também apresentado por Ary Rodrigues, *“A TV e a Sociedade”*, apresentado por Sevi Nunes, e ainda *“Na Corda Bamba”* e *“Magazine”*.

A cidade começava a aparecer no vídeo em todos os aspectos. Tudo o que estava relacionado à cultura, à política, à sociedade campinense passou a contar com a cobertura da TV Borborema. Dessa forma, com o passar do tempo, uma cultura televisiva foi se definindo e se concretizando no cotidiano dos seus habitantes e se fazendo cada dia mais presente em suas vidas com um meio de diversão, entretenimento e informação.

Um lugar que seduz: câmeras que despertam sonhos

A TV Borborema já se constituía como mais um projeto realizado na cidade, e a partir de 1963 começou a traçar a sua história como primeira emissora de televisão do estado, assim como tinham planejado os seus idealizadores. Desde 1963, passou a fazer parte da vida dos campinenses que se envolveram de várias formas com aquele veículo de comunicação que ia fascinando, cada vez mais, o telespectador. A sedução acontecia não só pela novidade tecnológica, mas também porque a emissora firmava-se como uma empresa e, como tal, necessitava de profissionais, surgia assim junto à emissora mais um campo com oportunidades de trabalho para os campinenses.

Nessa perspectiva, para compor o quadro de profissionais e crescer os que vinham do rádio, a emissora realizou alguns

testes para descobrir novos talentos que pudessem desenvolver atividades frente às câmaras como apresentadores, garotas ou garotos propagandas. O sonho de moças e rapazes foi aguçado, e muitos ali foram para tentar a sorte. Assim nos relata a Sra. Clotilde Tavares no momento em que viu na oportunidade de trabalhar como garota propaganda a chave que lhe abriria novos caminhos:

Em 1963 - penso eu - a emissora se instalou em fase de testes num dos andares do “prédio de Newton Rique”, ou edifício do banco Industrial, não sei que nome tem agora. E então eu, com 16 anos, soube que havia testes para “garota-propaganda”. E lá fui eu, e na entrevista com um cara do Recife chamado Ewerton Visco, que era o diretor geral, ele achou que eu era desenrolada demais para ser “apenas” garota-propaganda e me pediu uma proposta de programa de meia-hora sobre assuntos de mulher. Eu, cuja ambição nessa época era ir morar em Paris e ser estilista de moda (imagine!) inventei um programa com vários quadros – entrevista, maquilagem, moda, comportamento – e ia ao ar ao vivo, uma coisa que hoje acho infantil e precária, mas que na época era o *must*! Foi ao ar umas quatro ou cinco vezes, não me lembro bem... O programa se chamava “*Falando de Beleza*”, imagine! Eu, que sempre fui considerada “feia”, com um programa com esse nome. Eu não recebia um centavo por isso”²¹.

A televisão, diferentemente do cinema, mostrava-se como algo mais real no sentido de as pessoas buscarem uma oportunidade de aparecer e conseguir mostrar os seus talentos. Muitos jovens procuravam a Televisão Borborema no intuito de

²¹ Depoimento da Sr^a. Clotilde Tavares concedido à autora em 21.11.2008.

prestarem a sua colaboração e quem sabe ascender e tornar-se um profissional daquele novo meio, ou até mesmo ganhar projeção e tornar-se um artista conhecido, como fez o rádio, que no seu auge revelou grandes talentos da música brasileira. “A televisão herdava do rádio e do cinema as funções de máquina de fazer mitos, se aproveitando de maior intimidade com que disputaria o espaço doméstico e o cotidiano dos seus espectadores”²²

No início, muitos trabalharam de graça, a intenção era mais de colaborar com a consolidação da TV na cidade, como foi o caso de alguns apresentadores, como os já citados Sr. Antônio Lucena e a Sr^a Clotilde Tavares. É notória a empolgação dos funcionários com a televisão pioneira no estado, bem como com o alimento do imaginário do *status* que envolvia também os que trabalhavam na TV Borborema. Fazer parte deste espaço era visto como um privilégio, privilégio este relacionado mais com o fato de se estar ligado a um veículo de comunicação promissor e ainda envolto de muitas expectativas do que pelo o que ele proporcionava em termos de condições financeiras que não eram tão atrativas assim. Segundo nos revela o Sr. Assis Félix,

(...) na época eu era apenas um assistente de estúdio, mas quando andava nas ruas com a farda da TV as pessoas comentavam: “mas rapaz! este “caba” trabalha na televisão, nossa!”, quando eu ia ao cinema não precisava nem pagar, já me mandavam entrar porque eu trabalhava na televisão; era um emprego como o público, mas a questão era o *status* porque na época eu ganhava quase nada, um salário mínimo²³.

²² SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.613.

²³ Depoimento do Sr. Assis Felix concedido à autora em 14/03/2008.

Nessa perspectiva, muitos outros colaboradores no início das primeiras experiências televisivas na cidade, vivenciaram essa realidade. A falta de pessoal especializado para o novo meio, bem como o encantamento das pessoas com essa “caixa mágica” favoreceram o aparecimento de muita gente nos estúdios da TV Borborema à procura de um lugar na telinha, fosse como apresentador, cantor ou mesmo como figurantes nos anúncios publicitários. Estes que ainda não dispunham de uma técnica que possibilitasse uma melhor elaboração e exibição dos anúncios, contavam apenas com a desenvoltura e a beleza dos garotos e garotas propagandas. Foram esses personagens responsáveis durante um bom tempo pela apresentação dos produtos patrocinadores das programações televisivas. Muitos passaram pelos estúdios da TV Borborema emprestando seus mais variados talentos para abrilhantar os enredos publicitários da época.

Não é apenas como locutora que Marilda Ferreira constitui um dos bons valores da nossa TV. É também bastante admirada como “garota propaganda”. Elegância e inteligência justificam o seu êxito diante as câmeras do canal 9²⁴.

Mas nem todos tinham o desempenho e a elegância de Marilda Ferreira, descrita na nota do Diário da Borborema. A pouca técnica e a imaturidade de alguns que por aqueles estúdios passaram proporcionaram situações pouco confortáveis para uma programação televisiva ao vivo.

O amadorismo do pessoal e a pouca técnica davam margem para acontecimentos em sua maioria engraçados que envolviam os profissionais da TV presentes em estúdios pequenos e muito quentes devido à grandiosidade das suas aparelhagens e dos refletores potentes ali colocados para a realização dos programas. Mas estavam todos, de uma maneira

²⁴ Consultar Diário da Borborema, Campina Grande – PB, em 21/02/1965.

ou de outra, integrados no mesmo projeto realizando suas atividades, muitas delas artesanais, o que provocavam algumas gafes, como nos revela o Sr. Assis Felix: “tinham as garotas propagandas que mostravam os anúncios em cartolina e tinta guache. Às vezes apareciam as mãos da gente (...)” (Assis Félix, 14/03/08). Mesmo assim, afirma ele que o trabalho na televisão era divertido e prazeroso, não menos trabalhoso, e que exigia muita maestria e desenvoltura em tempos de pouca tecnologia para se fazer televisão.

O novo meio favorecia aos anunciantes a imagem das suas marcas e uma certa teatralização que se fazia ao vivo dentro dos estúdios. As garotas propaganda embelezavam os textos dos anunciantes no momento em que ao lado do produto apresentavam estes aos telespectadores. Geladeiras, tecidos, outros tipos de eletrodomésticos, ganhavam destaque nas mãos das moças bonitas vindas dos bairros populares da cidade, fazer “pontas” nos anúncios publicitários da TV Borborema. Muitas delas de pouca idade e ingênuas, o que em parte justificavam suas atitudes que causavam algumas situações hilárias e deixavam os apresentadores sem saída, como nos revela o Sr. Assis Félix, ao narrar um desses episódios hilários:

Os comerciais ao vivo na televisão davam um trabalho enorme até porque traziam todos os móveis: geladeiras, camas, guarda-roupas, tudo isso subia para os estúdios para serem montados e mostrados. Hoje o povo vai até as lojas e fazem transmissões externas, mas antes tinham que trazer os móveis e eletrodomésticos, dava uma trabalhadeira grande. Se montavam quartos, cozinhas, sala, para que a noite a garota propaganda mostrasse ao vivo. Uma vez no programa “Domingo Alegre” ia ter um comercial da geladeira C&S e no programa tinham umas moças do José Pinheiro que faziam como as chacretes, ficavam

com aquelas saias curtas dançando por ali. Elas trocavam de roupa dentro do estúdio onde aconteciam os comerciais. Na ocasião, dentro da geladeira tinham quitutes, crush, coca-cola (...) e as moças não sabiam que aquilo ia ser filmado, elas abriram a geladeira e começaram a comer as coisas. Quando focalizaram a geladeira na hora do comercial estava tudo revirado dentro da geladeira (...) foi uma confusão danada!²⁵

Essas eram situações comuns naqueles anos das primeiras transmissões ao vivo e o que tornava as programações mais divertidas, pois os telespectadores sempre ficavam na expectativa de algum deslize inesperado e engraçado.

Ao final das quatro horas de programação televisiva do dia, as transmissões eram encerradas com a escala da programação do dia seguinte, e com um fundo musical de uma cantiga de ninar era anunciado o texto final: “Senhores telespectadores nós agradecemos pela sua honrosa audiência e convidamos para amanhã a partir das 18 horas assistirem a seqüência da programação. Boa noite numa gentileza toda especial do Banco Industrial de Campina Grande onde você é mais importante de que qualquer importância. Boa noite e até amanhã”. (Sr. Assis Felix, em 14/03/08)

Embalados pela canção “boi, boi, boi, boi da cara preta...”, os telespectadores encerravam o seu dia às onze horas com mais uma despedida da programação televisiva da TV Borborema que introduzia suas últimas mensagens às portas do sono. Assim a televisão começava a se definir como um meio midiático com potencialidade de organizar, de antemão, nossos trabalhos e até nossos sonhos. Nosso cotidiano e nossos sonhos nunca mais teriam o mesmo ritmo.

²⁵ Depoimento do Sr. Assis Felix concedido à autora em 14/03/2008.

Referências

- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993. volume I.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A Vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano** (org.). Luiz Costa Pereira Junior – São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2002.
- PIZA, Daniel. **A Vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano** (org.). Luiz Costa Pereira Júnior. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2002.
- SANTANA, Jorge José B. **A Televisão Pernambucana por quem a viu nascer**. 2. ed. Recife: Ed. do Autor, 2007.
- SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: **História da Vida Privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- SIMÕES, Inimá F. TV à Chateaubriand. In: **Um País no ar: história da TV em três canais**. São Paulo: Brasiliense; 1986.
- SODRÉ, Muniz. **A Máquina de Narciso – Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1994.

Capítulo IV

O JORNAL O MOSSOROENSE IMPRIMINDO UM HABITANTE MODERNO PARA MOSSORÓ - RN¹

Paula Rejane Fernandes

O Professor do Moderno

A modernidade², segundo Berman³, é algo contraditório, pois ao mesmo tempo em que cria expectativas prometendo aventuras, alegria, poder; também causa medo uma vez que destrói alguns alicerces que sustentavam certos modelos e formas de viver, jogando muitas pessoas em um ambiente novo onde terão que aprender a viver e conviver com o mesmo. Muitas dessas mudanças são proporcionadas ou aceleradas devido à modernização, isto é, as inovações que a ciência e a tecnologia propiciam como a luz artificial, a fotografia, o automóvel. A aquisição de um ou outro desses elementos do viver moderno, segundo Aranha⁴, é que dará às cidades da região Norte, hoje Nordeste, o tom da modernidade.

A nossa intenção aqui não é apresentar os elementos específicos desta aquisição, na cidade de Mossoró, a segunda

¹ Esse artigo foi escrito a partir do terceiro capítulo da dissertação de mestrado em História intitulada "Mossoró: uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)", defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFCG, no ano de 2009.

² A palavra modernidade bem como seu conceito, segundo Amaral Lapa (1996), foi criada pelo poeta francês Charles Baudelaire no ano de 1863. A mesma trazia consigo o sentido de contraposição ao antigo, ao velho. O novo rompendo com o mundo até então visto, trazendo consigo as marcas das mudanças científicas e tecnológicas da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e que também é vivida em outros países europeus.

³ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁴ ARANHA, Gervácio Batista. Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

maior do Estado do Rio Grande do Norte. Mas de investigar os ideais de cidadãos elaborados para habitarem o espaço citadino que procurava revestir-se de modernidade. Para tanto, escolhemos como fonte de pesquisa o Jornal *O Mossoroense*. Tal escolha parte do pressuposto de que nas suas páginas impressas “formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro.”⁵ Além disso, ele é uma das muitas possibilidades de leitura do cotidiano e das expectativas de uma época. É bem verdade que essas expectativas nem sempre eram partilhadas por todos os habitantes de Mossoró, pois, dentro de uma cidade existem várias cidades que às vezes se chocam e às vezes se aproximam.

Contudo, em grande medida, as expectativas presentes no jornal são partilhadas pela elite letrada participante da elaboração do periódico e do grupo o qual ela representa. Essa elite que estende suas redes de influências até fóruns de poder sócio-político e econômico, tem um projeto de urbe e tenta concretizá-lo, para tanto, usa a escrita jornalística como forma de defendê-lo e de “vendê-lo” ao cidadão-leitor. É importante deixar claro que o jornal não é uma entidade, nem tampouco um ser que tenha vida própria. Ele, em grande medida, é um nome, o nome do jornal, que reúne em torno de si um grupo de pessoas, aqui chamadas de elite letrada, defensoras de um projeto de cidade. Sendo assim, alguém (ou um grupo) “fala” fazendo uso do nome do jornal. Este nome, como exemplo *O Mossoroense*, segundo Maurice Mouillaud⁶, deve ser pensado como um olho que vê a cidade sob certo ângulo, por isso, tem uma leitura parcial e não total. Leitura realizada a partir de um lugar onde o olho se põe. Sendo assim, “O nome do jornal é um operador simbólico, um olho aberto sobre o mundo, que é intercambiável com o olho do leitor ao qual dá o poder de ver [...]”⁷

⁵ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 120

⁶ MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). O jornal: da forma ao sentido. 2ª. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

⁷ Idem, p. 26

O jornal *O Mossoroense*⁸ era visto pelo seu redator e colaboradores como sendo responsável por dizer e orientar a cidade para a modernidade bem como seus habitantes. De certo modo, suas páginas constituíam-se em mensageiras e sensoras do poder desta nova ordem, cuja bandeira era o moderno. Sendo esta, defendida pelo médico e inspetor de higiene J. Fernandes Gurjão que fazia uso do jornal como veículo de difusão de ideias higienistas objetivando educar e formar um habitante ideal para Mossoró. Para tanto publicava matérias e conferências sobre saúde e higiene em *O Mossoroense*.

Tais conferências merecem uma análise cuidadosa, pois, fornecem pistas a respeito do modelo de cidadão tido como ideal para habitar Mossoró. Elas foram realizadas a convite do time de futebol Ypiranga Sport Club⁹ visando mostrar os benefícios que o esporte causaria à saúde. Para tanto, Gurjão teceu uma comparação com as atividades nomeadas como destruidoras da saúde a exemplo do fumo e do álcool. No começo da Conferência, explicita seu objetivo, sendo este, “fazer [...] uma palestra familiar, amiga e conselheira, abordando um ponto de vista, que a meu ver, mais vos interessa, isto é, a vossa própria Hygiene Sportiva.”¹⁰

Ao longo da primeira parte da Conferência¹¹, o inspetor defende a prática de esporte, mais precisamente do futebol, como fonte de vigor e saúde física. Descreve cientificamente os benefícios que a prática deste fazia aos músculos. Portanto, o conferencista estava em sintonia com as ideias da década de

⁸ O jornal *Mossoroense* foi fundado no ano de 1872, por Jeremias da Rocha Nogueira, funcionou até o ano de 1876, esse período é tido como sendo de sua primeira fase. Foi reaberto com o nome de *Jornal O Mossoroense* no ano de 1902, por João Escóssia, filho do fundador do jornal. O acervo do jornal pode ser encontrado no Museu Municipal Lauro Escóssia, localizado em Mossoró – RN, e no Instituto Histórico de Natal. Concentramos nossa pesquisa e coleta de dados no acervo localizado no Museu Municipal Lauro Escóssia.

⁹ O Ypiranga Sport Club foi fundado no ano de 1920, sendo o segundo time de futebol mossoroense, o primeiro foi Humaitá Futebol Clube, 1919. Ver: NOGUEIRA, Manoel Leonardo. *Esboço Histórico do Futebol Mossoroense*. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Volume CLVI, 1981.

¹⁰ Conferência. In. *Jornal O Mossoroense*, 29-05-1927, nº. 841, p. 1, c. 4.

¹¹ Idem.

1920. Pois, de acordo com Sevckenko¹², a prática esportiva bem como o incentivo da mesma tornaram-se frequentes nos anos de 1920. As mudanças e descobertas científicas ocorridas no século XIX e no começo do século XX contribuíram para a formação de outras percepções sobre o corpo e sua funcionalidade. Aquele começa a ser lido e pensado como máquina onde cada órgão exerce uma função específica. Para garantir seu bom funcionamento era necessário estar atento aos seus sons, cheiros, formas, bem como treiná-lo, por meio de esportes que atingiam uma grande massa de praticantes, como exemplo, do futebol.

O cultivo de hábitos higiênicos e a prática esportiva, segundo Gurjão, propiciava, “Saude, beleza, destresa, e virilidade”¹³, características tidas por ele como sendo capazes de conduzir o homem mossoroense “atravez do denso nevoeiro do futuro, que se transformará em risonho e alviçareiro presente se obedeceres a moderna orientação hygienica.”¹⁴ A incerteza do futuro era minimizada, segundo o autor, quando se fazia uso de medidas profiláticas, estas eram capazes de prevenir doenças físicas e morais que ameaçassem os habitantes da sua cidade.

Ao longo da Conferência, que pode ser vista como a prescrição do médico Fernandes Gurjão para Mossoró, expõe não apenas a importância de medidas profiláticas de higiene e dos benefícios de prática esportiva, delineava, também, o que concebia como sendo o perfil de homem moderno a ser realizado. Sendo assim, expressava no jornal *O Mossoroense*, o habitante que desejava ver andando nas ruas da cidade bem como habitando a mesma.

Este cidadão idealizado deveria ser saudável, belo, destro e viril. Modelo oposto ao expresso nas matérias presentes no jornal que execram os jogos de azar bem como os seus

¹² SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

¹³ Conferência. In: *Jornal O Mossoroense*, 05-06-1927 n.842 p. 1, c. 5-6

¹⁴ Idem

freqüentadores; os consumidores inveterados de álcool e de fumo. De acordo com Gurjão, os dois últimos vícios causavam prejuízos financeiros, sociais e higiênicos. O fumo

Ataca-vos os dentes ennegrecendo-os. Ataca vos o aparelho digestivo e circulatório. Ataca vos a bolsa de tal modo, que custando um maço de cigarro 500 rs. e uma caixa de phosphoros 100 rs, tereis gasto por mez 15\$000 em cigarros e 1\$500 de phosphoros, calculando-se que o fumante consuma um maço por dia e uma caixa de phosphoro dure 2 dias.¹⁵

Por sua vez o álcool, assim como o fumo, era apresentado como proporcionador de malefícios a saúde individual e pública, pois, destruía e deturpava o caráter do homem tornando-o fraco tanto fisicamente quanto moralmente. Retirava dele sua capacidade trabalhista, incitando-o a uma vida desregrada, conduzindo-o ao roubo, à jogatina, à loucura. Assim, o álcool criava uma população indesejada, difícil de ser controlada, normatizada e disciplinada, distanciando-se dos padrões traçados pelos eugenistas.¹⁶

Os jogos de azar serão identificados como outra atividade de sociabilidade desviante, por isso, os jogos serão apresentados a todos como atividade dada a vagabundos, desocupados e pessoas de índole duvidosa que poderiam causar transtornos no espaço público perturbando a ordem da cidade e das famílias de respeito.

O vadio que se fazia jogador era um habitante negado pelo jornal, aquele aparecia em suas páginas apenas para mostrar aos leitores que tal comportamento não devia ser aceito

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ A teoria eugenista trabalha com a idéia de que existe uma raça pura, e que o sangue traz impurezas que determinam o caráter do homem e seu comportamento. Daí a importância de higienizar, de purificar, de afastar os habitantes que são portadores de algum vício para longe da cidade evitando a “proliferação” dos tipos indesejados.

na cidade. À polícia caberia agir para conter os possíveis excessos daqueles bem como atuar na correção dos mesmos. Na ótica do escritor, o adepto do jogo de parada precisava ser exemplado e obrigado a trabalhar. Ao dizer isso, mostra que o perfil do jogador, dito como desviante, deveria ser convertido de modo a assumir e executar comportamentos desejáveis para, segundo o autor, um habitante de uma cidade moderna, ou seja, ter uma “profissão útil e honesta”.

O jogo ainda era descrito como sendo uma atividade que deslocava o homem de seus “deveres cívicos” para atividades vistas como deprimentes e abaladoras de caráter. Atividades que poderiam guiá-lo para a vadiagem, para o furto. Essa associação entre participantes de jogos de azar e furto é feita em nota publicada em *O Mossoroense* no ano de 1910.

O jogo é a consequencia do furto que se vai desenvolvendo em meio a nossa creadagem. Por toda a parte, em todas as calçadas onde se juntam dois creados, ahi esta o jogo; sentam-se dois jogadores, levantam-se dois ladrões. Em toda a parte.¹⁷

Conter os jogos de azar e seus jogadores tratava-se de “Medidas que se impõem”¹⁸. Sobretudo, em relação à criadagem que por meio de um processo educativo de boas maneiras evitaria sua corrupção, e por ventura, problemas para seus patrões. Quando este não atingia sua meta, usava-se de métodos mais coercitivos. Em 1927, Manuel Benício Filho, auxiliar do então presidente do Estado do Rio Grande do Norte, José Augusto, interveio em Mossoró mandando ordem para inibir e proibir o jogo do bicho. As ordens são empregadas pelo Tenente Laurentino e por Rodolpho Fernandes, presidente da Intendência Municipal de Mossoró na época. Tal intervenção é descrita de

¹⁷ Jogo. In: *Jornal O Mossoroense*, 22-06-1910 n.231

¹⁸ Medidas que se impõem. In: *Jornal O Mossoroense*, 14-04-1927 N.835

modo entusiasmado pela matéria. Pois, de acordo com a mesma, coibia a grande quantidade de bancas de jogo do bicho que havia na cidade.

Já não se vêem as sem numero de bancas que em cada café, bilhar, barbearia e bodegas, expunham as suas cadernetas a cargo de um desocupado, para caçar os nikes do pobre jornaleiro, do proletario incauto, do commerciante ambicioso e da criadagem sem confiança. Os cambistas que enfestavam as nossas ruas estão desaparecidos, sendo que a acção da policia tendo a frente o valoroso Tent. Laurentino, secundada pela assistência do Cel. Rodolpho Fernandes, ainda se tornarà mais enérgica si se verificar a transgressão de suas ordens, pois qualquer pessoa que fôr encontrada com “*poules*” do “jogo do bicho” será atuada immediatamente afim de responder pelo crime da contravenção, estatuído no Código Penal.¹⁹

Retirar os cambistas que “enfestavam” as ruas seria uma forma de higienizar o espaço citadino, livrando-o do “vírus” que infectava o jornaleiro, o proletário, o comerciante tornando-os viciados em apostas do jogo do bicho. O vício poderia ocasionar outros sintomas e com eles mais problemas sociais como brigas e furto.

Entre as “Medidas que se impõem”, estava também o fechamento de um cabaré na Avenida Tavares de Lyra. As prostitutas, assim como os adeptos de jogos de azar, eram habitantes indesejáveis em uma cidade moderna. Tais habitantes quando apareciam nas páginas do jornal eram descritos de modo pejorativo, sendo sempre colocados como alvo de intervenção dos higienistas e da policia. Isto é, eram descritos para serem corrigidos, controlados, transmutados, quando possível, no

¹⁹ Idem, p. 1, c. 1-2.

cidadão desejado.

Não houve uma voz, única, autorizada, em Mossoró, que se rebellasse contra o acto de energia, de criterio e moralisador do cel. Rodolpho Fernandes em mandando fechar o 'Cabaret', da Avenida Tavares de Lyra. Os applausos vieram de todos os lares, de todos os chefes de repartições, de todos os representantes do commercio, do povo, emfim. O sr. Prefeito de Mossoró não está arrependido do seu gesto digno. S. Excia. não quer sò sanear Mossoró materialmente; o patrimonio moral desse povo deve ficar tambem integrado. Abrindo-se, então, um hiato nos bons costumes da terra, era necessario que o poder administrativo se levantasse, como autoridade competente para fazê-lo, afim de extirpar logo o cancer antes de combalir o organismo.²⁰

A presença do cabaré foi descrita pelo jornal como um mal existente na sociedade mossoroense, um câncer que podia corroer a sociedade, portanto, devia ser extirpado antes que se alastrasse o vício dos vícios, o amor às damas. A tarefa de retirá-lo do ambiente foi executada por Rodolpho Fernandes, presidente da Intendência Municipal, entre os anos de 1926-1928, cujo governo foi marcado por reformas estruturais na cidade como o calçamento de algumas ruas e a criação de jardim público. Sua ação governamental, como mostra a matéria, não se restringiu às reformas estruturais, mas também atuou no "patrimonio moral" dos mossoroenses ao retirar o cabaré da avenida e proibir o jogo do bicho. De acordo com a matéria, o projeto de modernidade não era algo referente apenas ao lado material da cidade; o lado do sensível, das práticas cotidianas também deveria ser transformado por meio de um processo normatizador e

²⁰ Idem Ibidem, p. 1, c. 2..

reeducador. Isso nem sempre significava mudanças efetivas, muitas vezes correspondiam ao simples afastamento imediato do olhar, isto é, afastar as práticas tidas como negativas para longe do centro, longe dos espaços mais urbanizados e colocados na periferia, local provável para onde se mudou o cabaré da Avenida Tavares de Lyra²¹.

Fica claro, ao longo da matéria “Medidas que se impõem” que não havia o desejo de acabar com a prostituição, não era objetivo adquirir outra atividade para as madalenas residentes no cabaré da avenida Tavares de Lyra, o que se desejava era assegurar, minimamente, um padrão de comportamento para as pessoas que frequentavam e residiam no centro da cidade, como explica a matéria: Ora, um

‘Cabaret’, funcionando às escancaras numa das ruas mais centraes de nossa cidade só pode ser u’a ameaça aos bons costumes de nossa gente, já desviando os moços do commercio de algumas horas de estudo, já implantando nos lares quando não serias desavenças, algumas desconfianças, já arrastando á depravação quantas criaturas incautas e dignas de melhor sorte.²²

Portanto, o centro apresentava-se enquanto protótipo do viver moderno que o resto da cidade deveria copiar. Por isso, o cabaré era considerado um símbolo do que deveria ser evitado pelos homens e pelas mulheres, ainda que não mencionadas.

Em oposição a essas habitantes nomeadas quase sempre de mulheres de vida fácil, madalenas, prostitutas; e aos adeptos dos jogos de azar, o jornal idealizava um modelo de habitante diferente cujas características presentes eram praticar esportes,

²¹ A avenida Tavares de Lyra fazia parte do perímetro urbano de Mossoró, este era limitado por aquela avenida, pelo Palácio Episcopal até a Estrada de Ferro, Baixa dos Carvalhos e Avenida Paredões

²² Idem, ibidem p. 1, c. 3

trabalhar, não ser entregue aos vícios do fumo e da bebida, ser saudável, saber andar de modo elegante pela cidade, ser higiênico. Este modelo de habitante terá na mulher o símbolo maior que o jornal usará para divulgar e massificar por meio das propagandas a ideia de modernidade em Mossoró.

As senhorinhas desejadas pelo jornal *O Mossoroense*

A mulher torna-se a personagem a ser conquistada e educada, delineada e idealizada nas páginas do jornal *O Mossoroense*, uma vez que ela é culturalmente a figura responsável para anunciar o novo a sociedade. Mulher²³ recatada, meiga, romântica, toda emoção, voltada para o lar, ao cuidado com as crianças e devotada ao marido.

Nas suas relações sociaes, a discreta attitude nas açções de somenos importancia e nas mais delicadas, impuzeram-na ao conceito e admiração geraes.

Terra feliz, felizardo povo, em que se encontra deidade, como a que alludo, e muitas outras, de [ilegível] preciosas virtudes!

Não lhe declino o nome, nem as iniciaes por temer susceptibilisar a sua requintada modestia.

Traçando-lhe o perfil, sinceramente convicto, rendo-lhe este culto de dulia, por contrastarem attitudes tão dignas que a caracterisam com as frivolidades das senhorinhas de hoje, senhorinhas da moda escandalosa, nas grandes urbs onde a civilização hodierna substitui a sinceridade pelo disfarce, a modestia pela leviandade, a innocencia pela desonestidade, a toilette respeitosa pelos trajos indecorosos.

²³ A mulher mossoroense é louvada pela história local por ter sido a primeira mulher brasileira a votar.

Malfadada civilização!
C. AMOROSO.²⁴

Segundo C. Amoroso, a civilização²⁵ modificou hábitos, mais precisamente, o modelo de mulher recatada e voltada para o lar. Ao criticar a civilização, o escritor questionava também o perfil feminino que começava a ser composto a partir das mudanças vivenciadas pela cidade. Mossoró tem “senhorinhas de moda escandalosa” que faziam uso de disfarces, eram levianas, desonestas, usavam trajes indecorosos.

Esse perfil de mulher confrontava-se com o da mulher recatada, modesta, preocupada com as obrigações do lar. De acordo com C. Amoroso, na cidade era possível encontrar uma mulher que tinha discrição e delicadeza em suas ações. Por tê-la entre seus habitantes, Mossoró era “terra feliz” e seu povo era “felizardo”. Ao comparar os modelos de mulher discreta e a de trajes indecorosos, o autor não apenas confrontava posturas femininas, mas também, modos de vida, modos de viver na cidade nomeados e (re)significados pelo jornal.

Este ao descrever e nomear, estabelecia modelos a serem seguidos e outros a serem evitados. Isso não era algo livre de interesses, pelo contrário trazia consigo a visão de mundo dos colaboradores do jornal bem como seus planos e projetos de cidade.

A cidade moderna era tida como responsável por mudanças nos costumes²⁶, que traziam a mulher para o espaço público. Este era controlado e normatizado de modo a delimitar as andanças da mulher pela cidade.

[...] quanto mais ela [a mulher] escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade

²⁴ Jornal das Moças. In: *O Mossoroense*, 30-03- 1930 n.981.

²⁵ Aqui o autor entende como sendo civilização, a modernidade e as mudanças proporcionadas por ela.

²⁶ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, do sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho.²⁷

A mulher saía à rua, mas não sozinha, levava inscrito em sua mente e corpo as normas de uma educação feminina que enfatizava a importância de cuidar da casa, de realizar gestos comedidos, falar pouco, ser prendada, preocupada com a prole, quando esta existia, e com o bem-estar do marido, ter coração puro, diferenciando-se da impulsividade e rudeza do homem.

DE CORAÇÃO A CORAÇÃO

Délia:

Pede-me um conselho onde o teu coração amargurado encontre balsamo que o suavise. Pudesse eu dár-t'ó!...

A ferida que nos causa a ingratidão na sua ferosa inconsciência, dóe tanto que não ha remédio que a cicatrize. E só poderá minorar-lhe alguma coisa a dor, o tempo que tudo destróe.

Sendo assim, eu nem sei o que deva dizer-te.

Actualmente com a civilização os sentimentos humanos se adoçaram mais. Já não ha aquella crueldade que fazia dos homens, feras. Mas eu quasi tenho a convicção de que esses sentimentos barbaros persistem ainda como uma [ilegível] no fundo do coração de todos os homens; que ás palavras brandas e delicadas da gente de hoje não são mais que estofos suaves escondendo os espinhos que cada um occulta no seu intimo para

²⁷ RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 63.

ferir os outros. Será muito pessimismo. Mas que hei de dizer se a cada passo a respeito de amizades só tenho encontrado desilusões as mais amargas? [ilegível] a ansia universal da felicidade. Só o será sendo bôa. Isto é, tolerando e perdendo tudo. No despreendimento – que é bem um grande sacrifício, – de todas as nossas paixões, no sopitamento das intimas rebeliões, é que conseguiremos tornar-nos felizes com a felicidade quieta e resignada dos que nada de grandioso, de bello e de bom esperam desse mundo.

Tua
YOSEMITE²⁸

Segundo Yosemite, apesar de a civilização²⁹ ter “adoçado” os sentimentos, mais precisamente, o dos homens, estes ainda são “féras” providas de “sentimentos barbaros”, fazendo com que o mesmo manifestasse agressividade, impulsividade, enfim, seus instintos. Não podendo modificá-lo, a mulher deveria aprender a relevar, a tolerar, a perdoar, só assim seria feliz.

²⁸ Jornal das Moças. 31-03-1929, número 2

A matéria acima foi publicada no jornal das moças, tal jornal tratava-se de uma seção semanal dentro do jornal O Mossoroense. Ocupava uma parte no quarto superior da segunda folha do jornal. Dentre os anos que pesquisamos no jornal que foram de 1872-1876 (primeira fase) e 1902-1930 (parte da segunda fase), o jornal das Moças só apareceu no ano de 1929. Não conseguimos ler todas as publicações devido ao estado, às vezes, precário do jornal bem como pela ausência de alguns exemplares daquele ano. Mesmo havendo essa ausência, é possível construirmos o modelo de mulher que o jornal idealiza: sensível, muito mais emoção do que razão, romântica chegando a idealizar o amor. Mulher que espera. É um jornal voltado, como o nome fala, para a educação sentimental das moças. Os textos publicados nesse espaço são assinados por nomes femininos. Infelizmente não conseguimos identificar se se trata de nomes reais ou pseudônimos assumidos seja por homens ou por mulheres. Alguns textos têm o tom de conselho, são respostas as perguntas e as angústias de jovens que escrevem para o jornal.

²⁹ Norbert Elias em seu livro O Processo Civilizador, discute a forma como a civilização educa o homem de modo a este ter um controle sobre seus instintos naturais, adquirir pudor, controlar suas emoções e desejos. A civilização poda o homem e o “domestica”. Ver: ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

O Jornal das Moças, adendo de *O Mossoroense*, ao publicar conselhos, como o dado a senhorita Délia, criava, reforçava e naturalizava papéis femininos e masculinos. Papéis dicotômicos, no qual o homem tem uma essência rude, encontrada “no fundo do coração”, suavizada, mas não eliminada, pela educação. Para Yosemite, havia uma natureza masculina marcada pela agressividade e impulsividade, em oposição à feminina, caracterizada pela bondade, tolerância, capacidade de perdoar o mal que lhe faziam. Por portar tais predicados deveria fazer uso dos mesmos para viver em harmonia em seu lar. As mulheres que apresentassem um perfil diferente do idealizado e descrito no jornal *O Mossoroense* eram vistas como desviantes, a exemplo das prostitutas do cabaré da avenida Tavares de Lyra. Os perfis de homem e mulher eram reforçados pelo discurso médico.

No discurso médico, dois caminhos conduzirão a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho, para ela o espaço privilegiado para a realização de seus talentos será a esfera privada do lar. Tudo que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão de mãe, aceitar seu campo profissional: as tarefas domésticas, encarnando a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.³⁰

O médico Aprígio Camara³¹, a convite da União de Moços Catholicos de Mossoró, fazia uso das páginas impressas do jornal *O Mossoroense* para exaltar o papel da mulher e sua importância na sociedade. Segundo o médico, a mulher deveria ser educada

³⁰ RAGO, op. cit. p. 75

³¹ Fazemos referência à matéria O lar e sua missão educativa publicada no Jornal O Mossoroense nas primeiras páginas dos números 777, 778, 779, 780.

para os cuidados com o lar e a criação dos filhos. Sendo assim, esta precisaria ter noções a respeito do desenvolvimento da criança, pois contribuiria na hora de escolher a melhor alimentação a ser oferecida aos filhos em cada fase. Além do alimento, as roupas deveriam ser selecionadas de modo a atender as condições climáticas, por exemplo, agasalhos no inverno e peças leves no calor do verão. Assim como, o cardápio diário e as vestimentas, os jogos e as brincadeiras infantis eram escolhidos objetivando estimular o desenvolvimento mental da criança.

Para que as mães soubessem fazer as escolhas certas durante o processo de criação e de educação dos filhos, era necessário, de acordo com o médico Camara, que as mesmas fossem esclarecidas.

A dignidade das mães é a maior das dignidades, e o seu exercício que é um verdadeiro apostolado de paciência e de amor, para a sua eficiente plenitude, não pôde prescindir dos clarões do estudo da criança. No sentido desse esclarecimento, em todo o ponto indispensável, fundam-se instituições especiais como a *Escola Doméstica*, de Natal, e *As Escolas para as Mães*, com que os Estados Unidos veem de aprimorar a sua já extensa obra educativa.

Na criação de educandários oficiais dessa natureza está, a meu ver, a fórmula da intervenção do Estado no aperfeiçoamento da vida íntima da família, concorrendo desse modo, para que a Pátria se vá transformando por intermédio das mães.³²

O Estado, auxiliado pelo saber médico que adentrou nos lares, conseguiu capitanear as famílias mossoroenses, principalmente a mulher, para servir aos seus propósitos. Assim, para que a família fosse transformada em aliada do Estado em

³² Idem.

sua batalha pela modernização e higienização da cidade, foi preciso educar seus membros bem como inculcar em cada um deles a importância social, mais precisamente a missão que a família deveria executar enquanto formadora de cidadãos saudáveis, educados e aptos a servir ao Estado, quando solicitado.

Sendo assim, à família foi atribuída a função de educar a criança e inculcar nelas bons comportamentos e bons hábitos. Pois, de acordo com Camara, “[...] a primeira das escolas é o lar doméstico. É incontestável a influência que ele exerce sobre todos os indivíduos, desde a recém-nascença até o termo da idade núbil.”³³

A educação do lar iniciava pela educação da mulher. Isso ficava explícito em diversas matérias publicadas no jornal *O Mossoroense*. Uma delas intitulada “Educação da família”, publicada em 1911, é bastante significativa, pois expõe o perfil da mulher:

A mulher é a base da harmonia social, a pedra onde se firma o progresso moral das nações e a força que impulsiona a humanidade para o zênite da perfeição.

Sua ação é benéfica, e em todas as épocas, em todos os lugares ella tem apparecido impellido o desenvolvimento da humanidade. E se é o homem que segura nas rédeas do governo, é, porém, a mulher quem lhe dirige os passos, pela influencia que sobre ele exerce.

Está provado que o caracter moral do homem fórma-se na atmosphera da família, e é a mãe quem lhe semeia n’alma todos os sentimentos bons.

³³ O lar e sua missão educativa. In: *O Mossoroense*, 25 de outubro de 1925 n. 779, p. 1, c. 6.

Para educar sociedades nobres é necessario se educar muito bem o espírito da mulher, porque della e só della depende a formação do caráter dos homens.³⁴

Segundo a matéria, a mulher era responsável por impulsionar a humanidade para a perfeição, pois a ela era atribuída a função de educar, cuidar, criar, inculcar nos filhos e filhas as normas sociais e culturais. O palco de atuação da mulher era o lar, enquanto ao homem era atribuído o espaço público onde adquiria recursos necessários para sustentar a família. Sendo estes administrados pela esposa-dona-de-casa-mãe³⁵ que desde cedo fora preparada por seus pais e pela sociedade para amar o lar, colocar os interesses do marido e dos filhos em primeiro plano. Pois, “A menina de hoje é a mãe de família d’amanhã, e, assim é, necessario que os paes lhes ensinem tudo que é preciso uma bôa dona de casa saber.”³⁶

Sendo assim, os pais deveriam ensinar as filhas a serem econômicas. Ter essa qualidade significava em grande medida realizar certas atividades em casa como lavar, passar, costurar, cozinhar, objetivando evitar a contratação de outras pessoas e, assim, poupar o dinheiro do marido. Além de ensiná-las a serem parcimoniosas, os pais deveriam educá-las a terem comedimento com relação à vaidade. Pois, a demasia poderia ser confundida com práticas realizadas por mulheres públicas, ou seja, prostitutas.

A vaidade da esposa-dona-de-casa-mãe não deveria concentrar-se sobre si mesma, mas sobre os cuidados com os filhos, com o marido e com a casa. As danças, os bailes, as novidades trazidas pela última moda não formavam futuras mães. A matéria aconselha aos pais a inculcar em suas filhas, as futuras esposa-dona-de-casa-mãe, o amor pelo lar e o desprezo pelas futilidades do mundo.

³⁴ Educação da família. In: Jornal O Mossoroense, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 1.

³⁵ RAGO. Op. cit.

³⁶ Idem, p. 2, c.1.

“Incute no espírito de vossas filhas que ellas devem aprender a cuidar dos arranjos da casa e não viver de bailes, de theatros, de festas, porque d’ahi não é que sahem as boas mães de família, estas que fazem a alegria do lar e a futura felicidade dos filhos.”³⁷

O espaço reservado para a mulher, mesmo antes de casar-se, era o lar, sua primeira escola, onde aprenderia a cuidar da casa, isto é, cozinhar, lavar, passar, coser. Os bailes, as sessões de teatro, as festas não educavam as jovens senhoritas para a missão que lhes era dada: o cuidado do lar, porém, para a vida mundana. Espaço reservado não para as senhoritas e senhoras de família, mas, para as madalenas, cujos perfis foram criados e expressos nas páginas do jornal em oposição à mulher recatada. De acordo com Rago³⁸, a prostituta era pensada como negação da esposa-dona-de-casa-mãe, e como sendo uma ameaça constante” à boa ordem do mundo masculino.”³⁹

Segundo a matéria, que mais parece um catecismo de como transformar uma menina em dona de casa, as noites em bailes são responsáveis por

Estragar a saúde, perder as energias nas vigílias das festas, quando o lar reclama a presença da mãe de família, porque tudo ali vae desordenado, é um crime no presente e uma grande desgraça para o futuro, porque a mãe de família deve trazer o seu lar confortável e não dissipar a vida em diversões que só podem fazer a ruina de seus descendentes e a sua propria desventura.⁴⁰

³⁷ Educação da família. In: *Jornal O Mossoroense*, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 2.

³⁸ RAGO. Op. cit..

³⁹ Idem, p. 90.

⁴⁰ Educação da família. In: *Jornal O Mossoroense*, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 2.

A matéria segue dizendo que:

E as sociedades precisam de boas mães de família e não de bailarinas ou manequins de salões. Educae as vossas filhas, ensinae-lhes que a sociedade precisa de mulheres instruídas e trabalhadoras para poder produzir homens de bem e cidadãos uteis.⁴¹

As bailarinas e as manequins eram perfis femininos associados à vida mundana das cidades modernas. Espaço onde algumas mulheres criavam novos comportamentos como o de sair às ruas sozinhas; vestir-se com roupas que deixavam à mostra partes do corpo, a exemplo dos tornozelos; possuidoras de pouco pudor e recato, por isso, tidas como o contrário do modelo delineado nas páginas impressas de *O Mossoroense*. Ao criticá-las de modo tão efusivo, o jornal também criticava algumas modificações proporcionadas pela vida citadina, a exemplo dos homens que se entregavam aos vícios do jogo e da bebida.

Em contrapartida, ao defender o perfil de mulher recatada, *O Mossoroense* falava do modelo de cidade que almejava, ou seja, uma urbe na qual os papéis de gênero fossem bem definidos; onde os jovens reproduzissem as práticas sociais aprendidas com seus genitores e educadores; onde o homem transitava e dominava o espaço público, enquanto a mulher administrava e harmonizava o lar, cuidando da saúde de todos. Seu papel voltado ao lar não era discrepante do de eleitora.

Segundo Celina Guimarães, primeira eleitora mossoroense e brasileira, em entrevista concedida ao *O Mossoroense*, o direito de votar não afastava a mulher do lar. “Ademais bem o sabe que no exercicio de taes direitos a mulher não declina de sua magestade na vida domestica; ella ali, tomando parte na admi-

⁴¹ Educação da família. In: Jornal O Mossoroense, 9-11-1911, nº 267, p. 2, c. 2.

nistração publica, completa a sua educação, serve a sua Patria.”⁴² Mesmo estando no espaço público, a mulher deveria trazer consigo o que aprendeu no lar e exercer as atividades públicas que a elas foram entregues, no caso votar, com o mesmo cuidado e a mesma lógica utilizada em casa, isto é, sempre primando pela harmonia e bem-estar de todos os membros da família e se abnegando dos seus desejos. Uma das formas de assegurar o bem-estar da família era cuidar da saúde de todos os membros para que pudessem desfrutar dos prazeres do viver moderno.

As receitas e remédios para os males do homem moderno

As propagandas de remédios, bem como de farmácias, consultórios médicos e de dentistas, eram uma constante na segunda fase do jornal *O Mossoroense*. Isso nos permite a leitura de que a saúde era veiculada nas páginas impressas como um produto que podia ser comercializado como os demais bens de consumo.⁴³

Os anúncios de remédios não vendiam somente uma fórmula química. Vendiam uma ideia, mais precisamente, a de saúde, de bem-estar, de vigor e de felicidade, àqueles que eram acometidos de algum mal, eram tidos como impedidos de desfrutarem da vida e da cidade moderna. Isso ficava evidente nas propagandas, pois os nomes dos remédios não são acompanhados unicamente pela sua fórmula, também estavam presentes imagens de pessoas personificando a felicidade e a vitalidade. Nas propagandas onde aparecem pessoas tristes, o

⁴² VOTO FEMININO. In: Jornal *O Mossoroense*. 2-09-1928 n.898

⁴³ De acordo com Iranilson Buriti de Oliveira (2003), no Diário de Pernambuco a constante publicação de propagandas de remédios e médicos permite a leitura do conceito de saúde como sendo uma mercadoria a ser comercializada como outra qualquer. Cf.: OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. “FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme - Revista de Humanidades* - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó. Caicó, v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003. Semestral . ISSN 1518-3394 [este número foi originalmente publicado no site www.seol.com.br/mneme, hoje desativado].

texto que segue a foto explica a origem da tristeza como sendo causada pela falta de saúde e vigor físico, problemas facilmente solucionados após a ingestão do remédio anunciado.

As dores de cabeça eram resolvidas após a ingestão de Cafiaspirina. O remédio era um aliado da esposa zelosa no cuidado do seu marido. Quando ele viajava, seu consolo era saber que o marido não sentiria dores, já que levava na mala tubos de Cafiaspirina. “–Adeus, meu velho! O meu único consolo é que levas na maleta um tubo de **Cafiaspirina**. Assim não sofrerás outra dôr além da da minha ausencia.”⁴⁴ (Grifos do autor)

O tom de intimidade e proximidade entre os cônjuges delineava um modelo de família distinto do patriarcal. Isto é, a família burguesa constituída a partir do ideal de amor romântico⁴⁵; da prole de número reduzido, assim, os pais poderiam despender maior tempo e atenção no cuidado e educação dos filhos; da mãe devotada aos afazeres domésticos e a criação dos filhos; do pai provedor; do lar higienizado e livre de impurezas.

Para tanto, fazia-se necessário seguir as orientações e determinações médicas. Segundo Costa⁴⁶, a presença do médico na família foi importante para torná-la aliada do Estado no projeto de modernização da cidade e formação de cidadãos aptos a servirem aos propósitos do Estado. Isso foi possível devido à estratégia assumida pelo saber médico de desvalorizar as práticas de saúde doméstica, isto é, o uso de mezinhas, chás, remédios caseiros que eram ensinados de mãe para filha ou de vizinha para vizinha. Ao desvalorizar esse saber, os médicos contribuíram para fragilizar essas relações e colocar o corpo e os cuidados da saúde dele como sendo somente um território do saber médico.

Saber que começava a intervir em assuntos antes restritos às mulheres, a exemplo das cólicas menstruais e da mens-

⁴⁴ Propaganda do Remédio Cafiaspirina publicada no ano de 1930.

⁴⁵ Ver: COSTA. Op. cit.

⁴⁶ Idem.

truação. Isso ficava evidente na propaganda do remédio A saúde da mulher destinado a curar: “Para **Incomodos de Senhoras** taes como: Inflammações do utero, flores-brancas, hemorrhagias, suspensões, colicas: o melhor Remedio é **A Saúde da Mulher**.”⁴⁷ Segundo Oliveira⁴⁸, o bom funcionamento do útero e dos ovários era tido como responsável pela saúde e o bem-estar da mulher, inclusive pelo do marido, pois, este sofria as consequências do padecimento de sua esposa, isto é, o mal-humor provocado pelas dores de cabeça e pelas cólicas. Sendo assim, medicalizar a mulher era cuidar da harmonia e bem-estar de todo o lar.

A medicina e o saber médico, de acordo com Oliveira⁴⁹, eram vistos como tendo mais conhecimento sobre o corpo humano e suas possíveis moléstias do que as próprias pessoas examinadas. A preocupação com a saúde não se resumia a tratar de doenças já existentes, também envolvia a prevenção; o estímulo ao uso de remédios fortificantes, para crianças e adultos, e revigorantes, para a terceira idade. A idéia de vigor físico era bastante divulgada nas páginas impressas, não somente de *O Mossoroense*, era encontrada igualmente nas páginas de jornais de outras cidades.⁵⁰ Isso nos mostra que tais ideias faziam parte do imaginário da época a respeito da formação (por que não dizer produção?) de habitantes aptos a consumir a cidade moderna, ou que se desejava moderna.

Seguindo esse caminho, não apenas os jovens deveriam ser dotados de vigor, os velhos também necessitavam tê-lo, para tanto, poderiam fazer uso de remédios estimulantes como as Pílulas de Vida do Dr. Ross. De acordo com a propaganda, “Os velhos que usam as Pílulas de Vida do Dr. Ross conservam o vigor e a vitalidade da juventude. As Pílulas do Dr. Ross

⁴⁷ Texto retirado da propaganda publicada no jornal no ano de 1914.

⁴⁸ OLIVEIRA. Op. cit.

⁴⁹ OLIVEIRA, op. cit.

⁵⁰ Idem. O autor trabalha com o Diário de Pernambuco e a partir delas discute as ideias de higiene, saúde e prevenção veiculadas no jornal.

conservam a actividade do Fígado, a saúde do Estômago, e a regularidade dos intestinos. Uma dose ao deitar, torna o somno tranquilo e renova a saúde na manhã seguinte.”⁵¹

Com a emergência do modelo de família burguesa, segundo Costa⁵², a figura do velho começava a ser desvalorizada em benefício da figura do jovem. Aquele que na família patriarcal era o chefe, símbolo do poder de mando, da autoridade, da sabedoria, começava a ser visto e nomeado como sendo símbolo de um período ligado ao atraso, onde a esposa e os filhos viviam sob o jugo do pai – chefe da família e ao mundo rural onde predominavam as relações pessoais⁵³.

Além das Pílulas do Dr. Ross, a Emulsão de Scott prometia robustez e restaurar a vitalidade, promessas lidas em propagandas de 1921 e 1929,

Saúde e robustez

São as qualidades que conservam o atractivo bem como o bem estar da mulher. A **Emulsão de Scott** manterá a louçania da juventude através dos annos, fortalecendo o organismo em todos os períodos da existencia.⁵⁴

Na VELHICE conserve suas forças e o bem estar com a Emulsão de Scott que efficazmente lhe ajudará a restabelecer a vitalidade ao organismo e acabar com os achaques da velhice.

É alimento e remedio sem o illusorio estimulo das drogas ou alcool. A **Emulsão de Scott** é um excellente reconstituente que se pode tomar a qualquer tempo.⁵⁵

⁵¹ Propaganda veiculada no jornal O Mossoroense, 1916.

⁵² COSTA. Op. cit.

⁵³ Ver. ALBUQUERQUE JR. Op. cit.

⁵⁴ Jornal O Mossoroense 1921. (grifo do autor)

⁵⁵ Jornal O Mossoroense 1929. (grifo do autor)

Conservar a saúde e a vitalidade fazia parte do ideário da cidade moderna. O corpo era pensando enquanto máquina e poderia ser controlado através de estimulantes. Segundo Sevcenko⁵⁶,

Os estimulantes se tornam tão indispensáveis para dotar as pessoas de disposição imediata, rapidez de reflexos e agudez de concentração, que cada vez mais cada qual define uma engenharia própria de autocontrole das suas energias, acelerando ou refreando várias vezes ao longo do dia seu equipamento psicomotor com o uso de substâncias artificiais.⁵⁷

Os estimulantes permitiam afastar o cansaço e conservar o movimento, característica exigida pela cidade inclusive pelo viver moderno. Juntamente como esses recursos para dar vitalidade ao corpo tornando-o ágil, conservando-o jovem, fazia-se necessário apagar as marcas visíveis do transcorrer dos anos como os cabelos brancos. Para tanto, bastava usar a tinta Invicta, “A melhor tintura para os Cabellos.”⁵⁸

Apagar, ou esconder, os sinais do tempo, da decrepitude do corpo, tanto dos seus habitantes quanto da cidade, é uma prática da urbe moderna. Prática reforçada e defendida diariamente pelas páginas de *O Mossoroense* ao criticar os jogos de azar, a bebida, a prostituição, a doença, enfim, as máculas que deveriam ser extirpadas ou afastadas do centro, no caso do cabaré da avenida Tavares de Lyra.

No lugar delas, o jornal defendia o homem saudável e provedor do lar; a mulher devotada ao lar, aos filhos, ao marido; cidade de ruas limpas; corpos ágeis, fortes e repletos de vitalidade, características adquiridas através de práticas

⁵⁶ SEVCENKO. Op. cit.

⁵⁷ Idem. p. 84

⁵⁸ Jornal O Mossoroense, 1920.

esportivas, higiene e remédios fortificantes. Assim, ao longo de suas páginas *O Mossoroense* delineava e tentava moldar, através da palavra escrita, o habitante ideal. Homem educado o suficiente para entender e fazer uso dos códigos e práticas da cidade moderna. Os que não conseguiram ser convertidos ao modelo idealizado foram afastados do centro ou tiveram suas práticas de lazer cerceadas. A cidade com suas aquisições do viver moderno fazia-se atrativa, mas não poderia ser consumida por todos. Pois, a cidade ideal deveria ser consumida pelo habitante ideal.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 1: **Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: **História dos, nos e por meio dos periódicos**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. pp. . 111-153.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ª. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **“FORA DA HIGIENE NÃO HÁ SALVAÇÃO”**: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme - Revista de Humanidades* - Publicação do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó. Caicó, v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003. Semestral. ISSN 1518-3394 [este número foi originalmente publicado no site www.seol.com.br/mneme, hoje desativado]

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Fontes

Jornal O Mossoroense

1874, 1909, 1910, 1911, 1916, 1920, 1921, 1925, 1927, 1928, 1929, 1930.

Livros

AUGUSTO, Cid Escóssia. **Fundação Vingt-un Rosado**. Coleção Mossoroense. Série “C”, volume 989 – janeiro/98.

NOGUEIRA, Manoel Leonardo. **Esboço Histórico do Futebol Mossoroense**. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Volume CLVI, 1981.

Capítulo V

AS ESTAÇÕES DE TREM NAS CIDADES DO NORTE BRASILEIRO COMO SÍMBOLOS DE UM NOVO ESPAÇO-TEMPO (1880-1930)

Gervácio Batista Aranha¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é demonstrar que as estações de trem do Norte² do Brasil, na transição do século XIX para o XX, provocaram um profundo impacto na vida dos lugares onde foram instaladas: de um lado, porque se revelaram espaços simbólicos de um novo tempo, simbolismo presente em sua condição de espaços de espetáculo de uma das grandes conquistas da mecânica moderna e de espaços de sociabilidade através do qual os habitantes se comunicavam entre si e com o mundo exterior; de outro, porque os inúmeros interesses que para elas convergiram levaram à emergência de novas conformações urbanas.

Trata-se de demonstrar, de um lado, que as estações de trem do Norte tornaram-se espaços de intensa movimentação pública, vale dizer, autênticos passeios públicos, e, de outro, espaços para onde foram convergindo interesses de toda ordem: casas de comércio, hotéis, bares e cafés, prostíbulos

¹ O autor é doutor em história pela UNICAMP e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG.

² É importante informar ao leitor que optei pelo uso, no interior do texto, da palavra Norte em substituição a Nordeste. É que a documentação trabalhada, na maior parte do recorte temporal aqui focalizado, se refere a Norte e não a Nordeste, o que torna evidente que a região que hoje intitulamos Nordeste nem sempre existiu com esse nome. Em minha tese de doutorado, por exemplo, demonstro que a palavra Nordeste aparece já em 1909, embora seu uso só se torne mais freqüente no início dos anos 1920 (Cf. ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais - 1880/1925*. Tese de doutorado em história, UNICAMP, 1991, pp. 148-149).

etc, contribuindo, na maioria das localidades, para uma nova cartografia urbana, não mais se reconhecendo a cidade que existia antes de sua edificação. Duas variáveis, duas hipóteses: a primeira hipótese é que essas estações tornaram-se autênticos passeios públicos independentemente do seu porte ou estilo arquitetônico, não sendo exceção as mais acanhadas quanto a esses dois aspectos; a segunda hipótese é que, a despeito de não ter existido, em todo o Norte, qualquer planejamento prévio visando o surgimento de novas cidades a partir de uma estrada de ferro dada, tal como podemos constatar em algumas experiências no Sul do país, não foi menor o impacto desse meio de transporte, na região focalizada, no tocante à emergência de novas conformações urbanas.

As estações na paisagem circundante: novas sensibilidades/ sociabilidades

A primeira constatação a fazer é que o trem imprimia um novo ritmo de vida no cotidiano dos lugares por onde passava, em particular nas cidades, vilas ou núcleos rurais marcados pela existência de estações ferroviárias, contribuindo para que essas tenham se tornado uma espécie de passeio público ou um local extremamente atraente, um ambiente de intensa sociabilidade.

É importante considerar que me refiro a estações relativamente pequenas, contendo em sua maioria um único piso e poucas dependências, além de um pequeno salão de espera. Nada comparável às grandes estações da Europa e/ou Estados Unidos, construídas em sua maioria no século XIX. Algumas delas maiores do que catedrais e palácios, que, pelo seu gigantismo, ainda hoje provocam uma “impressão extraordinária”, pois tiram “nosso fôlego” e “acachapam” nossa percepção, excedendo a “escala humana”.³ Por assim dizer, elas funcionavam

³ Trechos de uma conferência intitulada “As ferrovias e a paisagem: o trem como grande espetáculo”, proferida por Nicolau Sevcenko em 06 de novembro de 1995, conferência que constou da programação do Seminário *A Cidade e o Trem*, promovido pelo Arte/Cidade em São Paulo.

como símbolos maiores da nova ordem burguesa, sinalizando seu poder material sobre os períodos históricos antecedentes. Basta considerar, a título de exemplo, aquela “sonora e trepidante” estação da Companhia do Oeste na Paris do Segundo Império, cujos rumores, marcados por “apitos, choques de chapas giratórias, reboar de trovoada, trepidações súbitas, semelhantes a terremotos”, chegavam a sacudir os móveis de um apartamento próximo. Estação que, pela “massa confusa” de vagões e locomotivas que abarrotavam os trilhos, e pelo incessante vai e vem dos trens que comunicavam Paris com diversas partes do país, oferecia um espetáculo capaz de tomar conta até mesmo dos funcionários da empresa, como aquele que trabalhava na estação do Havre (cidade portuária) e que era envolvido por tal espetáculo sempre que se dirigia à capital francesa.⁴

Tampouco me refiro às grandes estações de trem do Brasil, a exemplo da Estação da Luz, cujas torres, vistas de uma rua lateral, nos faz lembrar uma velha catedral do século XIX, em que pese o destaque de sua fachada moderna, à base de ferro e vidro, contrastando com o aspecto nada maleável de sua arquitetura quando divisada a partir das referidas torres. Aliás, contraste que se acentua radicalmente à medida que se penetra em suas dependências, pois o ferro e o vidro são exatamente os materiais que predominam de forma absoluta em sua arquitetura interior, a encantar as inúmeras gerações que por ali transitaram, incluindo os forasteiros atraídos à capital paulista.

Para mencionar mais um exemplo, também não me refiro a estações do porte da de Belo Horizonte, construída nos anos 1920, com predominância do estilo neoclássico, de enorme beleza plástica, com destaque para os arcos de coluna em sua arquitetura

⁴ ZOLA, Émile. *A besta humana*, Tradução de Marina Guaspari. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, pp. 11 e 73. É importante observar que o texto de *A besta humana*, na tradução acima, em nenhum momento faz referência ao nome da mencionada estação, sendo ali referida apenas com a designação de estação da Companhia do Oeste. Todavia, uma fonte não duvida em tomá-la como a famosa “*Gare Saint Lazare*”, com sua arquitetura à base de ferro e vidro (Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*, Porto Alegre: Editora Universitária / UFRS, 1999. p. 199).

tura interior, cujas abóbadas são artisticamente trabalhadas, o mesmo acontecendo com o ferro. Ou ainda, a Central do Brasil, edificada nos anos 1930, em que o tradicional e o moderno se misturam em seu gigantismo. Tampouco me refiro às grandes estações do Norte, a exemplo da estação central de Recife (hoje estação de metrô), no velho bairro de São José, ou da estação central da estrada de ferro de Baturité em Fortaleza. Esta última, por exemplo, chama a atenção tanto por seu estilo arquitetônico quanto pelo tamanho da área edificada, aspectos que podem ser vislumbrados por meio de certa descrição de quem a conheceu de perto no final do século XIX. Seguindo de perto essa descrição, toma-se conhecimento de detalhes importantes, a exemplo da data em que foi concluída (09 de julho de 1880), do seu estilo arquitetônico (o dórico-romano) e do conjunto de suas dependências, assim discriminado: “um vestíbulo, uma agência, uma sala para o telégrafo, uma para a bagagem, um salão de 1.^a classe, um dito de 2.^a, mais uma sala e uma dita para o correio”. Além desse primeiro conjunto arquitetônico, havia um salão em anexo, onde encostavam trens de passageiros, medindo 91 metros de comprimento e 12 de largura. Por último, eram em número de quatro os armazéns construídos ali próximos (três para o atendimento às importações e um às exportações), com uma área total de 2.238 metros quadrados.⁵ Some-se tudo isto e facilmente se terá uma idéia do porte de uma das grandes estações ferroviárias do Norte.

Entretanto, embora não haja termo de comparação entre tais estações e as pequenas estações de vilas ou cidades do interior do Norte, seja do ponto de vista arquitetônico ou do gigantismo próprio das primeiras, o fato é que as pequenas estações ferroviárias nortistas não eram menos acanhadas quando consideradas enquanto passeios públicos ou ambientes

⁵ MENESES, Antônio Bezerra de. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Casa da Cultura José de Alencar, 1992. p. 58 (Obs.: texto originariamente publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará. N.º 9, 1895. pp. 118-290).

de intensa sociabilidade para os padrões locais.⁶

Na cidade paraibana de Itabaiana, por exemplo, a estação da Great Western, companhia inglesa, foi inaugurada em 1901, tornando-se de imediato o lugar mais atraente da cidade. Nas memórias redigidas por um de seus antigos habitantes, que lá residia no começo do século XX, temos: “a estação, com a chegada e saída dos trens, tornou-se o principal ponto de encontro dos cidadãos. As famílias se comunicavam, os comerciantes transacionavam, os jovens namoravam, os políticos se entendiam”. Os trens tornaram-se, então, um espetáculo à parte, que ali “chegavam apitando e apitando partiam”. Espetáculo com um público garantido: “iam vê-los os que levaram alguém a embarcar, os que não iam levar ninguém, mas, esperavam amigos e familiares. Iam vê-los, ainda, os que, nada tendo a fazer, contentavam-se, tão-somente, em vê-los passar, com as janelinhas cheias de passageiros”.⁷ De acordo com certa imagem relativa ao começo do século XX, o trem constituía, para Itabaiana e a maioria das cidades da região, a única forma de contato com o mundo exterior. “Ir à estação, ver a passagem do trem, era quase como ir ao estrangeiro, porque por aí passavam as únicas novidades que nos eram dadas a apreciar”.⁸

Também em Campina Grande, outra cidade paraibana, ocorria fenômeno idêntico. Inaugurada em outubro de 1907, sua estação ferroviária tornou-se um passeio público por excelência. Na crônica intitulada “Perfis femininos”, publicada no jornal o 15

⁶ Para Gilberto Freyre, se é um fato que as estações de trem se constituíam enquanto uma “marca do complexo ferroviário sobre a face da paisagem brasileira”, deve-se ressaltar que isto tem a ver não só com “a estação metropolitana ou central mais ou menos pretensiosa”. Para ele, essa marca tem a ver também com “a estaçõzinha quase perdida no matagal, nos campos, em terras de engenhos e fazendas perto de cidades do interior” (Cf. FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil*. 2 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: INL, 1977, p. 82).

⁷ MAIA, Sabiniano. *Itabaiana: sua história – suas memórias*. 2 ed. – João Pessoa: A União, 1977, p. 148.

⁸ Cf. Carta de Arthur Coelho a Osias Gomes, de 03 de novembro de 1959. Apud. Idem.⁷ MAIA, Sabiniano. *Itabaiana: sua história – suas memórias*. 2 ed. – João Pessoa: A União, 1977, p. 148.

de novembro, o autor traça o perfil da jovem F.V, mostrando, dentre outras coisas, o local que ela escolhia para passear: “em companhia de suas amigas vai sempre à estação da Great Western e retorna sempre que a tarde morre”.⁹ Inúmeros campinenses faziam esse passeio à estação nos fins de tarde, pois salvo um ou outro contratempo, cotidianamente chegava à cidade o trem das 6:10. Assim, não deixa de ser sintomático esse “retorna logo que a tarde morre”.

É que todos eram atraídos à estação nos horários de chegada e partida dos trens, a exemplo do autor da crônica intitulada “Na estação”, na qual afirma ter o “hábito de assistir todas as chegadas dos trens”, tal como naquela tarde em que, “como de costume, ali chegando”, começou a passear entre os presentes, até encontrar aquela personagem de “vista espantada”, como se tivesse presenciado a “aparição de um phantasma”. Trata-se da figura cômica do “assustado” José Miquilina, aparecendo, na visão estereotipada do cronista, como um “rude” sertanejo que não conhecia o trem de ferro e que saiu em disparada carreira no momento em que a locomotiva apitou na estação, não sem antes ter servido de gozação à “canalha” ali presente, que lhe teria dado uma “solene vaia”.¹⁰ Jocosidade, exagero, invenção do cronista? É o que parece. Mas a idéia da estação como passeio público ou como espaço de sociabilidade recebe aqui confirmação.

E em certo dia de janeiro de 1909, em que o trem não chegou à hora aprazada e sim com duas horas de atraso, o fato não inibiu a presença de “muitas famílias na gare”, que ali não permaneceram por mais tempo, “apesar dos salões de espera estarem bem iluminados”, pela falta de respeito tanto da “garotagem como das mulheres de vida fácil”.¹¹

⁹ Cf. SILVIO. “Perfis femininos”. In *O 15 de novembro*, Campina Grande, 29 de novembro de 1908, p. 1.

¹⁰ Cf. GOMES, Lino. “Na estação” (crônica). In *Jornal O Campina Grande*, 07 de fevereiro de 1909, p. 2.

¹¹ Cf. BARBA AZUL (Pseudônimo). “Por cima de tudo” (coluna). In *Jornal O Campina Grande*, 31 de janeiro de 1909, pp. 3-4.

Essas imagens, como se percebe, indicam com que cores os letrados pintaram suas representações da estação de trem de Campina Grande. No conjunto, se sobressai a idéia de que ela se constituiu em um amplo espaço de sociabilidade, um autêntico passeio público, a atrair pessoas de todos os níveis sociais, os que ali compareciam para tratar de negócios, os que ali compareciam para esperar parentes e/ou amigos ou para se despedir dos que partiam, os jovens do lugar, como a jovem F. V. e suas amigas, o cronista da terra, a “garotagem” ou “mulheres de vida fácil”, que faltavam com o devido “respeito” às famílias locais etc. Enfim, um lugar atraente e alegre, onde todos se comunicavam.

Informações sobre a cidade paraibana de Guarabira – vila de Independência na época em que foi contemplada por estrada de ferro (1884) – dão conta de que ali a estação ferroviária transformou-se no principal ponto de encontro dos guarabirenses, talvez seu único passeio público. Em que pese seu aspecto acanhado, motivo de reclamação de um jornal local publicado nos anos de 1920, era para ela que se dirigiam os passeantes locais. Mesmo deixando a desejar quanto ao seu “asseio”, isto para não falar que foi “construída em estilo desusado e feio”, sendo “baixa, muito estreita, muito mal dividida” e desprovida de “salão de espera”, ainda assim tornou-se o lugar preferido dos passeantes, especialmente nas tardes de domingo, ocasião em que, invariavelmente, afluíam à estação “senhorinhas, senhoras, cavalheiros e rapazes a fim de assistirem à chegada dos trens de Natal e Parahyba – único passeio proporcionado à família guarabirense”.¹²

Também em Antenor Navarro¹³, considerada a primeira localidade do sertão paraibano a contar com estrada de ferro,

¹² Cf. CASSIO. “Cousas de nossa terra”. In *A luz*, Guarabira, 03 de abril de 1920, p. 2.

¹³ Até o início dos anos 1930 essa cidade chamava-se São João do Rio do Peixe, então substituído por Antenor Navarro, que perdeu até período recente, quando tem o antigo nome restaurado (Cf. LEITÃO, Deusdedit. *Inventário do Tempo* (memórias). João Pessoa: Edições Empório dos Tempos, 2000, p. 179).

cuja inauguração, interligando-a com a capital do Ceará, ocorreu em 1922¹⁴ –, a estação local tornou-se um passeio público bastante movimentado. Alguém que a conheceu de perto recorda: “a passagem do trem dava a Antenor Navarro um aspecto festivo com a movimentação de passageiros e curiosos que iam até a estação para verificar quem chegava e quem saía da cidade. Os passageiros em trânsito permaneciam nas imediações da estação, pela pracinha, ou procuravam as pensões de Donana Bode ou Chico Crente para as suas refeições. Rapazes e moças da localidade, enquanto o trem ia e voltava de Cajazeiras, ficavam a conversar com os passageiros na tentativa de rever alguns conhecidos ou flertar com os transeuntes que, logo depois, tomavam o trem e saíam a acenar adeuses na retomada do seu percurso”.¹⁵

O fato é que esse clima festivo, com maior ou menor intensidade, repetia-se cotidianamente nas várias estações ferroviárias, isto por ocasião da chegada e/ou partida dos trens. Até mesmo nas estações instaladas em pleno meio rural o clima festivo era visível.

O Engenho Maçangana, de propriedade do Sr. Cazuzza Trombone, localizado próximo à divisa Paraíba/Pernambuco, funcionava como um entroncamento ferroviário, em cuja estação cruzavam-se os trens com destino aos dois Estados acima. Um escritor paraibano registra, em suas memórias do tempo de menino, uma visita feita a esse engenho. “Corríamos todos do engenho Maçangana para ver às portas da casa grande, os horários do Recife e da Parahyba [atual João Pessoa] (...). O importante em Maçangana era o trem. A mulher do feitor Felismino mandava vender laranjas e limas na estação. Vinham de longe mendigos para o instante das partidas. No momento das manobras, o lugarejo se enchia de gente”.¹⁶

¹⁴ Cf. “A primeira locomotiva que penetra o alto sertão” (editorial). In *A Imprensa*, Parahyba, 07 de junho de 1922, p. 179.

¹⁵ Cf. LEITÃO, Deusdedit. Op. Cit., p. 179.

¹⁶ REGO, José Lins do. *Meus verdes anos* (memórias). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956, p. 231.

De modo que os trens provenientes do Recife e da capital paraibana constituíam um espetáculo à parte ali no engenho Maçangana. Fica subentendido, pois, que Maçangana era um engenho como outro qualquer não fosse sua condição de entroncamento ferroviário, a atrair os que faziam da estação um meio de vida (vendedores, mendigos...) ou simples curiosos. Em relação a estes, é clara a insinuação de que as manobras dos trens tornavam-se algo espetacular, com o lugar a se encher de gente para presenciá-las.

Se o importante em Maçangana era o trem, não o era menos em Pureza, cuja estação, inaugurada em janeiro de 1883, localizava-se no quilômetro 107 da estrada de ferro que partia do Recife com destino à Paraíba, a uma distância de pouco mais de 30 quilômetros da divisa com esta última.¹⁷ Cenário de um romance de José Lins do Rego, onde se desenrola toda a trama, a estação de Pureza é ali representada como pertencente a um lugar “ermo”, “esquisito”, “longe de tudo”, um verdadeiro “ocodo-mundo”, mas um lugar que mudava totalmente quando da permanência dos trens em sua pequena estação, rompendo seu silêncio e sua tranqüilidade. “O trem apitava. O agulheiro botava a bandeira azul. E pureza quebrava o seu silêncio por quinze minutos. Saltava gente na estação (...) e tudo mudava em Pureza. Era agora outro lugar. A máquina chiava tomando água, um rebuliço de gente, muita fala. Com pouco mais ouvia-se o sinal de partida dado pelo chefe de boné com letras douradas [as iniciais G.W.B.R.], depois o apito fino do condutor, o apito grosso da máquina, e o horário partia”.¹⁸

De maneira que naquele lugar “esquisito”, só mesmo os trens diários para quebrar-lhe a rotina. Na verdade, a cena descrita repetia-se duas vezes ao dia, às 9:00 e às 14:00 horas, com os trens dando vida ao lugar, vivendo seus quinze minutos de intensa

¹⁷ Cf. Apenso X. In PINTO, Estevão. História de uma estrada de ferro do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949, p. 247.

¹⁸ Cf. REGO, José Lins do. *Pureza* (romance). 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982. pp. 12 e 26.

agitação. É que o trem é representado, ao longo de toda a narrativa, como a seiva do lugar. Uma vez ouvido o apito da máquina, anunciando sua chegada, “todos se preparavam para receber o horário”. Com isto, “Pureza entrava em agitação de cidade”.¹⁹

Localizada no engenho Gameleira, na pequena “nesga de terra” cedida pelo coronel Joca, a estação de Pureza parecia partilhar, sem os trens, da tristeza do lugar, “do silêncio de igreja deserta” próprio da mata ali existente.²⁰ Contudo, Pureza agitava-se tal qual uma cidade nos momentos de permanência dos trens. Além do agulheiro e do chefe da estação nos seus postos de sempre, muita gente era atraída à estação: o cego Ladislau, com sua rebeca, a pedir esmolas; os proprietários da terra da região, como o coronel Joca, do engenho Gameleira; D. Francisquinha (a mulher do chefe da estação) com o seu tabuleiro de café, atendendo aos passageiros do trem; as filhas do chefe (Margarida e Maria Paula), que se “enfeitavam para os horários”; os carreiros dos engenhos próximos, conduzindo carros de boi com cargas de lã e/ou açúcar; curiosos da povoação próxima (São Miguel), que ali compareciam para assistir a chegada e partida dos trens, como naquele dia em que, após uma greve de oito dias, o trem voltou a circular etc.²¹

Inúmeras imagens do citado romance reforçam a idéia de que o trem representava o que havia de mais importante em Pureza, o qual um lugar solitário quando por algum motivo ele não corria na linha. O narrador fica imaginando como seria aquele lugar se passasse um único dia sem que as máquinas aparecessem nos horários de sempre. “Na sexta-feira santa não corria trem. Devia ser a maior solidão de Pureza, um dia inteiro sem a vida que vinha dos trens”.²²

Certo dia, o trem das 9:00 não apareceu em Pureza. Com isto, espalhou-se a notícia de que os trabalhadores da **Great**

¹⁹ Cf. Idem, p. 98.

²⁰ Cf. Idem, p. 16.

²¹ Cf. Idem, pp. 19, 25, 39, 46, 74 e 98.

²² Cf. Idem, p. 42.

Western of Brazil Railway haviam entrado em greve. O narrador lamenta: “a vida em Pureza mudara completamente com a parada dos trens. Os dias ficaram mais longos. As duas grandes divisões do tempo [marcado pelo trem das 9:00 e das 14:00 horas] haviam desaparecido. O silêncio não se quebrava mais com os apitos saudosos (...). O dia todo entregue à solidão do lugar”. Mas no dia em que o trem voltou a correr na linha, Pureza se reintegrou à vida. Quando às 9:00 horas chegou o primeiro trem, todo “embandeirado, a máquina coberta de folhas de palmeiras”, Pureza viveu um clima de festa. E até o cego Ladislau, que normalmente portava roupas usadas, doadas por um dos coronéis da região, apareceu de roupa nova, como se realmente tivesse vindo para uma festa. Isto explica a fala do narrador, que afirma ter ido ver o retorno do trem “com uma alegria estranha”. É que após oito dias sem o movimento por ele proporcionado, o narrador sentia necessidade de “ver gente, sentir a humanidade”. Daí ter ficado a “olhar para a cara dos passageiros”.²³

Imagens sem dúvida emblemáticas essas que representam o trem como elemento propulsor da vida, a seiva do lugar. O que seria desse “oco-do-mundo” sem o trem de ferro? Um lugar praticamente abandonado no meio do mato, sem vida, triste? Como vimos, um lugar solitário “sem a vida que vinha dos trens”. Assim, nos poucos instantes em que as máquinas aí paravam para “beber” água, a estação de Pureza tornava-se plena de vida, trazendo “satisfação a todos”, incluindo os que vinham de longe para assistir ao espetáculo da chegada e partida dos trens.

Pureza tornava-se, no momento em que aportava o trem, um lugar que parecia estar em sintonia com a era moderna, cuja agitação contrastava com o “silêncio de igreja” a que se refere o narrador. Sem dúvida, uma imagem que traduz uma espécie de decantação plena da estação de trem como símbolo do moderno, talvez só comparável a certa imagem de um romance

²³ Cf. *Idem*, pp. 69-70 e 74-75.

de Thomas Hardy, a qual retrata ambientes e modos de vida em Melchester, pequena cidade vitoriana. Refiro-me ao emblemático momento em que os protagonistas projetam um passeio pela cidade. Quando o jovem Judas sugere uma visita à catedral, a namorada, parecendo surpresa com a sugestão, interroga: “na catedral?” Ao invés desta última, sugere um outro local, a estação ferroviária. E com a sugestão, um comentário: “é o centro da vida da cidade, no momento. A catedral já passou de tempo”. Ao que ele responde: “como você é moderna!” E ela: “a catedral era um esplêndido lugar há quatro ou cinco séculos, mas passou da moda”.²⁴ A imagem, como vemos, traduz a decantação máxima do trem de ferro como símbolo do moderno. A própria surpresa com que a jovem protagonista interroga o namorado – na catedral? – parece indicar que ela tinha como certo que lugar de passear era na estação de trem, o “centro da vida” daquele lugar no momento da trama, e não a um lugar já tão fora de moda quanto uma catedral.

Outras imagens literárias, desta feita em um romance da seca, mostram a força de atração de uma estação de trem. Mocinha, uma jovem retirante da região de Quixadá, ao chegar ao lugar denominado Castro, por lá mesmo ficou, não mais seguindo viagem com a sua família (a irmã e o cunhado) até a capital cearense. Motivo de sua permanência no Castro: um emprego na cozinha de Sinhá Eugênia, que fornecia café e lanches na estação ferroviária. E ter ficado numa estação de trem parece ter sido sua “perdição”. Sinhá Eugênia, furiosa com o desleixo de Mocinha, reclamava: “essa sem-vergonha, só quer é namorar! Vive de dentes de fora pros homens e não liga prá nada”. Mas Mocinha pouco se importava com as “descomposturas” da velha. “Alegre como uma feira” e “cheia de gente como uma missa”, aquela estação exercia sobre ela uma forte atração, fazendo com que lá permanecesse por “quase todo o dia”, às voltas com um verdadeiro enxame “de guarda-freios, de

²⁴ Cf. HARDY, Thomas. *Judas, o obscuro* (romance). Tradução de Octávio de Faria. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p.149.

bagageiros, de passageiros alegres”.²⁵

Despedida por Sinhá Eugênia, que a descompunha porque ela, “dentro daquele enlevo, cuidava pouco do serviço”, Mocinha procurou trabalho na casa de um bodegueiro da praça, sendo aceita como ama. Todavia, “seu imã era a estação”. Assim, “mal o trem apitava, ela corria à calçada, e ficava fitando o formigueiro de gente, cheia de nostalgia e de gula, como se tivesse com visgo nos olhos...” Meses depois, em uma outra estação de trem, a de Baturité, “uma rapariga magra, suja, esfarrapada – um dos eternos fantasmas da seca – apertava ao colo um embrulho que vagia e choramingava baixinho”. Era Mocinha, que já feita “mulher da vida” e com um filho para criar, vivia como uma mendiga na estação de Baturité. Interrogada por sua madrinha fazendeira, que se encontrava à janela de um trem procedente de Fortaleza, se não pretendia voltar ao sertão, Mocinha responde: “prá que, minha madrinha? Só prá passar mais vergonha? Quem é que vai ter pena de mim? E por este tempo ainda tão ruim, tem lá com que eu sustente a mim e ao meu filho?” “E aqui?”, interroga a madrinha. Mocinha responde: “Aqui, ainda vou vivendo... Tiro esmola, um ou outro me dá um vintém”.²⁶

Lugar de espetáculo ou atraente passeio público para uns; ambiente transformado em meio de vida para outros, as estações de trem se constituíram enquanto espaços simbólicos por onde transitavam, cotidianamente, multidões anônimas que, apresadas, seguiam seu destino nos trens do horário. E com uma particularidade: independente do porte da estação ou da densidade da multidão em números absolutos, o fenômeno era visível em todas as localidades. Nas pequenas comunidades, então, essa condição de espaços simbólicos parecia ainda mais visível, seja por sua condição de único elo de ligação com o mundo exterior, seja ainda por sua condição de espaço que dava vida à localidade em termos de lazer, nas atividades econômicas etc.

²⁵ Cf. QUEIROZ, Raquel de. *O quinze* (romance). 48ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991, p. 32.

²⁶ Cf. *Idem*, pp. 44, 90 e 91.

Conforme insinuado, as multidões eram atraídas para as estações de trem independente da experiência urbana relacionada à emergência da cidade grande, moderna. Não só em Londres, Paris ou demais cidades de grande porte, pelo mundo afora, se verificava um enorme corre-corre ou acotovelamentos nos horários de partida das locomotivas. O enorme fluxo de pessoas, associado à rigidez dos horários, pareciam ter tornado o fenômeno universal, uma vez que esse fluxo ocorria também nas estações de pequenas cidades, vilas ou distritos do interior. Algo parecido com o atropelo que teria vitimado a família do Sr. Higino Mendes na sofrível viagem de trem que empreendeu, nos anos 1930, entre a cidade de Bom Jardim, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, tendo feito duas baldeações, uma em Floresta dos Leões (hoje Carpina) e outra em Itabaiana. Na primeira baldeação, desembarque e embarque não teriam sido nada fácil. Para começar, “foi muito difícil sair do vagão com quatro crianças, uma mulher grávida, quatro malas, duas trouxas, uma sacola, um guarda-chuva velho e um monte de gente embarcando ao mesmo tempo, por apenas duas portas estreitas, uma em cada ponta do vagão”. Uma vez fora do trem, “com seus pertences amarrotados e amontoados num canto da plataforma da movimentada estação”, a família estava a aguardar o embarque no trem proveniente do Recife com destino à Paraíba, embarque difícil, com os filhos menores “aos berros, assustados e pisados”, a esposa “apavorada”, o marido “afobado”, a família toda só conseguindo entrar naquele vagão de segunda classe “aos trancos”. Ademais, vagão nada confortável e nada higiênico, pois já chegara ali “apinhado de gente” e era “fedorento” tanto quanto o que os trouxera de Bom Jardim.²⁷

Era assim na pequena estação de Floresta dos Leões, nos anos 1930, tanto quanto em Paris décadas antes. Nesta última, por exemplo, todos os embarques na Estação do Oeste (Saint Lazare) eram marcados por grande quantidade de passageiros

²⁷ Cf. MENDES, Manoel. *O menino de Tracunhaem* (memórias). Brasília: Thesaurus Editora, 1999, pp. 27-27.

ou por verdadeiras “ondas de povo”, o mesmo ocorrendo no resto do país. Em Rouen, por exemplo, houve “tamanho atropelo” na hora do embarque em determinado trem, era tal a multidão, que “andava-se aos empurrões, numa algazarra tremenda”. E naquele trem do Havre, com destino a Paris, o mau tempo não impediu a enorme demanda de passageiros, “que vinham chegando aos magotes, embuçados, carregando maletas, no frio terrível da manhã (...)”.²⁸

A imagem que prevalece em Zola, através do narrador de “A besta humana”, é de que a França do Segundo Império, no tocante aos meios de transportes, era marcada por trens que cruzavam o país em todas as direções, sendo Paris o seu epicentro. Trens que atraíam multidões anônimas (que embarcavam em vagões de 1.^a, 2.^a e 3.^a classes) em busca de um destino, deixando as plataformas das estações superlotadas na hora do embarque para esse ou aquele lugar.

E na Londres Vitoriana, certo personagem, após uma ausência de quase um quarto de século, se prepara para empreender inúmeros passeios que, por ser cego, “só podiam ser auditivos e olfativos”. Querendo conhecer a “nova metrópole”, bastante mudada após sua ausência, não medirá esforços para conquistar aquela que era a cidade “mais povoada” e “mais industrializada” em todo o “mundo civilizado”, embora fosse também a “mais fétida”. Tomando a estação Vitória como ponto de partida, ele percorrerá, durante uma semana vários pontos da cidade, de norte a sul e de leste a oeste. Vários desses pontos chamavam a atenção, a começar pela estação Vitória que, “aberta há pouco tempo” e contendo aquele “concentrado agressivo” próprio da “atmosfera de Londres”, impunha “logo os seus odores acres de fumaça, vapor e fuligem, de metal superaquecido e de multidão heterogênea (...)”. E no Hyde Park, ao se aproximar da estação de Paddington, seu apurado olfato detectou também ali o chamado “perfume da era moderna”, já antes sentido na

²⁸ Cf. ZOLA, Émile. Op. Cit., pp. 24, 47 e 84.

estação Vitória, feito de uma “mistura de carvão” com “metal superaquecido” e “odores humanos”.²⁹

Mas ao voltar à estação Vitória, após uma semana de “exploração olfativa”, o passeante a identificou menos pela sua “atmosfera esfumaçada”, que esta era a mesma em “todas as estações do mundo”, e mais por certos aromas que só em Londres seriam encontrados, a exemplo do chá quente.³⁰ Mas o nosso personagem, caso tivesse tido contato com outras experiências urbanas e não fosse privado da visão, talvez pudesse distinguir a maior cidade do mundo por outro motivo, o receio com que seus habitantes se aproximavam dos lugares onde havia multidão, a exemplo das estações de trem, haja vista o medo de ser roubado. Medo, aliás, que poderia servir de exemplo aos que visitavam Londres, conforme o alerta de um contemporâneo da era vitoriana: “recomendamos ao estrangeiro estar sempre atento, principalmente à sua bolsa e ao seu relógio, pois Londres formiga de ladrões e escroques incrivelmente hábeis, dos quais os próprios habitantes de Londres só escapam com dificuldade. Essa recomendação deve ser lembrada especialmente ao entrar e sair dos trens e ônibus e em todos os lugares em que houver multidão”.³¹

Sendo um componente do que hoje intitulamos violência urbana, talvez não existisse nas mesmas proporções nas outras grandes cidades do século XIX. Até porque, nenhuma pode ser equiparada a Londres, nem mesmo Paris, que aparece no imaginário urbano oitocentista como uma espécie de capital mundial, embora menor e menos populosa que a capital inglesa. Neste sentido, se as estações de trem de Londres, Paris ou outras grandes cidades eram semelhantes em sua “atmosfera esfumaçada”, talvez agora pudessem ser distinguidas não

²⁹ Cf. LACASSAGNE, Claude-Laurence e DAVIE, Neil. “Luxo, algazarra e mau cheiro”. In Charlot, Mônica e Marx, Roland (orgs.). *Londres, 1851-1901: A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, pp. 47-53.

³⁰ Cf. Idem.

³¹ Cf. BAEDEKER, Karl. “Londres, 1894”. In Charlot, Mônica e Marx, Roland. Idem, p. 36.

apenas pelo aroma do chá quente que era próprio de Londres, mas porque esta última já se realizava enquanto experiência metropolitana única naquele momento, onde a simples permanência na via pública ocorria num clima de permanente insegurança.

Mas enquanto espaços marcados por “atmosfera esfumaçada” ou espaços freqüentados por multidões anônimas, nada distinguia as grandes estações de trem da Europa das outras estações pelo mundo afora, a despeito da desproporção entre elas no tocante à arquitetura, dimensões físicas ou quantidade de pessoas em trânsito no dia-a-dia.

Na região que tomo como objeto de estudo, o Norte do Brasil (parte inerente ao Nordeste atual) entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as estações ferroviárias, independente das três variáveis acima, surgiram no imaginário do trem como espaços que movimentavam a vida dos lugares onde foram instaladas. Se um passeio “olfativo” pela cidade de Londres, na era Vitoriana, permitiu que seu protagonista sentisse, pela intensificação dos cheiros, que a vida agitava-se ao aproximar-se de uma estação de trem, o mesmo ocorreria aqui caso um personagem cego se dispusesse a empreender uma viagem “olfativa” através de suas inúmeras povoações, vilas ou cidades, independente do tamanho dessas localidades.

As estações de trem nas cidades do Norte: redesenho do espaço urbano

O fato é que as estações de trem provocaram, na maioria das localidades, a intensificação da vida no sentido mais amplo do termo. É que, além de sua condição de passeios públicos, conforme alusões acima, tornaram-se, em cada localidade, espécies de portas abertas para o mundo. Com isto, novas atividades econômicas ou de serviços foram sendo incrementadas em torno delas, com a conseqüente emergência de novas artérias urbanas. Bares ou cafés, pensões ou hotéis, baixos meretrícios

ou mesmo o surgimento de novos bairros, são algumas das marcas urbanas resultantes da instalação desses espaços de sociabilidade.

Certa postura assumida por Ademar Benévolo é digna de nota. Ele chama atenção para o surgimento de inúmeras cidades, pelo Brasil afora, cuja origem está associada a uma estação de trem, isto é, cidades que só “começaram a existir depois de inaugurado o tráfego ferroviário”. No caso, “a estação foi célula primeira, o núcleo central, e em torno dele, e sob sua dependência, vieram se agregar os outros elementos de vida, para formarem aos poucos o arraial, a vila, a cidade, a cabeça de comarca”.³²

O autor fica na generalização, não descendo a nenhuma cidade em particular. Já Claude Levi-Strauss, ao refletir sobre o que chama de “formas mais modernas de colonização interna”, é mais explícito a respeito, relatando experiências dessa natureza no Norte do Paraná. Em esclarecedor depoimento, mostra que ao chegar ao Brasil, em 1935, estava em andamento, na mencionada região paranaense, uma política de ocupação do solo que funcionava nos seguintes termos: uma empresa inglesa, detentora da concessão de um milhão e meio de hectares, vendia pequenos lotes de terra a colonos estrangeiros, venda condicionada ao avanço da estrada ferro, a ela pertencente, no âmbito da referida área. Em 1935, por exemplo, a estrada já avançara significativamente floresta adentro: “50 quilômetros no início de 1930, 125 no fim do mesmo ano, 200 em 1932, 250 em 1936”. Avanço com pretensões urbanísticas, já que “aproximadamente de 15 em 15 quilômetros implantava-se uma estação na orla de uma zona desbastada com um quilômetro quadrado que se destinava a tornar-se uma cidade”. Por sinal uma meta alcançada com sucesso, pois aos poucos cada área demarcada em torno dessas estações foi sendo povoada, emergindo, ao longo dos anos, cidades como Londrina, Nova Dantzig, Rolândia, etc.³³

³² Cf. Idem.

³³ Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução do Gabinete Literário de Edições 70. Lisboa: Edições 70, S/D, p. 109.

Sem dúvida um projeto pretensioso, marcado por uma forte carga simbólica, que se expressava na crença de que a locomotiva era o grande veículo do progresso, sem o qual não se poderia pensar na edificação de novas cidades, com tudo que ela poderia representar em termos de *vida civilizada*, em áreas de floresta ainda virgem. Mas se a ferrovia aqui não tinha nada de “fantasma”, conforme significado atribuído àquela construída em plena selva amazônica (a Madeira-Mamoré), que, décadas antes, se constituía enquanto uma das “caravanas ferroviárias do nada a lugar nenhum”,³⁴ ou seja, se ela cumpria minimamente com o planejado, avançando floresta adentro para fins de contribuir, em cada um dos espaços demarcados em torno de uma estação, para a construção de uma nova cidade, há a considerar que essas cidades não foram edificadas exatamente conforme o desejo e as decisões de financistas e engenheiros.

Assim, se é certo que “nesses quadriláteros escavados arbitrariamente no coração da floresta”, cujas ruas, todas em ângulo reto, eram “inicialmente todas iguais” (...), não é menos certo que “a vontade secreta e teimosa que se manifestava na implantação das casas, na especialização das artérias, no estilo nascente dos quarteirões, parecia tanto mais significativa quanto mais evidente era o fato de contrariar, ao mesmo tempo que prolongava, o capricho que tinha originado a iniciativa”.³⁵ Significa dizer, essas cidades, saídas como que das pranchetas dos engenheiros, assumiam significados não condizentes com os traçados ali esboçados. Aliás, significados totalmente imprevisíveis, que apontavam na direção oposta à uniformização inicialmente pretendida.

Também em São Paulo ocorreu algo parecido, embora sem o nível de racionalização da experiência norte-paranaense. Refiro-me ao surgimento de inúmeros povoados (depois cidades) que se originaram a partir de estações de trem construídas ao

³⁴ Cf. HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 198.

³⁵ Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. Cit., pp. 110-111 e 113.

longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Definida como “estrada de penetração”, sua construção teve início em 1905, na cidade Bauru, para ser concluída em 1914, quando de sua chegada a Porto Esperança, no Mato Grosso (parte sul). Só em território paulista, por exemplo, nada menos que dez novos povoados surgiram no curto espaço de tempo em que foi construída a Noroeste do Brasil.³⁶

Conforme vemos em Nilson Ghirardello, citado acima, havia inúmeros interesses em jogo em torno das novas “estações-povoado”. Para começar, há que chamar a atenção para o empenho da companhia ferroviária em questão na “transformação rápida de estações em núcleos urbanos”, empenho explicado, dentre outros fatores, pelo fato de que tanto esses núcleos urbanos transformar-se-iam em pólos de escoamento da produção agrícola, com destaque para o café, quanto garantiriam a preservação do seu patrimônio, constantemente ameaçado pelos índios caingangues que, vítimas da dizimação e da ocupação de suas terras, atacavam os trilhos, estações e armazéns que iam sendo edificadas.³⁷

Também há que chamar a atenção para o interesse dos grandes proprietários rurais, para quem a “formação de povoados significava a valorização das áreas apossadas, espaço social para o exercício do mando coronelista e, sobretudo, a viabilização de parcelamentos rurais”.³⁸ É que, com as novas “estações-povoado”, os latifúndios ao redor foram transformados em negócios altamente rentáveis, cujos proprietários, durante os anos iniciais de construção da ferrovia, ao invés de destinar essas terras à produção agrícola, preferiam subdividi-las em fazendas e sítios para fins meramente especulativos.³⁹

³⁶ Cf. GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 12.

³⁷ Cf. Idem, pp. 12-13.

³⁸ Cf. Idem, p. 13.

³⁹ Cf. Idem.

Relativamente à região em estudo, parece não ter existido qualquer experiência nos moldes da ocupação do Norte do Paraná ou nos moldes do Noroeste paulista, em que cidades e mais cidades surgiram da noite para o dia a partir de uma estação de trem. Falo de cidades que surgiram praticamente do nada. Entretanto, há inúmeros casos, na região estudada, de cidades, vilas ou povoados que, com a chegada do trem de ferro, tiveram sua vida cotidiana e seu aspecto paisagístico totalmente mudados, ambos marcados por novos ritmos e novas sensibilidades.

Algo parecido com certa experiência ferroviária suburbana na capital da Inglaterra, embora sem as proporções desta última, conforme imagens literárias da Londres de Dickens. Primeiro uma imagem que transmite a idéia de caos, como se toda uma parte da cidade tivesse simplesmente ficado de pernas para o ar quando da instalação dos trilhos: “o primeiro choque de um grande terremoto tinha, justamente nessa época, rasgado todo o bairro, até o centro. Havia sinais de sua trajetória por toda parte. Casas estavam sendo derrubadas; ruas interrompidas; buracos e valas profundas escavadas no chão; enormes montes de terra e lama acumulados; prédios abalados, trêmulos, apoiados em grandes vigas de madeira”.⁴⁰ Como se ver, trata-se de uma imagem que transmite a idéia de caos, como se toda uma parte da cidade tivesse simplesmente ficado de pernas para o ar quando da instalação dos trilhos.

E, no entanto, passada a “confusão geral”, parece ter valido a pena, para todos os habitantes das áreas atingidas por aquele “grande terremoto”, submeter-se, durante algum tempo, aos transtornos descritos. Com a ferrovia, tudo ali ficou irreconhecível. A transformação foi radical. Dentre outras coisas, porque até “o lamentável terreno baldio, onde antigamente o lixo era despejado, foi engolido e desapareceu; e em lugar daquela sujeira, viam-se fileiras de armazéns, cheios de produtos nobres e mercadorias dispendiosas”. E isso não é tudo: “as velhas ruelas agora fervei-

⁴⁰ Citado em WILLIAMS, Raymond. O campo e cidade na história e na literatura. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 224-225.

lhavam de passageiros e veículos de todos os tipos; as ruas novas que antes paravam, desanimadas, na lama e nas marcas das rodas de carroças, formavam agora cidades autônomas, gerando confortos e serviços que pertenciam a elas próprias, jamais experimentados nem sequer concebidos antes de surgirem”. E tome a cidade a crescer no compasso da locomotiva: “os esqueletos de casas e inícios de novas avenidas haviam brotado ao longo da ferrovia, com a velocidade do vapor e disparavam em direção ao campo, num trem monstruoso”.⁴¹

Eram visíveis as mudanças provocadas pelo novo meio de transporte. Acompanhemos a narrativa: “quanto ao bairro que de início relutara em aceitar a ferrovia, ele [...] agora gabava-se daquela sua parenta próspera e poderosa. Havia [...] periódicos ferroviários nos jornaleiros. Havia hotéis, escritórios, pensões ferroviárias; plantas, mapas, vistas, papéis de embrulho, garrafas, caixas de sanduíches e tabelas de horário da ferrovia; pontos de carruagem de aluguel perto da estação ferroviária; ônibus, ruas e prédios para servir a estação ferroviária; freqüentadores e parasitas da ferrovia, bem como bajuladores de todos os tipos”.⁴²

O impacto provocado pela ferrovia, tal como o vemos nas imagens literárias acima, teria sido percebido em diferentes lugares e em diferentes momentos pelo mundo afora, não sendo poucas as imagens ou relatos produzidos a respeito.

Em certa vila baiana dos anos 1860, por exemplo, foi tal o impacto provocado pelo trem de ferro, isto de acordo com relato produzido duas décadas depois, que a maioria de seus habitantes migrou para as proximidades da estação, construída a “meia légua” (três quilômetros) dali, edificando uma nova povoação em torno dessa estação, deixando o antigo núcleo habitacional praticamente abandonado. Para começar, a nova estação atraiu de imediato a feira, fato atribuído a decisões de ordem política e que teria provocado a insatisfação dos “negociantes e moradores”

⁴¹ Citado em WILLIANS, Raymond. *Idem*, p. 225.

⁴² Citado em WILLIANS, Raymond. *Idem*.

do antigo núcleo urbano. Seja como for, não só os comerciantes mudaram suas lojas para a nova praça de comércio, como também mudaram suas residências, alguns deixando para trás “bons sobrados” e “magníficos sítios”. Logo, no local onde foi edificada aquela “pobre estação” ergue-se em pouco tempo uma nova cidade, “que rapidamente floresceu e transformou-se na grande cidade de Alagoinhas, anualmente prosperando, tanto em edificação como em população (...)”. Enquanto isso, a antiga vila, “Alagoinhas Velha”, achava-se “injustamente quase desabitada”.⁴³

Décadas depois, no sertão de Pernambuco, teria ocorrido algo parecido com Lagoa de Baixo. É que “a cidade transformara-se por encanto, depois da chegada do trem de ferro, em 1933”. Ocorre que a chegada do trem de ferro, teria provocado, também nesse caso, a construção de ruas e ruas formando a “cidade nova”, sendo visível o contraste com a “rua velha” ou “antiga urbe”. Só que, ao contrário do exemplo baiano, os antigos moradores, “na maioria filhos da terra”, não arredaram pé do lugar, olhando “para os estranhos, chegados há pouco, como se fossem inimigos à vista”. Até porque, “aquilo era uma casa de maribondos. Ninguém com ela mexesse! Falar, por exemplo, na mudança da feira para a ‘cidade nova’, seria provocar um grito de guerra”.⁴⁴

A rigor, não existiam duas Lagoas de Baixo, conforme sugestão do memorialista, soando estranha a dicotomia entre a “antiga urbe” formada por “filhos da terra” e a “cidade nova”, surgida com o trem, formada por “estranhos” recém chegados. O que existia era uma cidade que se transformava radicalmente com a chegada do trem de ferro, cujas novas artérias, construídas nas proximidades da estação, com seu movimento característico, sugerem a idéia de que ali foi erguida uma nova cidade, em contraposição ao antigo perímetro urbano, que se mantinha com

⁴³ Cf. AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições e práticas da província da Bahia*. 2 ed. - Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, pp. 93-94 (A primeira edição é de 1888).

⁴⁴ Cf. ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um sertanejo e o sertão* (memórias). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957, pp. 224-225.

a fisionomia que todos conheciam.

Trata-se simplesmente de mais uma representação em torno de uma cidade transformada pela revolução que o trem de ferro provoca em termos de transportes. No caso, uma cidade que mudava radicalmente sua fisionomia com a chegada da locomotiva, mudança constatada pelo aumento do número de casas e de habitantes que, da noite para o dia, se viam enredados com um novo *modus vivendi*.

João Duarte Filho, em obra lançada nos anos 1930, lança mão de inúmeros exemplos de cidades que se transformaram quando passaram a contar com o seu “centro da vida”. Dentre esses exemplos, lá está Lagoa de Baixo, no sertão de Pernambuco, que o autor chama de Alagoas de Baixo. O que se viu ali, com a chegada do trem de ferro, tem a ver com uma cidade que nasceu “de um dia para o outro”. Eis os motivos: “centenas de casas com as paredes ainda nuas e o arcabouço nu dos telhados desafiando os céus; ruas novas que abriam em todas as direções; bolandeiras para descaroçar algodão, fábricas, casas de comércio e uma população advéncia de centenas de pessoas pescadas pela linha com a promessa da civilização que chegava. E Alagoas de Baixo em dois anos triplicou ou quadruplicou a sua vida pelo efeito da linha de ferro”.⁴⁵

Decantação à parte, conquanto o autor parece transmitir ao leitor a idéia de que o trem de ferro era dotado de uma força *milagrosa*, o exemplo é pertinente porque possibilita filtrar a idéia de que uma povoação, vila ou cidade não ficava incólume à chegada do novo meio de transporte, cujas vidas cotidianas mudavam, seja porque adquiriam outro ritmo, seja porque seus habitantes eram marcados por novas sociabilidades.

Em muitos casos, as transformações se faziam sentir, conforme vimos nas imagens relativas à Londres de Dickens, antes mesmo da instalação definitiva dos trilhos. Em Santana do Rio Verde, pequena cidade mineira do começo do século XX

⁴⁵ Cf. *Idem*, pp. 197-198.

(hoje Rio Claro), um filho da terra recorda quão doloroso foi ficar sozinho, sem amigos – esses já não se encontravam ali e sim na cidade grande – numa cidade que já não reconhecia como sua. “Fiquei sozinho. Mais que sozinho, perdido, pois Santana, para receber os trilhos da central [do Brasil, isto em 1923], deixava despedaçar-se a moldura que eu amava, moldura velha, do fundo dos tempos. Fizera-se pó e calíça. A princípio seduzido pela imagem da urbe nova, eu como toda a gente, me acumpliciara com os demolidores. Depois, percebi que, do mesmo golpe com que a derruíram, as picaretas me derruíam também. Vi-me desterrado dentro da própria terra, vagando entre destroços”.⁴⁶ Quer dizer, sequer os trilhos haviam sido inaugurados em Santana do Rio Verde e já sua paisagem urbana estava totalmente redesenhada.

E na vila paraibana de Alagoa Nova, em 1922, tudo parecia mudado com a preparação, a partir da vizinha cidade de Alagoa Grande, do terreno onde seriam instalados os trilhos que seguiam em sua direção. Nos trechos abaixo parafraseados, vemos a opinião de um filho da terra. Se a vila se manteve por muito tempo esquecida, como se não passasse de um verdadeiro “calcanhar de Judas”, – apesar de ser produtora de café e cana-de-açúcar e de possuir clima agradável e “água potável abundantíssima” –, finalmente foi lembrada e, “em boa hora, veio a estrada de penetração”.⁴⁷ Com isto, tudo ali se movimentou, passando a cheirar a progresso. Com o advento da estrada de ferro, “escoadouro seguro” para os produtos locais e “fácil acesso aos estranhos”, esses não mais haveriam de julgar Alagoa Nova uma vila formada “por uma meia dúzia de casas velhas, arruinadas e imprestáveis”. Ao contrário, uma vez que não só o

⁴⁶ Cf. ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado* (memórias). Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: INL, 1979, pp. 196-197.

⁴⁷ Referência à Estrada de Ferro que, partindo da cidade de Alagoa Grande, no brejo paraibano, deveria atravessar Alagoa Nova, Esperança, Pocinhos, seguindo em direção ao sertão paraibano, devendo encontrar os trilhos que, vindos na direção contrária, interligariam Ceará e Paraíba. (Cf. ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. – João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1987, pp. 354-355).

comércio estaria a reanimar-se como novas construções estariam sendo esboçadas, fazendo-se justiça a “um dos mais prósperos municípios do Estado”.⁴⁸

E, no entanto, esse trecho ferroviário é hoje um dos inúmeros ramais “fantasmas” de que se tem notícia na região. Sim, pois nenhum trem de ferro jamais chegou à cidade, embora se tenha criado, conforme se depreende da fala do citado “alagoanovense”, toda uma expectativa a esse respeito. Se o ramal Alagoa Grande–Alagoa Nova era do tipo que não levava a “lugar nenhum”, a exemplo de certo ramal perdido na vastidão do Pantanal Matogrossense, “registro patético dessas ferrovias fantasmas que palmilham a história econômica do país (...)”,⁴⁹ não há que negar a perspectiva aludida, embora frustrada quando se descobriu que não havia qualquer rastro do trem de ferro.

Confirmando essa expectativa, um autor, num texto que pretende seja tomado como livro de história, embora tenha muito de suas próprias memórias, esclarece: “os trabalhos de abertura da estrada, denominada de penetração, prolongavam os trilhos da Great Western, que, num traçado arrojado, escalaria trechos acidentados da Borborema, até alcançar Alagoa Nova. Os trabalhos de escalada, com construção de túneis, cortes, aterros e pontes exigiam a presença de engenheiros, técnicos especializados e médicos para a prestação de assistência a numerosos operários de mão-de-obra não especializada conhecidos por cassacos”. Assim, não causa surpresa a constatação de que o comércio local se beneficiou indiretamente com a construção

⁴⁸ Cf. Um alagoanovense. “Alagoa Nova”. In *A Imprensa – Bi – Semanário Católico*. Parahyba, 14 de junho de 1922, p. 2.

⁴⁹ O motivo pelo qual o trem não chegou à vila de Alagoa Nova, nos anos 1920, é o mesmo pelo qual não chegou a inúmeras outras vilas ou cidades, a suspensão das “obras contra as secas” por decisão do Presidente da República (Arthur Bernardes), que tomou tal decisão baseado em relatório da comissão Rondon (Cf. carta do ex-presidente Epitácio Pessoa ao senador paraibano Octacílio de Albuquerque, publicada em dois jornais cariocas em 05 de agosto de 1923: *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. In *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, tomo 5, pp. 351 e seq. Ver ainda TRIGUEIRO, Oswaldo. *A Paraíba na Primeira República*: João Pessoa: A União Editora, 1982. p. 68).

da estrada: “a circulação monetária injetada na economia da vila determinava grande afluência às feiras dos domingos, havendo abundância de mercadoria exposta”.⁵⁰

Quer dizer, a vida cotidiana local mudou substancialmente enquanto foram mantidos os trabalhos de preparação do leito da ferrovia, mesmo que distantes da vila. Com tanta gente nova aí circulando e com tanto dinheiro novo na praça, não é de admirar o entusiasmo daquele “alagoanovense”, para não dizer de todos os alagoanovenses. Assim, se é certo que os tão esperados trilhos da Great Western jamais tenham ali chegado, não é menos certo que a vila parecia estar de cara nova enquanto não vinha a frustração geral.

E em Campina Grande, no interior da Paraíba, um certo historiador-cronista, escrevendo nos anos 1940, sugere que a cidade sem o trem era uma coisa, com o trem era outra totalmente diferente. Isto porque, ao ser inaugurado ali em 1907, o novo transporte teria provocado o surgimento, direta ou indiretamente, de uma série de serviços antes inexistentes, a exemplo de espaços dedicados ao lazer (clubes dançantes e cinemas),⁵¹ ao comércio (armazéns de “mercadorias em trânsito” e de “estivas por atacado”, além de “algodão em pluma”) etc. Também devido ao trem teria surgido, igualmente, um novo bairro, o Açude Velho, isto em decorrência de a estação ferroviária ter sido construída às margens desse açude, o que faz supor que a área era desabitada quando da instalação dessa estação. Assim, a dilatação do comércio até o local, teria contribuído para a criação de novas artérias, levando à formação do citado bairro.⁵²

⁵⁰ Cf. SALES, José Borges. *Alagoa Nova: notícias para sua história*. Fortaleza: Editora R. Esteves Tipogresso, 1990, p. 131.

⁵¹ Coincidência ou não, o fato é que não se tem conhecimento de qualquer exibição cinematográfica, mesmo do tipo itinerante, antes do trem ter ali chegado. Assim, não deixa de ser sintomático constatar-se que o cinema Brasil, o primeiro da cidade, tenha sido instalado em março de 1909 (Cf. CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. 2 ed. - Campina Grande: Edições Caravelas, 1998, p. 82), exatamente um ano e cinco meses após os campinenses passarem a contar com o novo meio de transporte.

⁵² Cf. Idem, pp. 89-90 e 103-104.

Parece não haver dúvida que o movimento em torno das estações de trem se expressava das mais variadas formas, sendo uma delas a que implicava na imediata expansão da cidade em toda a área que dava acesso ao novo meio de transporte. Isto para não falar em cidades novas, que tiveram origem exatamente numa estação de trem. Em 1923, por exemplo, um passageiro encontrava-se num trem da Central do Brasil com destino a Belo Horizonte. Na ocasião, vindo do interior, seu pensamento estava todo voltado para a cidade grande, não tendo dado a atenção devida à paisagem circundante. Sim, pois não fosse a “ânsia de chegar” teria percebido, conforme rememora anos depois, que todas as estações antes da capital já não tinham o mesmo aspecto de sete anos antes (1916), quando viajara por aquela mesma linha da Central. Em sua desatenção, “nem mesmo percebia que tal estação, outrora solitária, fora abarcada pelo povoado adjacente, abrira-se em ruas, ganhara modos citadinos”.⁵³

Os dois últimos exemplos mencionados viriam de encontro à reflexão de Ademar Benévolo sobre a importância de construir-se essa ou aquela estação de trem fora do centro da cidade, que ele teria constatado ser uma coisa corriqueira no Brasil. Com a estação fora do centro da cidade, “sua influência toda poderosa ia atraindo a construção das casas, formando-se assim o ‘bairro da estação’, orientando-se a abertura de ruas pelas necessidades da ferrovia (...)”.⁵⁴

Um exemplo marcante a esse respeito, é a cidade de Palmares na Mata Sul de Pernambuco, que em meados do século XIX, ainda com nome de Una, era tão-somente uma pequena povoação “que vivia na dependência do engenho Trombeta”. No entanto, tudo mudou ali com o advento da estrada de ferro Recife ao São Francisco, uma vez que a povoação, crescendo em torno da recém instalada estação ferroviária (1862), tornou-se “maior do que a sede do próprio município e comarca – Água

⁵³Cf. ANJOS, Cyro dos. Op. Cit., p. 198.

⁵⁴Cf. BENÉVOLO, Ademar. Introdução à história ferroviária do Brasil. Recife: Folha da Manhã, 1953, p. 441.

Preta”⁵⁵. E a tal ponto teria sido esse crescimento que, muitos anos depois, Mário Lacerda de Melo, comparando as duas cidades, opina que Palmares, perto de Água Preta, era “quase uma capital”.⁵⁶

Para concluir, há a considerar que os traçados ferroviários, nessa ou naquela parte da região em estudo, no período recortado, beneficiaram diretamente um sem-número de comunidades, embora tenham prejudicado outro tanto⁵⁷. Há exemplos marcantes, em toda a região, de cidades prósperas que se sentiram prejudicadas por não terem sido contempladas pelo traçado da respectiva ferrovia de sua província ou Estado. É o caso, por exemplo, das cidades de Mamanguape e Areia, na Paraíba, localizadas respectivamente no litoral e no brejo. Consideradas as duas maiores cidades do interior, a primeira até a década de 1880, a segunda até a década de 1900, chegando a ponto de rivalizarem com a própria capital⁵⁸, ambas perderam seu antigo “fulgor comercial” por não suportarem a concorrência da estrada de ferro. A chegada dos trilhos na vila de Independência (hoje Guarabira) em 1884 e em Alagoa Grande em 1901, parece ter sido fatal para as citadas localidades, gerando sua imediata decadência.⁵⁹

O caso de Mamanguape é digno de nota. Até 1884, ela era uma cidade de intenso movimento comercial, servindo de intermediária entre o brejo paraibano e as capitais de Paraíba e Pernambuco, com destaque para esta última, tendo, como ponto forte, a navegação de cabotagem, realizada por intermédio do porto de Salema, com saída por rio navegável até o mar. Com a

⁵⁵ Apud. Idem, pp. 70-71.

⁵⁶ Cf. PINTO, Estevão. Op. Cit., p. 70.

⁵⁷ Não é à toa que nas cidades, vilas ou povoados não contemplados por tais traçados, inúmeros segmentos sociais protestaram contra essa exclusão: comerciantes, que em nome da categoria enviavam telegramas às autoridades competentes; parlamentos “mirins” (câmaras municipais), cujos pronunciamentos, em forma de moção e em nome do povo local, chegavam às outras instâncias de poder; letrados locais, que escreviam para os jornais locais ou, na falta desses, para os das capitais etc.

⁵⁸ Cf. CÂMARA, Epaminondas. Municípios e freguesias da Paraíba. P. 56.

⁵⁹ Cf. Idem, p. 73.

estrada de ferro na vila de Independência, a cabotagem tendeu a se esvaziar em Salema, advindo daí seu “eclipse” comercial. Em um jornal da terra lê-se: “não há duas opiniões acerca do abatimento em que se acha esta bella cidade de Mamanguape, outrora tão florescente, próspera a ponto de ser considerada a primeira do Estado depois da capital; e este abatimento começou a manifestar-se e a caminhar a passos de gigante, depois dos desvios dos productos agrícolas dos brejos para as linhas férreas da capital a Guarabira e de Natal a Nova Cruz no Rio Grande do Norte”. E na imprensa da capital consta, em um editorial, que o comércio de Mamanguape há anos fora “florescente e de invejável prosperidade”, tendo existido ali “casas commerciaes com importantes capitaes (...)”.⁶⁰ Mas “d’aquello antigo quadro tão cheio de vida”, restou pouca coisa: “fecharam-se as casas commerciaes mais opulentas (...); cessou a navegação a vapor; (...) diminuiu consideravelmente a exportação, aliás hoje mais comprometida pelo concurso da via férrea Conde D’eu”.⁶¹

Mamanguape e Areia eram apenas um exemplo dentre muitos. Em todo o Norte, como de resto em todo o Brasil, houve casos e mais casos de cidades, vilas e/ou povoados que prosperaram com a chegada do trem de ferro ou simplesmente entraram em decadência por terem ficado à margem desse ou daquele traçado ferroviário. Claro que também houve casos de cidades, vilas ou povoados contemplados com o novo meio de transporte e que parece não terem sido palco de grandes transformações, não alcançando, por assim dizer, a tão almejada prosperidade de que tanto se falava. Mas tudo indica que tratava-se de exceções à regra.

⁶⁰ “Pró-Mamanguape” (editorial). In Gazeta da Parahyba. Parahyba do Norte, 21 de julho de 1889, p. 1.

⁶¹ Cf. Idem.